Segmento: Governo RS

03/06/2017 | Bom Dia | Geral | 3

Cinco municípios da região em situação de emergência

Próxima semana será de mobilização de prefeitos em busca de soluções

Cinco municípios da região decretaram situação de emergência em razão do mau tempo que permeou o Estado na última semana: Barão de Cotegipe, Getúlio Vargas, Paim Filho, Ponte Preta e Três Arroios. Em todo o Rio Grande do Sul, são 45 cidades, conforme balanço divulgado na sexta-feira (2), pelo chefe da Casa Militar e coordenador estadual da Defesa Civil, coronel Alexandre Martins.

Devido aos decretos, a próxima semana será de intensa mobilização dos prefeitos da região, na busca por soluções. De acordo com o presidente da Associação de Municípios do Alto Uruguai (Amau), Carlos Alberto Bordin, várias áreas foram afetadas, principalmente em relação às estradas do interior e das cidades, e também na área agrícola. Já na segunda-feira (5), os prefeitos participarão de encontro na Famurs, onde levarão documentos para discutir sobre o suporte às cidades.

Na terça-feira (6), a situação será pauta em reunião da Amau. Além disso, uma comissão de prefeitos da região também irá à Brasília para pressionar o governo em relação ao suporte financeiro. "O objetivo é entregarmos documentos e solicitações ao ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, demonstrando a situação da nossa região para que de fato haja o reconhecimento do momento delicado em que vivemos e, principalmente, para que possamos receber estes recursos que agora são fundamentais", pontuou.

Segundo notícia publicada no site do governo do Estado, entre as principais motivações dos decretos de emergência estão os alagamentos. Em todo o RS, cerca de 100 municípios registraram algum tipo de dano e mais de 3 mil pessoas estão desalojadas, sendo 2.970 em casas de família e 681 desabrigadas.

03/06/2017 | Cidade | Polícia | 7

Polícia Civil forma mais 223 agentes

Na manhã de ontem, 2/6, 223 novos escrivães e inspetores de Polícia Civil se formaram em cerimônia realizada em Porto Alegre. São 111 inspetores e 112 escrivães que concluíram o curso de formação profissional da Academia de Polícia Civil (Acadepol) e nos nas próximas semanas deverão se apresentar em delegacias por todo o Estado.

Metade dos formandos ficará lotado no interior do Estado, conforme o chefe de Polícia, delegado Emerson Wendt, inclusive para Uruguaiana. “Os novos agentes devem ir para as áreas de maior carência e locais com maior incidência de criminalidade”, disse, frisando que trata-se de um ato de reposição de efetivo e de reforço do aparato policial de investigação criminal.

O curso de formação profissional da Academia de Polícia Civil tem 930 horas/ aula. Entre as disciplinas estão técnicas de investigação policial, inteligência, tiro policial e defesa pessoal, técnicas em operações policiais e legislações diversas. Todos os formandos têm nível superior.

Os novos policiais estão aptos para nomeação e posse, previstas para ocorrer ainda este mês. Os 223 escrivães e inspetores formados nesta sexta-feira somam-se aos 220 formados em janeiro deste ano. Destes, 219 já foram nomeados. Outros 100 inspetores e 15 escrivães estão em formação, com previsão de conclusão de curso em novembro de 2017.

Produtividade

Wendt disse que a meta é manter, pelo menos, a atual produtividade da Polícia Civil. “Esperamos um incremento na parte de prisões

que acabam impactando na redução da criminalidade. Apenas em maio tivemos mais de mil prisões em cerca de 150 operações em todo o Rio Grande do Sul", disse.

Homenagem
Os formandos homenagearam o governador José Ivo Sartori, eleito patrono das duas turmas. O paraninfo foi o chefe da Polícia Civil, delegado Emerson Wendt. "Minha saudação aos formandos pela dedicação, pelo trabalho árduo para chegar a este momento. Escrivães e inspetores têm um papel importante no combate aos crimes. A sociedade gaúcha conta com o trabalho de vocês", afirmou o governador, ao saudar os formandos.

Sartori enfatizou que o trabalho em segurança "deve ser permanente, prioritário e integrado. O crime não dá trégua. Nem sociedade, nem os governos podem descansar", e reafirmou que o governo tem trabalhado para "qualificar a segurança" de acordo com a realidade do Estado. "Chamamos concursados, temos em andamento concursos para a Susepe e o IGP. Recentemente, houve a entrega de armas para as forças de segurança, pelo governo, e uma doação de uma empresa. O orçamento para a segurança foi o único que teve aumento", disse. "Estamos trilhando o caminho para a construção de um Estado moderno, com serviços eficientes, que atendam às pessoas, principalmente as que mais precisam", afirmou o governador.

Maior concurso da história
O secretário Cezar Schimer lembrou o esforço que o governo está fazendo para recuperar o número do efetivo da Polícia Civil. "Mesmo que nós quiséssemos chamar mais concursados, não poderíamos. Todo o banco de concursados, de todas as instituições da segurança pública, já foram chamados. E tão logo a Assembleia Legislativa vote os projetos da Segurança, o governador vai chamar o maior concurso para a Segurança Pública já feito no Rio Grande do Sul", anunciou Schimer

03/06/2017 | Cidade | Educação | 8

Estado autoriza alteração de nível de 851 professores

O governo do Estado autorizou a alteração de nível de 851 professores e 165 servidores, com validade retroativa a janeiro de 2017. A medida foi assinada na terça-feira, 30/5, pelo governador José Ivo Sartori em audiência no Palácio Piratini, com o secretário da Educação, Ronald Krummenauer.

Entre os professores, o número maior de mudança de nível (744) foi do nível cinco para o seis. A qual prevê habilitação específica de pós-graduação obtida em curso de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento. Já em relação a alteração de nível dos servidores, 137 passaram do nível dois (ensino fundamental) para o três (ensino médio). O acréscimo financeiro com essas mudanças na folha de salários da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) é de R$ 336 mil. "Com essa publicação, colocamos em dia as mudanças de nível",disse Krummenauer.

03/06/2017 | Correio do Povo | Capa | 1

Estradas sem saída

CP DOMINGO

03/06/2017 | Correio do Povo | Política | 5

Assembleia descarta plebiscito em 2017

O Estado não tem condições legais de fazer em 2017 o plebiscito para que a população decida se quer ou não vender a CEEE, a Sulgás e a CRM. A garantia foi dada na manhã ontem pela direção da Assembleia Legislativa, que apontou uma série de falhas no encaminhamento da matéria feito pelo Executivo. O presidente da AL, deputado Edegar Pretto (PT), anunciou que está devolvendo ao Executivo o ofício recebido na quarta solicitando que o Legislativo encaminhe a realização da consulta, uma vez que o

documento não cumpre as exigências legais.

Ele informou ainda que o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) protocolado na quinta pelo líder do governo na Assembleia, deputado Gabriel Souza (PMDB), não cumpre as exigências e por isso não pode ser considerado. As informações foram reforçadas pelo superintendente Legislativo da Assembleia, Leonel da Rocha, e pelo procurador da Casa, Fernando Ferreira. Segundo eles, para que seja elaborado um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) é preciso primeiro ser enviado à Assembleia um Projeto de Lei (PL) de competência exclusiva do Executivo, e esse PL ainda não existe. Além disso, o PL precisará deixar claro o que o governo pretende fazer com as empresas, se federalizar, privatizar, alienar ou incorporar, por exemplo. “Não posso levar adiante porque as normas são muito claras”, resumiu Pretto.

Para que o plebiscito ocorresse em 2017 todo o trâmite deveria acontecer até 14 de junho. Ferreira destacou ainda que qualquer falha na questão procedimental poderá ser questionada por entidades interessadas junto ao Tribunal de Justiça (TJ), trancando todo o processo. A consulta segue normas estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, e nas leis 9.709/98 e 9.207/91. De acordo com os textos, após o PL ser protocolado pelo Executivo, um PDL, este solicitado por um terço (19) de deputados, começa a tramitar para autorizar ou não a consulta.

03/06/2017 | Correio do Povo | Política | 5

Piratini acusa Pretto de ‘ação ideológica'

Em reação ao anúncio do presidente da Assembleia, o Palácio Piratini convocou entrevista coletiva, à tarde, quando representantes do governo qualificaram as declarações de Edegar Pretto (PT) como “movimento político e ideológico”. “Já imaginávamos que ocorreria, pois integrantes do partido do presidente do Parlamento já haviam assumido publicamente sua contrariedade ao plebiscito. Um assunto dessa importância não pode ser decidido ao bel prazer de um presidente de ocasião”, declarou o líder do governo na Assembleia, deputado Gabriel Souza (PMDB).

Ele esteve na coletiva acompanhado do chefe da Casa Civil, Fábio Branco (PMDB), e do procuradorgeral de Estado, Euzébio Ruschel, que argumentou que o procedimento encaminhado pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) “está correto e acertado” com relação à Constituição do Estado e as legislações. Os representantes do Executivo estadual sustentaram que a privatização das estatais CEEE, CRM e Sulgás é necessária para equilibrar as finanças do RS.

03/06/2017 | Correio do Povo | Taline Oppitz | 5

Pano de fundo da briga sobre plebiscito é político

A realização de plebiscito para definir o futuro da CEEE, CRM e Sulgás segue gerando impasse entre governo e oposição. Ontem, o presidente da Assembleia, Edegar Pretto, com base em parecer da procuradoriageral da Assembleia, indeferiu os pedidos do Executivo que, se aprovados pelo plenário, poderiam viabilizar a consulta em 15 de novembro deste ano. O Executivo, que pretendia derrubar a obrigatoriedade de plebiscito, teve de recuar em função da falta dos 33 votos necessários, em dois turnos, para aprovar proposta de emenda constitucional sobre o tema no plenário.

Com a retirada da PEC da pauta, na última semana, o Piratini iniciou movimento para garantir a consulta à população, apesar da margem de prazos apertada para colocar a medida em prática. A oposição, por sua vez, sustenta que não há necessidade de gastar R$ 25 milhões com o processo, que pode ser feito junto com as eleições de 2018, e que é preciso ampliar a discussão com a opinião pública. O fundo de pano da queda de braço, apesar dos argumentos jurídicos, é estritamente político.

Mesmo com ações na defesa do plebiscito neste ano, a estratégia de governistas é a de tentar constranger e desgastar adversários com o discurso de que a oposição não quer que a população seja ouvida. No fim do governo, dependendo da situação em que CEEE, CRM e Sulgás estiverem, a manifestação já está na ponta da língua: “Nós avisamos e tentamos alternativa. Fomos impedidos de atuar”. Partidos da oposição, além de adiar o desfecho envolvendo o futuro das estatais, se fortalecem perante servidores públicos e outras alas de suas bases eleitorais, que sustentam a bandeira contra as privatizações, e visam a reedição de pautas antigas e a

polarização do debate na disputa ao Piratini em 2018.

03/06/2017 | Correio do Povo | Taline Oppitz | 5

Reação irá expor Assembleia

Apesar do indeferimento do presidente da Assembleia, Edegar Pretto, em relação aos pedidos do governo, a negativa ao projeto de decreto legislativo protocolado diretamente pelo líder do governo, Gabriel Souza, com assinaturas de mais 19 deputados, promete gerar uma das maiores polêmicas internas na Casa. Na próxima semana, começará a ser elaborado, a pedido de deputados governistas, relatório com propostas inconstitucionais e com problemas jurídicos que tiveram a tramitação garantida e avançaram na Assembleia. Em tempo: na reunião da mesa diretora da última terça-feira, dois parlamentares fizeram observações a Edegar Pretto e pediram maior rigor na atuação da Superintendência Legislativa.

03/06/2017 | Correio do Povo | Economia | 6

Ato marca 15 anos da PEC

Funcionários do Banrisul fizeram ontem um “abraço simbólico” na sede do banco na Praça da Alfândega. Foram saudados também os 15 anos de aprovação pela Assembleia da PEC 94/98 que exige plebiscito para vender ou federalizar o Banrisul. O presidente do SindBancários, Everton Gimenis, disse que o governo tenta criar condições para vender empresas públicas. “É preciso ficar atento às manobras do Executivo”, disse, acrescentando que há alternativas para tirar o RS da crise sem precisar vender empresas públicas. “O governo deveria abrir a caixa preta das isenções fiscais e combater a sonegação.”

03/06/2017 | Correio do Povo | Ensino | 9

Escolas serão sensibilizadas

A Corsan, a Secretaria Estadual da Educação (SEC) e a Fazenda Quinta da Estância firmaram convênio, na manhã de ontem, para a realização de ações na Semana do Meio Ambiente. Com patrocínio da Companhia, as atividades envolverão 3,3 mil estudantes do 7˚ ano de cidades da Região Metropolitana. O objetivo é levar informações a mais de 60 escolas da rede estadual sobre esgotamento sanitário. Os jovens vão participar, até o dia 9/6, de oficinas e atividades de boas práticas sobre o ciclo da água e se tornarão embaixadores do saneamento.

A ideia é que os estudantes sejam multiplicadores do conhecimento nas regiões dos municípios de Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Guaíba e Eldorado do Sul. O RS possui atualmente apenas 14% do esgoto tratado. Para o governador José Ivo Sartori, essa é mais uma “semente de futuro plantada através da mais eficaz ferramenta: a Educação. O poder público sozinho não faz nada”, salientou. O projeto será executado pela Corsan, que desenvolve um programa de parceria público-privada para a universalização do esgotamento sanitário nos nove municípios que terão escolas participantes.

A fundadora do sítio educacional Quinta da Estância, Sonia Sittoni Goelzer, reforçou a importância do projeto. “A Quinta, desde 1992, tem o DNA da Educação e ficamos contentes em proporcionar a realização desse projeto”, disse. “A Semana do Meio Ambiente é um projeto importante, desafio pedagógico que mostra como parcerias internas e externas nos levam a pensar na Educação como algo muito maior”, acrescentou o titular da Educação, Ronald Krummenauer.

03/06/2017 | Correio do Povo | Polícia | 17

Facção ameaça agente da Susepe

A audácia das facções criminosas ultrapassa os limites das celas das superlotadas casas prisionais do RS. Não bastasse as constantes mortes violentas e até esquartejamentos resultantes dos confrontos entre os V7 e os Bala na Cara, os criminosos agora resolveram

ousar. Os líderes dos V7 agora desejam fazer outras vítimas: a meta é acabar com a tropa de elite do sistema prisional, responsável por executar ações determinadas pelo setor de Inteligência, definidas após análise da situação interna das prisões.

A ordem partiu de dentro da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas para matar os integrantes do Grupo de Operações Especiais (Gaes) da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), que desde 2011 exercem uma série de ações especiais dentro das prisões. As intervenções do grupo ocorrem quase que diariamente e são responsáveis pela localização de armas, drogas e celulares em poder dos presos. “Quem manda é o Estado e não os presos. Fomos ameaçados de morte porque estamos apertando a bandidagem dentro do sistema e, por este motivo, ainda não tivemos rebeliões no RS”, salientou um agente da Susepe, que já participou de operações do Gaes. Nesta semana um deles escapou da morte na zona Norte da Capital.

Criminosos, em um veículo, tentaram interceptar o automóvel do servidor. O agente percebeu quando os bandidos desembarcaram do carro, de arma em punho. O agente não hesitou e desferiu tiros na direção da quadrilha. O carro do agente do Gaes ficou bastante danificado, com vidros estilhaçados e a lataria crivada de balas. O fato foi registrado como tentativa de roubo. “Ele não teve outra alternativa. Se não reagisse, seria um homem morto”, disse o colega do servidor que escapou da morte. Os criminosos usavam roupas camufladas.

03/06/2017 | Correio Vacariense | Geral | 8

Vacaria recebe parecer sobre área solicitada

O prefeito Amadeu Boeira, recebeu, na segunda-feira (29), a visita do diretor do Departamento de Pesquisas Agropecuárias do Estado, Adoralvo Schio. Na ocasião, trataram sobre a definição da área de 100 hectares localizada na área da antiga Fepagro, solicitada pelo município para a instalação de uma nova área industrial.

Conforme audiência com o governador José Ivo Sartori na quarta-feira (24/5), foi estipulado o prazo de 15 dias para que o Estado desse um parecer sobre o assunto e deveriam acertar outros detalhes como o tamanho da área e a respectiva localização. Na segunda-feira (29), a Administração Municipal recebeu um parecer do Governo do Estado.

Ficou definido em acordo que serão destinados para uso do município 90 hectares. As partes acertaram que ficará sob a responsabilidade do município a elaboração de um mapa com um memorial descritivo da área. Tão logo haja a aprovação do governo estadual, a Administração poderá iniciar os trabalhos de instalação do distrito industrial 3.

A doação definitiva da área continua em tramitação e será levada para aprovação dos deputados na Assembleia Legislativa.

03/06/2017 | Diário da Fronteira | Capa | 1

CMS afirma que Santa Casa continua perdendo repasses por falta de investimentos

Página 6

03/06/2017 | Diário da Fronteira | Geral | 7

Cheia afeta 3 mil pessoas em Uruguaiana e rio deverá subir até a semana que vem

Depois de transbordar de seu leito há cerca de uma semana, o Rio Uruguai não parou mais de crescer e nesta sexta-feira (02/06) atingiu 10 metros acima de seu nível que não chega a dois metros em condições normais. Conforme levantamento da Defesa Civil, cerca de 3 mil pessoas foram afetadas, entre desalojados (que estão em casas de parentes e amigos) e desabrigados (que tiveram as casas atingidas e foram levados para abrigos da prefeitura). Muitas famílias estão acampadas em locais mais altos, perto de suas

casas, temendo a ação dos denominados “ratos da enchente”, ladrões que se aproveitam da situação para avançar de barco sobre as casas e roubar materiais e o que podem levar. “Sabemos que o rio continuará crescendo nos próximos dias e isso é preocupante”, afirmou o diretor da Defesa Civil de Uruguaiana Paulo Wouthers.

DEFESA CIVIL PEDE AJUDA

Wouthers fez apelo nesta sexta-feira (02/06) para que todas as pessoas que tenham condições de fazer as remoções por conta própria com ajuda de amigos e vizinhos, que evitem usar a estrutura de veículos e pessoal do Exército e da prefeitura. “Procuramos atender o máximo de pessoas possível, mas logicamente, com certeza, não conseguiremos atender a todos”, afirma o diretor que coloca à disposição o telefone 153 para, na medida do possível, prestar socorro imediato. As famílias que estão em abrigos públicos estão recebendo visitas permanentes de assistentes sociais e recebendo alimentos da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação.

REUNIÕES EMERGENCIAIS

Na quinta-feira (1º/06), o prefeito de Uruguaiana Ronnie Mello (PP) incluiu o município entre as dezenas de outros que decretaram Situação de Emergência por causa da calamidade causada pelas chuvas e pelas cheias dos rios. Agora, a esperança das populações ribeirinhas atingidas é de que o governo do Estado envie ajuda humanitária urgente na forma de recursos financeiros, cobertores, kits de higiene, limpeza e alimentos.

O secretário-geral de Governo de Uruguaiana Paulo Fossari informou que a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) está mobilizada e marcou reunião de emergência na próxima segunda-feira (5), em Porto Alegre, com os prefeitos dos municípios atingidos. “Nessa reunião, da qual participará o prefeito Ronnie Mello, serão levantadas informações e subsídios a fim de que seja marcada a viagem dos prefeitos à Brasília onde pedirão ajuda financeira para a reconstrução de casas e de patrimônio” informou Paulo Fossari.

O coordenador regional da Defesa Civil do Estado, major Rinaldo Castro mantém reuniões há três dias no Salão Nobre da Prefeitura de Uruguaiana para a tomada de decisões sobre ações de socorro aos flagelados. “Creio que o município deve finalizar hoje (sexta-feira) o pedido de ajuda e eu já conversei com a chefia em Porto Alegre que garantiu colocar à disposição o que o for solicitado pelo governo municipal”, garantiu Castro.

FREDERICO BUSCA ALTERNATIVAS PARA CIDADES DA FRONTEIRA ATINGIDAS

Com o objetivo de agilizar soluções para os municípios atingidos pelas fortes chuvas dos últimos dias no Rio Grande do Sul, em especial os da Fronteira Oeste, o deputado Frederico Antunes (PP) reuniu-se nesta sexta-feira (2), em Brasília, com o Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, e com a Diretora Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, Ana Carolina Soares de Amorim. Frederico solicitou a adoção de medidas urgentes por parte do Governo Federal devido aos graves prejuízos causados a cidades gaúchas como Uruguaiana, São Borja, Itaqui, Alegrete, Quaraí e Barra do Quaraí, entre outras. Em resposta à requisição do parlamentar, o Ministro entrou em contato imediato com a Defesa Civil Nacional e, atendendo ao pedido do parlamentar progressista, anunciou que fará nos próximos dias uma visita in loco as cidades atingidas pela intempérie, em conjunto com representantes da Defesa Civil e do Ministério da Integração Nacional. “Estamos sensíveis ao apelo feito pelo deputado Frederico para amparar milhares de famílias gaúchas da Fronteira que foram duramente penalizadas pelas enchentes. O Governo Federal não faltará com sua responsabilidade”, disse Terra.

GESTORES DE CALAMIDADES

A diretora do FNAS, Ana Carolina, disse que o Ministério da Integração Nacional realizará, no dia 28 de junho, em Brasília, um curso de capacitação para gestores de todo o País. Conforme Frederico, embora o prazo para inscrições já tenha se encerrado oficialmente, as autoridades atenderam a seu pedido e autorizaram que os municípios gaúchos mais atingidos pelas cheias, incluindo Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaqui, Quaraí e Barra do Quaraí, façam sua inscrição no curso até o próximo dia 16 deste mês. “A situação das cidades da fronteira é especial, por isso conseguimos a extensão do prazo de inscrição no curso, que permitirá aos gestores municipais obter informações fundamentais sobre como acelerar o processo de disponibilização destes recursos tão importantes para amenizar os prejuízos causados pelas chuvas, bem como para outros programas de desenvolvimento social e econômico dos municípios”, resumiu Frederico.

03/06/2017 | Diário da Manhã | Capa | 1

Vereadores querem ampliar debate sobre decreto do governo do Estado

Página 8.

03/06/2017 | Diário da Manhã | Opinião | 4

Os cúmplices

Todas as histórias sobre o Orçamento público, seja ele estadual, municipal ou federal estão mal contadas.

Teoricamente falando, o Executivo é obrigado a cumprir todo o Orçamento. Mas só teoricamente. Porque os diligentes senhores que fizeram a Constituição, esqueceram de dizer que o Executivo, seja ele municipal, estadual ou federal é obrigado a cumprir todo o orçamento votado e aprovado pelo Legislativo.

Todo o Orçamento votado pelas Câmaras de Vereadores, pelas Assembleias Legislativas e pelo Congresso Nacional é facultativo. Isto é, só será cumprido se o Executivo quiser. Se o Executivo não quiser, até logo, passe bem e vá se queixar para o bispo.

Essa insanidade só existe na América Latina e com toda a certeza é um dos motivos do nosso atraso. Em qualquer nação do Primeiro Mundo, o Presidente é obrigado a cumprir o Orçamento votado pelo Legislativo, sob pena de perder o seu mandato. Aqui, senhores e senhoras, nada obriga ninguém a nada. Se, por exemplo, a Assembleia Legislativa aprovar uma emenda estendendo uma estrada por mais 10 quilômetros, o Governo do Estado só realiza o trabalho se quiser. Começa por ai a corrupção brasileira. Porque para ver os seus projetos aprovados, o Executivo é obrigado a trocar favores com o Legislativo. E nessa hora, o interesse pessoal dos deputados está sempre na frente do interesse público. Ganha mais quem pode mais e não quem necessita mais.

Mas o problema não fica por aí. Como não existe obrigação do Executivo de realizar coisa alguma, ele só faz o que lhe convém politicamente. Vamos supor que existam duas cidades vizinhas: uma chamada Progresso e outra Atraso. Progresso precisa de água para suas indústrias. Atraso não só não tem indústrias como tem água de sobra. No entanto na hora de destinar as verbas, Atraso ganha uma nova estação de tratamento, porque possui um deputado mais eficiente que Progresso. Esse absurdo acontece centenas de vezes, todos os anos, pelo Brasil. Somente os mais escandalosos são noticiados. A maioria fica longe do noticiário.

Portanto, os parlamentares influentes não se corrompem sozinhos. Como é o Executivo quem lida com o dinheiro, quem paga as obras ganha bem mais do que quem as sugeriu. Ou seja, todos são cúmplices.

03/06/2017 | Diário da Manhã | Economia | 8

Vereadores querem debater decreto estadual

O deputado Adão Villaverde (PT) acompanhou a entrega de uma moção dos vereadores pelotenses Antônio Peres (PSB) e Marcos Ferreira (Marcola, do PT) ao presidente da Assembleia Legislativa, Edegar Pretto, pedindo apoio do Parlamento gaúcho para realizar uma audiência pública para debater o decreto estadual 53.304/ 2016, que, do modo como foi editado, prejudica o comércio de carnes e outros produtos em todo o RS.

No encontro, quarta-feira, os parlamentares municipais argumentaram que o decreto do governo Sartori, determinando que minimercados, supermercados e açougues adotem sistema padrão de controle de identificação de origem e de procedimentos operacionais, prejudica os pequenos negócios, com reflexos na economia e no desenvolvimento dos municípios. Para eles, é necessário ampliar o debate e fazer ajustes.

Villaverde informou a Marcola que já foram protocoladas dois pedidos de audiências públicas para tratar deste assunto. Um dos requerimentos foi protocolado em conjunto por Villaverde, pelas deputadas Miriam Marroni (PT) e Manuela D'Ávila (PCdoB) nas Comissões de Saúde e Meio Ambiente; Assuntos Municipais; e Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo.

O outro pedido foi encaminhado pelo deputado Catarina Paladini (PSB) na Comissão de Segurança e Serviços Públicos. Para Villaverde, este tema precisa ser tratado em nível estadual, uma vez que impacta diversos municípios.

03/06/2017 | Diário de Canoas | País | 5

Assembleia arquiva pedido de plebiscito

Segundo presidente, Edgar Pretto, faltam condições legais

Faltam condições legais para que a Assembleia Legislativa dê continuidade ao pedido do governo do Estado e faça o plebiscito para consulta à população sobre privatizar ou não as empresas estatais gaúchas Sulgás, CEEE e CRM. Es ta foi a tônica da coletiva de imprensa realizada na manhã de ontem com o presidente do Parlamento, deputado Edegar Preito (PT), o procurador-geral da Assembleia, Fernan do FelTeira, o procurador Marcelo Martinelli, o superintendente Legislativo Leonel da Rocha e a superintendente geral Mari Perusso. Segundo Pretto, a matéria deve, a exempio ele todas as outras que tramitam na Casa, ter seu rito estabelecido conforme determina a lei.

"Não posso levar adiante porque as normas são muito claras"

afirmou, destacando que na prática há odes· cumprimento de diversos requisitos formais necessários para a convocação da consulta solicitada pelo governo estadual. Com base na análise feita pela Procuradoria e pela Superintendência Legislativa, seria preciso que o excutivo encaminhasse projeto explicitando o que exatamente de· seja fazer com cada urna das estatais, ou seja, se o objetivo é vendê·las à iniciativa privada, fede· ralizá·las, extinguias ou mesmo incorporálas . No entanto, até o momento, argwnenta Pretto, nenhum projeto de lei parti ndo do governo estadual com essas questões chegou ao Parlamento. De acordo com a legislação, somente após lUTI PL com este objeto ser protocolado pelo governo é que Projeto de Decreto legislativo, e neste caso solicitado por no minimo 19 parlamentares, inicia tramitação para autorizar ou não o plebiscito. "Ouvira dadania é um imperativo" Em nota, o governo do Estado reafirmou o pedido para que o plebiscito seja realizado, ainda es te ano. "Ouvir a cidadania é imperativo do processo político, que não pode sofrer qualquer espécie de inibição", argwn entou no documento. Segundo o governo, todos os requisitos constitucionais e infraconstitucionais foram rigorosamente cwnpridos e os motivos para a realização da consulta pública já estão "formal e publicamente expostos, tendo em vista a grave situação das companhias envolvidas, com grande repercussão nos serviços essenciais do Estado". Ainda segundo o Executivo, a Procuradoria Geral do Estado estuda as próximas medidas cabíveis.

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Capa | 1

116 anos e uma única reforma

Página 13

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Capa | 1

Justiça determina construção de presídio feminino na cidade

Página 18

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Claudemir Pereira | 10

Luneta VII

De uma coisa, ao menos, o governador José Ivo Sartori (como já ocorrera com Tarso Genro) não pode se queixar.

E Sim, o titular do Palácio Piratini pode viajar para o Exterior (como agora, para o Japão) sem medo de deixar um vice-governador inimigo no seu lugar. No caso de hoje, José Paulo Cairoli (PSD).

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Armando Burd | 12

Desentendimento em seis atos

Primeiro: o Executivo enviou à Assembleia projeto eliminando a necessidade de plebiscito estabelecido por lei para vender estatais. Após cinco meses de negociações, não obteve os 33 votos para aprovar. Segundo ato: diante do obstáculo, os governistas reconsideraram, apresentando proposta pela qual o Legislativo liberaria a realização de consulta à população sobre o futuro da CEEE, da Companhia Riograndense de Mineração e da Sulgás. Terceiro ato: o presidente da Assembleia, deputado Edegar Pretto, ontem, considerou o projeto vago, porque não define se envolve federalização, privatização ou incorporação.

Por isso, mandou arquivar. Quarto ato: o governo alegou que não quis engessar e as emendas dos deputados dariam o contorno à proposta. Esqueceu, porém, de dar o aviso a todos. Quinto ato: como em outras ocasiões, não houve ensaio e diálogo. Último ato: o objeto em si do plebiscito ficou esquecido. Situação e oposição se embrenharam na formalidade.

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Armando Burd | 12

Visor I

A reclamação é constante entre deputados estaduais da base aliada. O núcleo do poder no Piratini decide sem consultar e às vezes nem comunica, gerando desconforto.

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Estado | 12

Pretto arquiva o pedido de plebiscito

O Palácio Piratini reagiu, na tarde de sexta, à decisão da Assembleia Legislativa de arquivar o pedido de plebiscito para saber se a população é a favor ou não de vender a Sulgás, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Companhia Riograndense de Mineração (CRM). Em entrevista coletiva, o chefe da Casa Civil do governo José Ivo Sartori (PMDB), Fábio Branco (PMDB), criticou a postura do presidente do Legislativo, Edegar Pretto (PT), que, na manhã de sexta, anunciou o arquivamento do pedido do Piratini, alegando falta de condições legais.

Acompanhado do procurador-geral do Estado (PGE), Euzébio Ruschel, e do líder do governo na Assembleia, Gabriel Souza, Branco disse que o governo seguiu os trâmites previstos na Constituição Estadual para fazer o encaminhamento do pedido de plebiscito ao parlamento. O governador também se manifestou sobre a decisão antes de viajar em missão ao Japão. – Eu gostaria que a população do Rio Grande do Sul fosse ouvida sobre o Estado como um todo, não se pode sonegar à população se manifestar sobre o futuro do Rio Grande do Sul – argumentou Sartori, em entrevista à Rádio Gaúcha. Ao anunciar sua decisão, o presidente da Assembleia ressaltou que o plebiscito é uma conquista do povo gaúcho, porém a matéria deve, a exemplo de todas as outras que tramitam na Casa, ter seu rito estabelecido conforme determina a lei.

O governo, conforme ele, deveria ter encaminhado, primeiro, um projeto explicando sobre o futuro das estatais antes do decreto. – Não posso levar adiante porque as normas são muito claras – justificou Edegar, destacando que, na prática, há o descumprimento de diversos requisitos formais necessários para a convocação da consulta solicitada pelo governo Sartori.

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Educação | 13

Mais de um centenário de histórias (sem reparos)

Com mais de 100 anos de história, o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, em Santa Maria, passou por uma única reforma, em 1938. Atualmente, a gestão tenta fazer a manutenção da escola, conforme o possível, mas as verbas repassadas pelo Estado não são deficientes, segundo a diretora da instituição, Meri Musa Nogueira. Além disso, ela comenta que os trâmites burocráticos exigidos para a contratação de empresas que prestem os serviços de reparação são muito exigentes, fazendo com que desistam do processo de tomada de preços.

Fundado em 1901, de acordo com o arquivo histórico do governo estadual, disponível online, o Olavo Bilac foi o primeiro instituto de educação criado no interior do Estado. Em 2006, foi tombado como Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria. Atualmente, ocupa boa parte de uma quadra da Rua Conde de Porto Alegre, da esquina da Rua Olavo Bilac até a esquina da Rua Coronel Niederauer, e atende cerca de 1,8 mil alunos. Meri Musa conta que o prédio principal é o mesmo desde a fundação do colégio. Além de problemas no piso e na fiação elétrica, a diretora revela que algumas janelas estavam sem fechaduras e, para que não batessem com o vento, elas foram pregadas e não abrem mais. – Temos inúmeros vidros quebrados. Mas como abrir processo de tomada de preço é uma burocracia enorme, fica difícil de fazermos as trocas.

Preciso que crês empresas participem da tomada de preços para ser válido o processo de escolha. É complicado – diz Meri Musa. Além disso, como a verba que o Estado passa mensalmente para o colégio não é suficiente para cobrir as despesas, a diretora conta com doações de materiais da comunidade escolar. Há cerca de duas semanas, o instituto organizou uma gincana solidária para arrecadar materiais de limpeza e de higiene pessoal para a escola. A diretora conta que esses produtos, no fim, serão usados para atender os próprios alunos e funcionários. Meri Musa ainda agradece muito por toda a ajuda que recebe de pais, responsáveis, servidores e dos estudantes, para que consigam manter o co- légio limpo e organizado.

ÁREA “NOVA"

Os demais complexos foram construídos de acordo com a expansão da instituição de ensino. Contudo, mesmo os prédios “mais novos” precisam de reparos. A vice-diretora, Iria Maria Balzan, conta que a instituição conseguiu pleitar, em 2012, uma reforma pelo Plano de Necessidades de Obras (PNO), que prevê a realização de obras completas nas instituições públicas de ensino por meio do Estado. A aprovação de R$ 312.880,38 para realizar a recuperação do projeto arquitetônico e complementar (hidráulico, elétrico, drenagem, pavimentação) do instituto foi publicada no site da Secretaria Estadual de Educa- ção (Seduc) no dia 26 de setem- bro de 2013. A notícia também informava que uma determinada empresa estava contratada, por meio de licitação, para realizar o trabalho. Entretanto até o momento, o serviço ainda não foi iniciado.

Além do prédio, árvores também são velhas

Não são apenas os prédios do Instituto Olavo Bilac que são tombados como Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria. Algumas árvores no pátio da instituição de ensino também são protegidas por lei, pois foram plantadas na época da fundação da escola. Porém, algumas dessas plantas levam problemas à diretoria. Como são bastante velhas, apresentam riscos à segurança de alunos e ser- vidores. Desde o dia 8 de maio, o pátio da Educação Infantil está interditado, pois um grande galho de uma dessas árvores quebrou. O fato aconteceu no horário do recreio da tarde, mas as crianças faziam o intervalo dentro das salas de aula porque estava chovendo. Desde a data, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Corpo de Bombeiros e um grupo de alunos da Engenharia Florestal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) trabalham em um levantamento da cobertura vegetal da escola. O estudo vai apontar quais árvores deverão ser podadas, quais serão suprimidas e quais espécies serão plantadas no lugar.

INTERVENÇÃO JUDICIAL

Uma audiência pública, entre a escola e a Promotoria Regional de Educação, estava marcada para a última quinta-feira, contudo, a data foi remarcada para a próxima terça-feira. O encontro será para debater a falta de segurança no pátio por conta das árvores e como pagar a poda. Segundo a diretora, o serviço deve ser quitado com autonomia da escola, mas ela questiona como, se o recurso não é suficiente nem para as despesas previstas.

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Segurança | 18

Justiça determina construção de presídio feminino aqui

A 1ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública de Santa Maria condenou o Estado a construir um presídio feminino na cidade. O governo estadual recorreu, e o caso será encaminhado ao Tribunal de Justiça. A condenação em primeira instância é resultado de uma ação civil pública ajuizada pelo promotor César Augusto Pivetta Carlan, em 2015. No acompanhamento feito no Presídio Regional – onde ficam as mulheres com penas privativas de liberdade –, o promotor verificou, nos últimos seis anos, que muitas presas que deveriam estar cumprindo pena no regime fechado estavam em prisão domiciliar – por vezes, sequenciais – porque o local não oferece espaços de convivência entre detentas e seus recém-nascidos, como previsto na Lei de Execução Penal.

Além disso, conforme o Ministério Público, as condições estruturais de separação dos presos por sexo são precárias no Regional. – Tem aumentado muito a po- pulação carcerária feminina (no município), vindo presas, inclusive, de outras cidades da região, e o Estado não se estruturou para recepcionar essa massa carcerária. Uma penitenciária feminina tem uma série de requisitos, como espaço para convivência com os filhos, para amamentação, para gestantes... que não existem na cadeia de Santa Maria. Tem mui tas presas condenadas por crimes graves que estão em casa porque o Estado não fornece uma casa prisional adequada. É uma distorção na execução da pena. Esse descaso vem de anos. Não há investimento, não há estratégia de enfrentamento desse problema – argumentou o promotor.

A Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) diz que já executou muitas melhorias no local com recursos destinados pelo Judiciário. Recentemente, foi aprovado o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios (PPCI) por parte do Corpo de Bombeiros. Mesmo assim, o delegado admite a necessidade de ter uma unidade prisional específica e adequada conforme a legislação para atender o público carcerário feminino. – Em geral, quando a presa se aproxima da data do parto, a sua defesa solicita a prisão domiciliar à Justiça, que tem concedido. Isso para que ela consiga ficar com o filho o maior tempo possível, porque não temos condições de abrigar essa criança. Isso ocorre em todo o Estado, não só em Santa Maria – explicou o delegado penitenciário regional, Anderson Procknow. A sentença divulgada na quinta-feira foi publicada em 10 de abril. O Estado recorreu em 10 de maio. Atualmente, o processo está com o promotor Cesar Carlan, que fará uma manifestação sobre o recurso. Depois, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça

ENTENDA A SITUAÇÃO

Até 2011, havia um alojamento para 40 presas na parte administrativa do Presídio Regional de Santa Maria

Com a inauguração da Penitenciária Estadual de Santa Maria (Pesm), no distrito de Santo Antão, naquele ano, uma ala do Presídio Regional foi adaptada para as mulheres, mesmo assim, não tem berçário nem creche, como determina a lei

Atualmente, as presas ficam em galeria distante das dos homens, com pátios separados

Em abril, a Justiça condenou o Estado a construir um presídio feminino na cidade. Em maio, o governo estadual recorreu

Não há informações sobre que modelo e que capacidade teria esse presídio feminino nem quanto custaria a obra

Segundo o Ministério Público, o Estado teria áreas disponíveis na cidade, inclusive junto ao atual presídio, para a construção

Na sexta-feira, havia 67 apenadas recolhidas no Regional de Santa Maria. Dessas, 6 realizam serviço externo

Outras 27 detentas cumprem prisão domiciliar – 1 gestante, 2 em período de amamentação e 1 para cuidar do filho menor de 1 ano, 3 em tratamento de saúde, 12 em regime aberto devido à superlotação, 4 porque são de outras cidades e 4 cujas prisões preventivas foram convertidas em domiciliares

03/06/2017 | Diário Gaúcho | A Vida da Gente | 3

Sartori vai ao Japão

Uma comitiva gaúcha com 26 pessoas deixou Porto Alegre no início da noite desta sexta-feira. O grupo, liderado pelo governador José Ivo Sartori, irá ao Japão em busca de atração de investimentos e financiamento de projetos. A agenda prevê quatro dias de agendas, reuniões e um seminário.

03/06/2017 | Diário Gaúcho | A Vida da Gente | 4

Assembleia arquiva pedido de plebiscito

O pedido para realização de plebiscito para perguntar aos gaúchos se eles concordam com a venda de estatais, encaminhado pelo governo estadual, foi arquivado pela Assembleia Legislativa.
Se ainda tiver interesse em convocar a população para decidir o futuro da CEEE, Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), o governo gaúcho precisará cumprir o rito legislativo.

03/06/2017 | Diário Popular | Cidades | 9

Fenadoce é aberta oficialmente

Diversas autoridades participaram da cerimônia realizada na sexta-feira, degustaram as delícias de Pelotas e visitaram os pavilhões da feira

A 25º Fenadoce, aberta oficialmente na noite desta sexta-feira, deve contar com a visitação de mais de 270 mil pessoas até o próximo dia 18, no Centro de Eventos. A solenidade, realizada na Cidade do Doce, reuniu diversas autoridades, entre elas o governador em exercício, José Paulo Cairoli; a prefeita Paula Mascarenhas; o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério Social e Agrário; Caio Rocha; o secretário estadual de Modernização Administrativa, Raffaele Di Cameli; o deputado Catarina Paladini, representando a Assembleia Legislativa; deputados federais e estaduais, prefeitos, secretários municipais, vereadores de Pelotas e região, lideranças de entidades e instituições, Comando Geral da Brigada Militar, e presidente da Câmara de Vereadores de Pelotas, Luís Henrique Viana.

A conselheira gestora da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Pelotas, Vanice Krause, foi quem deu as boas vindas aos convidados e ao público geral, em nome da entidade promotora. Ela lembrou que a feira foi criada em 1986, através de parceria entre o Poder Público e entidades; em 1995 a CDL assumiu a realização do evento, que em 2017 homenageia o doce e as doceiras. A Fenadoce está ilustrada e ambientada pelo artista plástico Madu Lopes, que destaca no trabalho a importância do doce, doceiras e as etnias portuguesa, africana, alemã, francesa e italiana.

Vanice salientou que realizar a feira é um ato de coragem e a CDL assumiu o desafio de se reinventar e continuar promovendo o evento. A temática desta 29 edição revela esse compromisso, disse. A prefeita Paula Mascarenhas fez questão de citar que foi no primeiro governo do então prefeito Bernardo de Souza que a Fenadoce foi criada e que ser prefeita e participar da abertura da feira é uma honra para ela, que não poderia deixar de homenagear "o político que dignificou a atividade pública". "A Fenadoce é um grande exemplo de união entre o Poder Público e a iniciativa privada. Que seja um exemplo para todos nós e para o Brasil, que precisa de bons exemplos", frisou.

O deputado estadual Catarina Paladini manifestou o reconhecimento do Parlamento gaúcho aos promotores da Fenadoce, classificados por ele como empreendedores e corajosos em um momento de crise econômica. O governador em exercício, José Paulo Cairoli, também falou em empreendedorismo. "O Estado vê a fundamental importância de cada um dos senhores", ressaltou. Disse que vê Pelotas avançar, ganhar mercado e crescer.

"Independentemente de cor partidária ou ideologia, todos nós queremos desenvolvimento e crescimento, e vejo isso evoluindo na Aliança Pelotas. Quando nos unimos, fazemos a diferença", concluiu.

Após o encerramento da cerimônia, as autoridades visitaram a Fábrica do Doce, degustaram as delícias de Pelotas e participaram da abertura da Feira de Agricultura Familiar, evento que oportuniza a exposição dos produtos da região. Destaque para a execução e interpretação dos Hinos Nacional e Rio-grandense pela banda Mídia, durante o ato de abertura da Fenadoce, que emocionou o público.

PROGRAMAÇÃO

Para este final de semana, várias atrações estão previstas. No multi-palco, o sábado e o domingo serão dedicados ao Rodeio Artístico da 26a Região Tradicionalista, com apresentações de dança e música tradicionalista, até as 21h. Mais de 800 pessoas participam do espetáculo. No palco principal terá dança e música. Neste sábado, o Senac/ Pelotas oferece oficinas gratuitas ao visitantes durante a programação do 3° Festival de Gastronomia, que acontece dentro dos pavilhões do Centro de Eventos, em um novo formato.

Os três palcos da Fenadoce receberão shows musicais e artísticos durante todo o final de semana. O palco principal e o palco central da Praça de Alimentação, além do palco da Cidade do Doce, iniciam a programação às 15h. Os shows fazem parte do projeto da organização da feira, de valorizar os artistas da região.

03/06/2017 | Diário Popular | Polícia | 31

PEC divide opiniões na Segurança Pública

Proposta de Emenda à Constituição prevê retirada da BM da guarda externa dos presídios

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) tem causado polêmica e dividido opiniões entre servidores da área da Segurança Pública. Isso porque a PEC 255/2016 do governo do Estado propõe a retirada da obrigatoriedade da Brigada Militar (BM) de realizar a guarda externa dos presídios. Uma das alternativas para substituição é de que a responsabilidade passe para a iniciativa privada ou seja feita por meios e sistemas tecnológicos de vigilância eletrônica. A intenção é que com o recolhimento dos policiais militares das guaritas das penitenciárias, os PMs sejam remanejados para o policiamento ostensivo. A proposta faz parte do pacote de medidas do governador José Ivo Sartori (PMDB) que deve ser votada na próxima terça-feira. Se aprovada, a medida altera o artigo 129 na Constituição Estadual.

O projeto que tramita na Assembleia Legislativa é bem visto pelo Comando do 4Q Batalhão de Polícia Militar (BPM). Caso seja aprovado, viabilizará mais 110 policiais nas ruas da Região Sul, conforme dados do Comando de Policiamento Ostensivo do Sul (CRPO-Sul), com base nos militares que atuam na guarda externa dos presídios da Zona Sul. De acordo com o comandante do CRPO-Sul, tenente-coronel Carlos Alberto Andrade, o número de policiais que poderão retornar às ruas pode ser comparado à quantidade de policiais que compõem companhia. No Estado, seriam mais 500 PMs. "A Brigada vê como um ponto positivo para a Segurança Pública já que mais PMs poderão realizar o trabalho em defesa da comunidade", comentou o subcomandante do 4Q BPM, major Márcio André Facin.

No Presídio Regional de Pelotas (PRP), pelo menos quatro PMs realizam o serviço na guarda externa por turno. Apesar disso, no ano passado, um caminhão em marcha a ré destruiu parte do muro lateral do PRP e ocasionou a fuga de seis criminosos de alta periculosidade. Os policiais que realizavam a guarda externa estavam em horário de almoço e, por isso, as guaritas estavam vazias. Para um policial do 4Q BPM, a situação demonstra a importância da BM nos presídios.

"Se houvesse outros militares substituindo os que estavam ausentes, isso poderia não ter acontecido", opina. Já um servidor da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) considera que os criminosos iriam fugir de qualquer forma por conta da ineficiência do Estado. "A presença dos policiais não iria fazer diferença. Eles eram muitos e os PMs poucos", comentou.

O diretor do Presídio Regional de Pelotas, Hamilton Fernandes, avalia que é tarefa constitucional da Brigada Militar realizar o policiamento ostensivo e ficar responsável pela guarda externa dos presídios.

Para o administrador da penitenciária, caso a BM seja retirada da guarda externa, o mais "sensato" a se fazer seria colocar servidores da Susepe para realizar os serviços, desde que haja suporte para isso. "Outras possibilidades seriam inviáveis para manter a guarda externa dos presídios", comentou.

03/06/2017 | Diário Serrano | Geral | 8

Nomeações no Estado

Foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta sexta-feira (2) a nomeação de servidores em cargos vagos em diversas áreas de atuação no governo do Estado. O ato visa suprir os cargos cujos concursados, chamados ou nomeados, não tomaram posse, bem como substituir servidores emergencialmente contratados e dispensados pelo término do prazo de contratação. A medida não se trata de criação de novos cargos.

O preenchimento de vagas existentes atende serviços essenciais à população, reforçando as áreas da Saúde, Meio Ambiente e Infraestrutura. É o caso da nomeação de 40 médicos para o Sistema Estadual de Regulação e de 25 guarda-parques para vigilância em áreas pertencentes ao Estado -e que, atualmente, estão desguarnecidas. Engenheiros também serão designados para a execução de obras em escolas e presídios que possuem recursos obtidos de convênios.

As demais nomeações são para o Instituto Riograndense do Arroz (Irga), Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) e Agência Estadual de Regulação dos Serviços Púbicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs).

03/06/2017 | Folha do Mate | Polícia | 17

Governo promete o maior concurso para a segurança

Durante a formatura de 223 escrivães e inspetores de polícia, na manhã da última sexta-feira, o secretário de Segurança Pública, Cézar Schirmer, anunciou que em breve será realizado o maior concurso para a área, já feito no Estado. O secretário informou que o governador José Ivo Sartori depende da aprovação, pela Assembléia Legislativa, dos projetos da segurança pública, para abrir o concurso.

Schimer lembrou o esforço que o governo está fazendo para recuperar o número do efetivo da Polícia Civil e disse que não há mais ninguém para ser chamado. "Mesmo que nós quiséssemos chamar mais concursados, não poderíamos. Todo o banco de concursados, de todas as instituições da segurança pública, já foram chamados"disse Schimer.

Apesar do anúncio, nem o secretário, nem o governador, que participou da formatura, deram detalhes de como o concurso será realizado e que tipo de vagas serão abertas.

NOVOS POLICIAIS

Concluíram o curso de formação profissional da Academia de Polícia Civil (Acadepol) 111 inspetores e 112 escrivães. O chefe de Polícia, Emerson Wendt, afirmou que a formatura é um ato concreto de reposição de efetivo e de reforço do aparato policial de investigação criminal. "Os novos agentes devem ir para as áreas de maior carência e locais com maior incidência de criminalidade", disse. De acordo com Wendt, metade das nomeações desses formandos é para o interior. Nenhum deles dever ser lotado na Delegacia de Polícia de Venâncio Aires.

O curso de formação tem 930 horas/aula. Entre as disciplinas estão técnicas de investigação policial, inteligência, tiro policial e defesa pessoal, técnicas em operações policiais e legislações diversas. Todos os formandos têm nível superior. Os novos policiais estão aptos para nomeação e posse, previstas para ocorrer ainda este mês.

Conforme o chefe polícia, há outros 100 inspetores e 15 escrivães que estão em formação, com previsão de conclusão de curso em novembro deste ano.

03/06/2017 | Folha do Mate | Polícia | 17

Integrantes da UNP coletam e doam materiais aos presos

Membros da Universal auxiliam os apenados, familiares e agentes penitenciários

Há oito anos, um morador do bairro Battisti auxilia apenados, seus familiares e agentes penitenciários com o que deveria ser uma

obrigação do Estado. Marcone Klafke visita comércios e conta com a colaboração de amigos e frequentadores da igreja Universal para arrecadar material de higiene e limpeza. Tudo é separado a repassado a quem necessita.

Responsável pela Universal Nos Presídios (UNP), Klafke desenvolve esta atividade voluntária desde os tempos do extinto Instituto Penal Mariante (IPM). Com o fechamento da casa prisional de regime semiaberto, seguiu com seu trabalho e agora auxilia os apenados, familiares e agentes penitenciários da Penitenciária Estadual de Venâncio Aires (Peva).

Nesta semana, Klafke fez uma doação de cem kits para os apenados, contendo creme dental, escova de dentes, sabonete, desodorante, xampú, entre outros itens para higiene. "Nosso objetivo é salvar estas almas", salienta.

Afora as doações, semanalmente o responsável pela UNP vai à Peva. Toda a terça-feira das 13h30min às 15h30min, realiza culto nas quatro galerias, separadamente. "E nossa intenção é de abrir igrejas nos presídios e fazer estas doações mensalmente", explicou Klafke, lembrando que este serviço voluntário é feito em todo o Brasil.

03/06/2017 | Folha do Sul | Polícia | 22

Maior concurso para a Segurança Pública já feito RS, diz Shirmer

O secretário estadual de Segurança Pública, Cezar Schimer, disse, na manhã de ontem, que o governo gaúcho está fazendo o possível para recuperar o número do efetivo da Polícia Civil. "Mesmo que nós quiséssemos chamar mais concursados, não poderíamos. Todo o banco de concursados, de todas as instituições da segurança pública, já foram chamados. E tão logo a Assembleia Legislativa vote os projetos da Segurança, o governador vai chamar o maior concurso para a Segurança Pública já feito no Rio Grande do Sul", anunciou ele.
A manifestação ocorreu durante a cerimônia em que 223 escrivães e inspetores de polícia se formaram, realizada no Centro de Eventos do Barra Shopping Sul.

Concluíram o curso de formação profissional da Academia de Polícia Civil (Acadepol) 111 inspetores e 112 escrivães.

03/06/2017 | Gazeta do Sul | Panorama | 3

Não vai andar

O presidente da Assembleia Legislativa, Edegar Pretto (PT), afirmou nessa sexta que não dará continuidade ao pedido de plebiscito apresentado pelo governo para definir se três empresas estatais – a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) – devem ou não ser privatizadas ou federalizadas. Segundo Pretto, faltam condições legais para que o processo avance.

O presidente alega que seria necessário o Estado apresentar um projeto de lei explicitando o que pretende fazer com cada uma das estatais para a viabilização do plebiscito. Até agora, porém, só o que o Piratini apresentou foi uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que dispensava a necessidade de consulta pública para decidir o futuro das companhias – e que foi retirada de pauta na semana passada. “Não posso levar adiante porque as normas são muito claras”, afirmou Pretto.

03/06/2017 | Gazeta do Sul | Panorama | 3

Contraponto

À tarde, foi a vez de representantes do governo se manifestarem. Eles garantiram que todos os requisitos constitucionais estão sendo observados e criticaram a postura do presidente da Assembleia. “A oposição não quer que o povo gaúcho tenha opção de escolha”, afirmou o líder de governo na Assembleia, Gabriel Souza (PMDB).

Há quem diga que não realizar o plebiscito é melhor negócio para o governo. Se a votação não for obrigatória, a tendência é que a mobilização dos sindicatos pese mais. Se a consulta for no ano que vem, será junto com as eleições.

03/06/2017 | Gazeta do Sul | Panorama | 3

Frases da semana

"Precisamos de um Estado mais eficiente e a população vai dizer o Estado que queremos".

José Ivo Sartori (PMDB), governador do RS, ao anunciar a convocação de plebiscito para definir o futuro da CEEE, CRM e Sulgás.

03/06/2017 | Jornal do Povo | Geral | 4

Numeradas

1 O Estado não tem condições legais de fazer em 2017 o plebiscito para que a população decida se quer ou não vender a CEEE, a Sulgás e a CRM. A Assembleia Legislativa devolveu ao Piratini o ofício solicitando a consulta, uma vez que o documento não cumpre as exigências legais. Para que o plebiscito ocorresse em 2017 todo o trâmite deveria acontecer até 14 de junho. Qualquer falha na questão procedimental poderá ser questionada por entidades interessadas junto ao Tribunal de Justiça (TJ), trancando todo o processo.

2 A consulta segue normas estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nas Leis 9.709/98 e 9.207/91. De acordo com os textos, após o PL ser protocolado pelo Executivo, um projeto de decreto legislativo solicitado por um terço (19) dos deputados estaduais começa a tramitar para autorizar ou não a consulta. Para aprovar, são necessários 37 votos. Aí entra a Justiça Eleitoral para organizar a votação, onde as únicas respostas possíveis são sim ou não. Finalmente, tem de convencer o povo gaúcho a votar pela venda de CEEE, Sulgás e CRM.

03/06/2017 | Jornal do Povo | Geral | 4

Chuva sem frio

O inverno será chuvoso e sem friozão, diz o prognóstico climático entregue pela Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Gabinete da Defesa Civil do governo do estado.

03/06/2017 | Jornal do Povo | Geral | 17

MP de olho nas obras da RSC 481

CERRO BRANCO Lideranças cobraram retomada do asfaltamento

Várias lideranças da região central do estado estiveram na audiência agendada pelo deputado Adolfo Brito com o procurador-geral de Justiça Marcelo Lemos Dornelles e com a promotora Débora Becker, de Cachoeira do Sul, na tarde de quarta-feira, em Porto Alegre.

No dia seguinte, a empresa responsável pela obra, a Giovanella, já começava a enviar máquinas para o trecho para a retomada do asfaltamento.

A audiência, na sede do Ministério Público, serviu para que lideranças, como os vereadores Arnildo Priebe e Jaques Auler, ambos de Cerro Branco, Arnaldo Beskow, produtor rural e empresário, e as lideranças Juarez Lamb e Ivan Seckler, também de Cerro Branco, além do vereador Marco Antônio Larger, de Cande-lária, interessado no trecho Candelária-Sobradinho, da RS 400, que só terá início após a conclusão do trecho Cerro Branco/Novo Cabrais, juntamente com o deputado Brito, pudessem expor a situação de abandono

daquela rodovia e as dificuldades enfrentadas pelas comunidades.

CONTRATO

O contrato entre o Estado e a construtora Giovanella teve vários inícios e paralisações de serviços, e, enquanto isso, o trânsito tem sido sofrível para os usuários, com prejuízos de toda ordem – inclusive com dificuldades de algumas empresas para fazer entregas em Cerro Branco. O Ministério Público recebeu o abaixo-assinado, com 470 assinaturas, solicitando a interferência para que haja a conclusão das obras.

A própria promotora Débora Becker ficou encarregada de notificar e solicitar providências tanto da empresa quanto do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) em relação ao cumprimento do que está estabelecido no contrato. Por coincidência, a promotora Débora informou que, transitando pela rodovia, pôde constatar pessoalmente a situação e teve um pneu de seu carro furado.

O deputado Brito e as lideranças consideraram muito positiva a audiência. "Saímos do encontro com a convicção de que agora as obras deverão ser concluídas", disse o parlamentar.

Daer cobrou a Giovanella pelo asfaltamento

Os moradores de Cerro Branco e Novo Cabrais já verão nos próximos dias a retomada das obras na RSC 481. É pela rodovia que serão retomadas as obras no lote 6 do Programa Restauro. Essa foi a informação transmitida pelo secretário dos Transportes, Pedro Westphalen, ao vice-prefeito de Cerro Branco, Edson Lawall, e ao ex-prefeito de Novo Cabrais, Valério Lawall.

Os serviços – que integram o Acordo de Resultados 2017, firmado entre o governo do estado, secretarias estaduais e instituições vinculadas – são executados pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) e financiados pelo Banco Mundial. "Essa rodovia é muito importante para a região, mas sabemos que existe um grande processo burocrático para iniciar uma obra, assim como também temos na Prefeitura", declarou o vice-prefeito Lawall. "Hoje saímos daqui contentes com a notícia do reinício do restauro", acrescentou.

Uma reunião realizada na segunda-feira entre diretores do Daer e representantes da construtora Giovanella – empresa contratada via licitação para a realização das obras – definiu o cronograma das atividades. Na RSC 481 serão recuperados os 12,5 quilômetros que ligam Cerro Branco ao entroncamento com a 287, em Novo Cabrais.

O contrato prevê a substituição do pavimento defeituoso e a restauração dos dispositivos de drenagem. "Dentro da filosofia que adotamos desde o início deste governo, de eleger prioridades, estamos gradualmente melhorando a situação de nossas rodovias estaduais", ressaltou o secretário Westphalen. “O Programa Restauro é uma prova disso e, graças ao empenho do governador José Ivo Sartori e do Daer, conseguimos viabilizar as obras em todos os 700 quilômetros previstos nos quinze lotes", acrescentou.

03/06/2017 | Jornal NH | Capa | 1

Será que agora vai ?

É esperar .. Nem governo nem construtora confirmam início das obras da ponte, mas, nos bastidores, retomada é dada como certa quando a chuva cessar. Página 7

03/06/2017 | Jornal NH | Política | 5

Não vai descansar

Os sinais de que a obra da ponte da Avenida dos Mwlicípios, enfim pode sair do papel, não devem ser motivo de comemoração para o deputado estadual Lucas Redecker (PSDB). Assim que soube da movimentação, mesmo que tímida, no local, lembrou que a obra

"é uma dívida histórica" com a região. E acrescentou que só após ver os carros passando sobre a futura ponte é que vai parar de cobrar do governo do Estado.

03/06/2017 | Jornal NH | Especial | 7

Segue expectativa pela Avenida dos Municípios

Movimentação de trabalhadores no local ontem trouxe esperança de que obra da ponte comece

A presença de nmcionários da EPT Engenharia ontem, no espaço que já deveria ter recebido a ponte na Avenida dos Municípios, em Novo Hamburgo, reacendeu a esperança de que a obra possa sair do papel. Entretanto, ao menos pelo que foi realizado ontem, é melhor manter a calma antes de qualquer comemoração.

Os empregados iniciaram a recolocação do tapume e recuperação dos dois contêineres que haviam sido instalados lá em novembro, quando a construção seria iniciada. Porém, diante de uma série de empecilhos que travaram os trabalhos, o tempo e o vandalismo consumiram a estrutura.

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), responsável pela obra, não confirmou que a atuação dos Ílmcionários no local tem como objetivo dar início à construção da ponte. Já a EPT Engenharia, empresa vencedora da licitação, informou que somente o órgão estadual pode dar informações referentes ao trabalhos. De maneira informal, a reportagem apurou que, a partir do cessar das chuvas, a ponte deve, finalmente, começar a ser erguida. De parte do governo, o secretário da Fazenda, Giovani Feltes, destacou que todos os esforços estão sendo realizados no sentido da retomada e conclusão da ponte da Avenida dos Municípios. Ele também reafirmou que os recursos financeiros para o término do projeto estão assegurados e disse que o governo do Estado vai se manifestar de maneira mais detalhada somente quando as obras estiverem em pleno andamento.

NOVELA DE 30 ANOS

A ponte é uma demanda que se arrasta há quase 30 anos e, no mês passado, teve aumento de 23% em seu custo inicial, de R$ 1.198.218,55. Quando pronta, terá 44 metros de comprimento por 12,6 metros de largura, servindo como importante via de ligação entre cidades do Vale do Sinos. Há pelo menos duas décadas, desde que se mudou para o entorno da avenida, Sadi Vicente dos Santos, 59 anos, aguarda a construção da ponte. Ontem, ao sair de casa para ver a situação do Arroio Pampa, elevado em decorrência da chuva dos últimos dias, ele se deparou com os Ílmcionários da EPT Engenharia.

"Toda vez é mil 'começa e para' com essa ponte, não aguentamos mais. Eu estou c ~nfiante de agora ela vai ser construída. E mila obra que vai melhorar muito a nossa vida", destaca. ENTENDA O CASO Em 1989, o Daer aprovou a construção de uma estrada que facilitaria a ligação entre Sapiranga e São Leop<Jdo passando por Campo Bom e Novo HarrtJurgo.

Em 9 de outubro de t 990, a empresa Brita Porto-alegrense assumiu a execução da avenida e em 1994 foram feitos os nove quilômetros iniciais. Em 20 de julho de t 999, otrabalho foi paralisado, p<Js a empresa entrou em falência. I Em 11 de fENereiro de 2004, a Pedrasul Construtora assumiu o trecho hamburguense. I Em 27 de maio de 2004, o Daer não tinha wrba disponível para dar andamento à obra. I Em 22 de janeiro de 20t ° f<j assinado um Termo de Recebimento Definitiw do Contrato, pois a obra não foi concluída em função de valor insuficiente do contrato.

Traçado pensado nos anos 1950 A proposta de construir a Avenida dos Municípios existe desde a década de 1950. O projeto objetiva facilitar o deslocamento de quem sai de Sapirange, que pode acessar a via pela AS-239, pois ela se inicia junto ao posto do Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM). De~ , bastaria seguir somente pela Avenida dos Municípios, passando por Campo Bom e NC>.<) Hamburgo, até chegar no entroncamento com a Estrada da Integração Leop<Jdo Petry, pela qual é possível seguir até a Avenida Feitoria, que leva a São Leopoldo, evitando assim a BR-116. I Em 6 de dezembro de 2OtO, a Sultepa Construções e Comércio foi contratada para a obra.

O trecho até a rótula com a Estrada da Integração só f<j concluído em 2011. A partir de então, o problema passou a ser a ponte sobre o Arroio Pampa, no bairro Canudos, que faria a ligação entre os dois pontos da via. I O Daer então convidou três empresas e escolheu em 2012 a EPT Engenharia e Pesquisas Tecn<Jógicas para executar a obra. I Em 9 de janeiro de2Ot4, a ordem de início da

obra da ponte foi assinada. Surgiu um problema na rede de ana tensão, que ocupava parte do espaço da obra e precisava ser mcx:lnicada. I No mês de abril, foi assinada a paralisação das obras, que sequer haviam iniciado.

Em julho, Daer e AES Sul entram em acordo e a concessionária de energia se responsabilizou pelo pr~efo de rerroção da rede, enquanto o Daer se comprometeu a realizar a obra. Em junho setembro de 2016 foi assinada desapropriação da área. I Em nowmbro do ano passado, o governador José Ivo Sartori autorizou o Daer a dar início à construção da ponte, novamente. Entretanto, por inconformidades no projeto e a necessidade de um aditiw ao contrato inicial, o trabalho teve novos atrasos e ainda não foi iniciado. I Por conta do novo projeto, o custo da ponte tEM:! aumento de 23% no orçamento inicial, de R$ 1.198.218,55.

No início do mês passado, a Secretaria da Fazenda garantiu a liberação do recurso extra para o andamento da obra. Promessa de muitos governos Desde que foi anunciada oficialmente, a Avenida dos Mmlicípios acumula promessas vindas de muitos prefeitos, governadores, deputados e vereadores. A cada novo governo, a garantia de conclusão da obra vaisendo reafirmada, mas, infelizmente, nenhum dos políticos até agora conseguiu se fazer presente na inauguração completa da via. No ano de 2000, a promessa era de que em 2002 a obra ficaria pronta.

Em 2004, após os trabalhos serem iniciados e interrompidos logo em seguida, a garantia de finalização foi adiada para 2005. E esse empurra-empurra de prazos segue até hoje. A promessa mais recente foi dada em solenidade no dia 30 de novembro do ano passado, com a presença de Sartori, do secretário dos Transportes, Thdro Westphalen, do diretor-geral do Daer, Rogério Uberti, do secretário de Minas e Energia, Lucas Redecker, e do secretário da Fazenda, Giovani Feltes. De lá para cá, nada andou. Mas o Daer vem garantindo sempre que "está dando totais condições para que a obra aconteça o mais breve possível".

03/06/2017 | Jornal NH | País & Mundo | 35

Assembleia arquiva pedido de plebiscito

Segundo presidente, Edgar Pretto, faltam condições legais

Faltam condições legais para que a Assembleia Legislativa dê continuidade ao pedido do governo do Estado e faça o plebiscito para consulta à população sobre privatizar ou não as empresas estatais gaúchas Sulgás, CEEE e CRM. Es ta foi a tônica da coletiva de imprensa realizada na manhã de ontem com o presidente do Parlamento, deputado Edegar Preito (PT), o procurador-geral da Assembleia, Fernan do FelTeira, o procurador Marcelo Martinelli, o superintendente Legislativo Leonel da Rocha e a superintendente geral Mari Perusso. Segundo Pretto, a matéria deve, a exempio ele todas as outras que tramitam na Casa, ter seu rito estabelecido conforme determina a lei.

"Não posso levar adiante porque as normas são muito claras"

afirmou, destacando que na prática há odes· cumprimento de diversos requisitos formais necessários para a convocação da consulta solicitada pelo governo estadual. Com base na análise feita pela Procuradoria e pela Superintendência Legislativa, seria preciso que o excutivo encaminhasse projeto explicitando o que exatamente de· seja fazer com cada urna das estatais, ou seja, se o objetivo é vendê·las à iniciativa privada, fede· ralizá·las, extinguias ou mesmo incorporálas . No entanto, até o momento, argwnenta Pretto, nenhum projeto de lei parti ndo do governo estadual com essas questões chegou ao Parlamento. De acordo com a legislação, somente após lUTI PL com este objeto ser protocolado pelo governo é que Projeto de Decreto legislativo, e neste caso solicitado por no minimo 19 parlamentares, inicia tramitação para autorizar ou não o plebiscito. "Ouvira dadania é um imperativo" Em nota, o governo do Estado reafirmou o pedido para que o plebiscito seja realizado, ainda es te ano. "Ouvir a cidadania é imperativo do processo político, que não pode sofrer qualquer espécie de inibição", argwn entou no documento. Segundo o governo, todos os requisitos constitucionais e infraconstitucionais foram rigorosamente cwnpridos e os motivos para a realização da consulta pública já estão "formal e publicamente expostos, tendo em vista a grave situação das companhias envolvidas, com grande repercussão nos serviços essenciais do Estado". Ainda segundo o Executivo, a Procuradoria Geral do Estado estuda as próximas medidas cabíveis.

03/06/2017 | Jornal VS | Polícia | 26

Polícia Civil forma 223 novos escrivães e inspetores

Porto Alegre - Depois de 930 horas/aula e mais de meio ano de curso, 112 escrivães e 111 inspetores foram formados ontem pela Academia da Polícia Civil (Acadepol). Com a presença do governador José Ivo Sartori, do secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer, e do chefe de Polícia, delegado Emerson Wendt, a cerimônia ocorreu no Centro de Eventos do Barra Shopping Sul.

"Minha saudação aos formandos pela dedicação, pelo trabalho árduo para chegar a este momento. A sociedade gaúcha conta com o trabalho de vocês", disse Sartori. Schirmer destacou que a sociedade vive um momento de carência de valores e descrédito nas instituições públicas, o que aumenta a responsabilidade daqueles que estão adentrando o Estado. "E o comprometimento é Ílmdamental para o resgate da dignidade do serviço público" frisou. POLICIAIS De acordo com 'tVendt, a expectativa é que a posse dos novos servidores ocorra nos próximos dias, após o retorno do governador de missão ao Japão.

Quanto à distribuição das turSERVIDORES: posse e distribuição serão nos próximos dias mas, ressaltou que 50% terão como destino delegacias do interior, com o restante sendo aproveitado na capital e cidades da região metropolitana. Para novembro próximo é aguardada ainda a formatura de outros 100 inspetores e 15 escrivães, o que zera o quadro de servidores oriundos do último concurso público, realizado em 2014.

03/06/2017 | Jornal VS | País | 27

Assembleia arquiva pedido de plebiscito

Segundo presidente, Edgar Pretto, faltam condições legais

Faltam condições legais para que a Assembleia Legislativa dê continuidade ao pedido do governo do Estado e faça o plebiscito para consulta à população sobre privatizar ou não as empresas estatais gaúchas Sulgás, CEEE e CRM. Es ta foi a tônica da coletiva de imprensa realizada na manhã de ontem com o presidente do Parlamento, deputado Edegar Preito (PT), o procurador-geral da Assembleia, Fernan do FelTeira, o procurador Marcelo Martinelli, o superintendente Legislativo Leonel da Rocha e a superintendente geral Mari Perusso. Segundo Pretto, a matéria deve, a exempio ele todas as outras que tramitam na Casa, ter seu rito estabelecido conforme determina a lei.

"Não posso levar adiante porque as normas são muito claras"

afirmou, destacando que na prática há odes· cumprimento de diversos requisitos formais necessários para a convocação da consulta solicitada pelo governo estadual. Com base na análise feita pela Procuradoria e pela Superintendência Legislativa, seria preciso que o excutivo encaminhasse projeto explicitando o que exatamente de· seja fazer com cada urna das estatais, ou seja, se o objetivo é vendê·las à iniciativa privada, fede· ralizá·las, extinguias ou mesmo incorporálas . No entanto, até o momento, argwnenta Pretto, nenhum projeto de lei parti ndo do governo estadual com essas questões chegou ao Parlamento. De acordo com a legislação, somente após lUTI PL com este objeto ser protocolado pelo governo é que Projeto de Decreto legislativo, e neste caso solicitado por no minimo 19 parlamentares, inicia tramitação para autorizar ou não o plebiscito. "Ouvira dadania é um imperativo" Em nota, o governo do Estado reafirmou o pedido para que o plebiscito seja realizado, ainda es te ano. "Ouvir a cidadania é imperativo do processo político, que não pode sofrer qualquer espécie de inibição", argwn entou no documento. Segundo o governo, todos os requisitos constitucionais e infraconstitucionais foram rigorosamente cwnpridos e os motivos para a realização da consulta pública já estão "formal e publicamente expostos, tendo em vista a grave situação das companhias envolvidas, com grande repercussão nos serviços essenciais do Estado". Ainda segundo o Executivo, a Procuradoria Geral do Estado estuda as próximas medidas cabíveis.

03/06/2017 | Minuano | Fogo Cruzado | 5

Edegar Pretto afirma não haver condições legais para plebiscito

O pedido para realização de plebiscito para consultar os gaúchos se concordam ou não com a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Rio Grandense de Mineração (CRM) e Sílgás, encaminhado pelo governo no Estado, foi arquivado pela Assembleia Legislativa.

Em coletiva de imprensa ontem, o presidente do parlamento gaúcho, Edegar Pretto (PT), disse que com base na Legislação e

aplicação da Constituição Estadual, Regimento interno da Assembleia, Lei Federal 9709/98 e Lei Estadual 9207/91, faltam condições legais para que a Casa dê continuidade ao pedido do governo do Estado e faça o plebiscito.

Pretto argumentou que o plebiscito é uma conquista do povo gaúcho, porém a matéria deve, a exemplo de todas as outras que tramitam na Casa, ter seu rito estabelecido conforme determina a lei. "Não posso levar adiante porque as normas são muito claras", afirmou, destacando que na prática há o descumprimento de diversos requisitos formais necessários para a convocação da consulta solicitada pelo governo estadual.

De acordo com informação da Agência de Noticias da Assembleia, com base na análise feita tanto pela Procuradoria como pela Superintendência Legislativa, seria preciso que o Piratini encaminhasse projeto explicitando o que exatamente deseja fazer com cada uma das estatais, ou seja, se o objetivo é vendê-las à iniciativa privada, federalizá-las, extingui-las ou mesmo incorporá-las. E até o momento nenhum projeto de lei partindo do governo estadual com essas questões chegou ao parlamento. De acordo com a legislação, somente após um PL com este objeto ser protocolado pelo governo é que um PDL (projeto de decreto legislativo), e neste caso solicitado por no mínimo 19 parlamentares, inicia sua tramitação para autorizar ou não o plebiscito.

Edegar Pretto lembrou também que há sete meses tramita no parlamento matéria encaminhada pelo governo de Proposta de Emenda Constitucional (PEC 259/2016) prevendo o fim da exigência legal de plebiscito para a privatização das referidas companhias, tendo sido retirada apenas nessa semana por solicitação do próprio governo.

03/06/2017 | Minuano | Fogo Cruzado | 5

Diante da negativa do parlamento, governo diz que estuda medidas cabíveis

Por meio de nota oficial, o governo do Estado reafirma o pedido para que o plebiscito de consulta à população seja realizado, ainda neste ano, como melhor expressão da democracia participativa. “Ouvir a cidadania é um imperativo do processo político, que não pode sofrer qualquer espécie de inibição”.

O comunicado diz que todos os requisitos constitucionais e infraconstitucionais foram rigorosamente cumpridos pelo governo estadual. O argumento é de que o artigo 53 da Constituição Estadual, em seu inciso XI, é explícito ao dizer que compete "exclusivamente" à Assembleia Legislativa aprovar referendo e convocar plebiscito na forma da lei. Os motivos para a realização da consulta pública já estão formal e publicamente expostos, tendo em vista a grave situação das companhias envolvidas, com grande repercussão nos serviços essenciais do Estado alega o Executivo.

“A proposta do governo nesse sentido tramitou no parlamento desde o ano passado, tempo suficiente para ocorrer uma ampla análise do tema. Agora, é preciso permitir que o povo decida soberanamente. Estamos sendo transparentes sobre a realidade financeira do Estado desde o primeiro dia do atual mandato. A demora só prejudica a sociedade gaúcha.

Diante da negativa da presidência da Assembleia Legislativa em dar seguimento ao processo de ouvir a população por meio do plebiscito, a Procuradoria-Geral do Estado estuda as próximas medidas cabíveis. Esperamos que o interesse público e a livre fluência da democracia sigam pautando a conduta dos agentes públicos gaúchos”, diz a nota.

O chefe da Casa Civil, Fábio Branco, o líder do Governo na Assembleia, deputado Gabriel Souza, e o procurador-geral do Estado, Euzébio Ruschel falara sobre o assunto em entrevista coletiva.

03/06/2017 | Minuano | Geral | 7

Rodoviárias e ônibus da região são pontos de coleta e entrega para Campanha do Agasalho

A Campanha do Agasalho lançada pelo governo do Estado, no dia 24 de maio, ganhou reforço nesta semana. O Departamento

Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) autorizou que ônibus intermunicipais recebam e transportem doações destinadas à campanha. Em Bagé, a viação Ouro e Prata está autorizada a levar os donativos a Porto Alegre. De acordo com o gerente , Anderson Viera, as pessoas podem procurar diretamente os ônibus ou a empresa na Estação Rodoviária Ele salienta que, a ordem de serviço emitida pelo Daer, formaliza e auxilia na hora de transportar as doações.

"A viação auxiliava cm campanhas pelo Estado, mas o transporte era complicado porque não havia nota da mercadoria. Agora, as pessoas entregam um documento com a doação que facilita para o transporte", informa.

A ordem de serviço emitida pela autarquia determina também que o setor de encomendas de todas as estações rodoviárias do Rio Grande do Sul passem a funcionar como ponto de coleta de donativos, como peças de roupas, cobertores, meias, calçados e roupas de cama. Conforme o fiscal do Daer, Paulo Roberto Bell, as estações rodoviárias de Bagé, São Gabriel.

Ações do Estado
A Campanha do Agasalho 2017 é promovida pelo governo do estadual e tem como tema 'Quem doa, dá força'. O conceito visa a sensibilizar a população para a necessidade de doar e incentivar a solidariedade.

A meta é superar as mais de 310 mil peças arrecadadas em 2016. Para isso, estão previstas ações como a Corrente Contra o Frio, onde serão convidados influenciadores digitais (blogueirose youtubers) para doarem e incentivarem seus públicos; e o Tricotaço Solidário - evento organizado para unir e mobilizar pessoas com a confecção de peças.

Além das estações rodoviárias, as doações podem ser entregues na Central de Doações dentro do Centro Administrativo Fernando Ferrari (avenida Borges de Medeiros, n°1501, Porto Alegre) ou em pontos de coleta nos órgãos públicos estaduais e municipais, quartéis da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros e supermercados da rede Zaffari.

03/06/2017 | Minuano | Segurança | 18

Região receberá cinco novos policiais civis

Na manhã de ontem, a Policia Civil formou 223 escrivães e inspetores em uma cerimônia em Porto Alegre. Concluíram o curso de formação profissional da Academia de Polícia Civil (Acadepol) 111 inspetores e 112 escrivães.

Os formandos homenagearam o governador José Ivo Sartori, eleito patrono das duas turmas. O paraninfo foi o chefe da Polícia Civil, delegado Emerson Wendt. "Minha saudação aos formandos pela dedicação, pelo trabalho árduo para chegar a este momento. Escrivães e inspetores têm um papel importante no combate aos crimes. A sociedade gaúcha conta com o trabalho de vocês", afirmou o governador, ao saudar os formandos.

O secretário estadual de Segurança, Cézar Schimer, lembrou o esforço que o governo está fazendo para recuperar o número do efetivo da Polícia Civil. "Mesmo que nós quiséssemos chamar mais concursados, não poderíamos. Todo o banco de concursados, de todas as instituições da segurança pública, já foi chamado. E tão logo a Assembleia Legislativa vote os projetos da Segurança, o governador vai chamar o maior concurso para a Segurança Pública já feito no Rio Grande do Sul", disse.

O chefe de Polícia, Emerson Wendt, afirmou que a formatura é um ato concreto de reposição do efetivo e de reforço do aparato policial de investigação criminal. "Os novos agentes devem ir para as áreas de maior carência e locais com maior incidência de criminalidade", afirmou. De acordo com Wendt, metade das nomeações é para o interior.

O curso de formação profissional da Academia de Polícia Civil tem 930 horas/aula. Entre as disciplinas estão técnicas de investigação policial, inteligência, tiro policial e defesa pessoal, técnicas em operações policiais e legislações diversas. Todos têm Nível Superior. Os novos policiais estão aptos para nomeação e posse, previstas para ocorrer ainda neste mês.

Reforços

Os 223 escrivães e inspetores formados somam-se aos 220 formados em janeiro deste ano. Destes, 219 já foram nomeados. Outros

100 inspetores e 15 escrivães estão em formação, com previsão de conclusão de curso em novembro de 2017.

O titular da 9ª Delegacia Regional de Polícia Civil, delegado Luís Eduardo Benites, contou que na região virão desta turma cinco policiais civis. “Quatro policiais irão para Dom Pedrito e um para Pinheiro Machado, estávamos com uma grande defasagem nas delegacias destes municípios, ainda não é o suficiente, mas é um alento”, comentou.

03/06/2017 | O Guaíba | Geral | 3

Fazenda investe em software para mapear contribuição de empresas

A Secretaria da Fazenda começou, no final do ano passado, um detalhado mapeamento das movimentações financeiras de todas as empresas do município. A medida vem sendo possível por conta da contratação de uma empresa especializada nessa área, a Essencial, que disponibiliza um software responsável pela análise de cálculos baseados em todos os arquivos enviados pelas empresas ao Governo do Estado.

Segundo o secretário Leandro Jardim, os primeiros meses foram utilizados para que a equipe se aproprie da nova tecnologia. A mudança foi buscada para melhor adaptação às transformações realizadas na própria estrutura estadual da área. "Num passado não muito distante, era feito através da GIA anual, vinham de uma vez só. O Estado mudou esse sistema na metade de 2014, para a informação ser mensal. Então, quando se tem um software pra fazer esse acompanhamento, tu consegues maior resultado, o controle é mensal", relatou Jardim.

Com o novo software, a Secretaria da Fazenda poderá controlar melhor as informações que as cerca de 500 empresas locais repassam ao Estado e recomendar esclarecimentos ou até mesmo correções, quando necessário. Quanto mais próximos da realidade forem os montantes informados pelas empresas ao Estado, maior a chance de o PIB do município crescer e a receita aumentar. "O interessante é que esse sistema vai nos permitir saber qual a contribuição real de cada empresa", comentou Rivana Santana, funcionária da pasta.

Crescimento moderado

A economia guaibense ocupa hoje o 17° lugar, entre os 497 municípios do Estado. De acordo com o secretário Leandro, a expectativa inicial, de um salto significativo em 2018, em função de uma contribuição maior por parte da nova fábrica da CMPC, pode não se confirmar. Ele acredita que o crescimento no ranking deve ocorrer, mas sem colocar o município entre os primeiros PIBs do RS. "Por 2015 ter sido um ano muito ruim em todo o Mundo, acreditamos que vamos chegar perto das 10 maiores do Estado. Aquela previsão inicial de sexta ou sétima, só se confirma, talvez, quando pegarmos dois anos bons. E esse trabalho que estamos fazendo com todas as empresas também vai surtir efeito a partir de 2018", projeta.

A contratação do novo software tem como modelo outro município da Região Metropolitana. Segundo Jardim, a cidade de Gravataí adotou sua utilização e vem colhendo dividendos positivos. O custo da tecnologia para os cofres municipais é de R$ 7 mil por mês.

03/06/2017 | O Guaíba | Geral | 4

Executivo lamenta penitenciária em Eldorado e cobra contrapartidas

O Diário Oficial da União publicou na segunda-feira, 29, a confirmação de que Eldorado do Sul vai receber a Penitenciária Federal prevista para o RS. A escolha do Ministério da Justiça e Segurança contraria, inclusive, a projeção inicial, que apontava o município de Charqueadas como sede para a edificação prisional.

A notícia não foi bem recebida pela Prefeitura de Guaíba. Segundo comunicado enviado por e-mail, o prefeito José Sperotto tem uma "percepção negativa" da confirmação. O texto ainda destaca que o município vem fazendo sua parte, com o presídio feminino e

a confirmação de um masculino, e até o momento não recebeu as contrapartidas previstas:

- Percepção negativa. Somos contra a construção do presídio na Região. Além disso, entendemos que Guaíba fez a sua parte, com relação ao presídio feminino e a construção do masculino, e também porque até hoje aguardamos as contrapartidas, como a nova delegacia e a duplicação da Estrada do Conde - diz a nota do Executivo.

Obras iniciam este ano

O terreno que será utilizado para a construção do presídio federal pertencia à Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), extinta pelo governador José Ivo Sartori este ano. A área fica localizada entre a Estrada do Conde e a BR-116, trecho com trânsito diário de motoristas guaibenses. O terreno teria sido visitado pela comissão técnica em abril.

De acordo com informações da Comissão de Trabalho do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), as obras devem ter início no segundo semestre deste ano. A Penitenciária de Segurança Máxima deve abrigar 208 vagas individuais, além de 20 vagas para inclusão. O investimento previsto pelo Governo Federal é de R$ 40 milhões na obra.

O Sistema Penitenciário Federal (SPF) possui, hoje, quatro unidades: Campo Grande (MS), Mossoró (RN), Catanduvas (PR) e Porto Velho (RO), além da quinta, em construção, em Brasilia (DF). Segundo o Ministério da Justiça e Segurança, a finalidade dessas casas prisionais é apoiar os estados no isolamento de lideranças do crime organizado. O Plano Nacional de Segurança prevê mais cinco prisões no mesmo modelo.

03/06/2017 | O Informativo do Vale | Capa | 1

Apenados são monitorados com tornozeleira eletrônica

Presídio de Lajeado conta com oito apenados do regime semiaberto usando o equipamento, 24 horas por dia. A ampliação deve ser feita de forma gradual, de acordo com determinação da Justiça e disponibilidade de tornozeleiras. O custo do Estado com presos se reduz de R$ 2,2 mil para R$ 260.

Página 17

03/06/2017 | O Informativo do Vale | Segurança | 17

Detentos do PEL cumprem pena usando tornozeleira eletrônica

Equipamentos serão instalados de forma gradativa e seguindo ordem do Judiciário

Oito apenados do regime semiaberto do Presídio Estadual de Lajeado (PEL) já estão usando tornozeleira eletrônica e são monitorados 24 horas por dia. A implementação já havia sido anunciada em 2014, mas apenas neste ano tornou-se realidade. Os presos tiveram o equipamento instalado há cerca de 45 dias, e a ampliação do sistema deve ser feita de forma gradual, conforme determinação da Justiça e disponibilidade de tornozeleiras. Em fevereiro, uma mulher recolhida no Presídio Feminino de Lajeado foi a primeira a ser monitorada no Vale do Taquari.

O titular da 8ª Delegacia Penitenciária Regional (8ª DPR), Bruno Carlos Pereira, explica que o monitoramento eletrônico é a forma mais eficaz de manter o preso do regime semiaberto custodiado e é uma alternativa para diminuir a lotação dos albergues. A partir do momento em que o detento passa a usar a tornozeleira, ele assume um compromisso com o Judiciário e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). Ele precisa respeitar a área delimitada pela Justiça como “zona bairro”, “zona casa” e “zona trabalho”, que inclui os trajetos que ele pode fazer. Se o apenado ultrapassar os limites, um alerta é emitido à central na 8ª DPR em Santa Cruz do Sul. O detento é contatado por telefone e advertido. Caso não retorne à zona autorizada, é considerado foragido e a Brigada Militar (BM) é acionada para capturá-lo e encaminhá-lo ao presídio.

O detento também pode regredir para o regime fechado caso seja flagrado cometendo algum crime. O sistema também permite

economia aos cofres públicos. Conforme a Susepe, um preso recolhido no regime fechado custa aproximadamente R$ 2,2 mil ao Estado. Já o apenado que utiliza tornozeleira eletrônica custa R$ 260 mensais, que se refere ao pagamento de aluguel e manutenção do equipamento. Atualmente, 1,9 mil pessoas cumprem pena no Rio Grande do Sul usando tornozeleira eletrônica.

A gente explica

A tornozeleira eletrônica fica presa à pessoa por uma alça composta por sensores de fibra óptica, é monitorada por GPS e transmite dados por sinal de celular. Ela possui bateria e é recarregada periodicamente com um cabo semelhante ao usado em celular. Esse procedimento é responsabilidade do apenado e a tornozeleira também funciona onde não há sinal de celular. Se houver tentativa de rompimento do equipamento, a Susepe é acionada imediatamente.

03/06/2017 | O Nacional | Geral | 10

Assembleia não dará tramitação ao pedido de plebiscito

Presidente Edegar Preto argumenta que o Estado não observou diversos requisitos legais e não há tempo hábil

Com base na Legislação e aplicação da Constituição Estadual, Regimento Interno da Assembleia, Lei Federal 9709/98 e Lei Estadual 9207/91, faltam condições legais para que a Assembleia dê continuidade ao pedido do governo do Estado e faça o plebiscito para consulta à população sobre privatizar ou não as empresas estatais gaúchas Sul-gás, CEEE e CRM. Esta foi a tônica da coletiva de imprensa realizada na manhã desta sexta-feira (2) com o presidente do Parlamento, deputado Edegar Pretto (PT); o procurador-geral da Assembleia, Fernando Ferreira, o procurador Marcelo Martinelli, o superintendente Legislativo Leonel da Rocha e a superintendente-geral Mari Perusso.

Edegar Pretto fez questão de ressaltar que o plebiscito é uma conquista do povo gaúcho, porém a matéria deve, a exemplo de todas as outras que tramitam na Casa, ter seu rito estabelecido
conforme determina a lei. "Não posso levar adiante porque as normas são muito claras", afirmou Edegar,
destacando que na prática há o descumprimento de diversos requisitos formais necessários para a convocação da consulta solicitada pelo governo estadual.

Com base na análise feita tanto pela Procuradoria como pela Superintendência Legislativa, seria preciso que o Executivo encaminhasse projeto explicitando o que exatamente deseja fazer com cada uma das estatais, ou seja se o objetivo é vendê-las à iniciativa privada, federalizá-las, extingui-las ou mesmo incorporá-las. E até o momento nenhum projeto de lei partindo do governo estadual com essas questões chegou ao Parlamento. De acordo com a legislação, somente após um PL com este objeto ser protocolado pelo governo é que um PDL (projeto de decreto legislativo), e neste caso solicitado por no mínimo 19 parlamentares, inicia sua tramitação para autorizar ou não o plebiscito.

Fernando Ferreira frisou que, levando em consideração o que está previsto no Regimento, não há outra alternativa legal a ser tomada pela presidência da Assembleia a não ser sustar o prosseguimento do processo de convocação da consulta sobre a venda das empresas gaúchas e que qualquer outra decisão daria ampla margem para ser questionada na Justiça.

Edegar Pretto lembrou também que há sete meses tramita no Parlamento matéria encaminhada pelo governo de Proposta de Emenda Constitucional (PEC 259/2016) prevendo o fim da exigência legal de plebiscito para a privatização das referidas companhias, tendo sido retirada apenas nessa semana por solicitação do próprio governo.

03/06/2017 | O Nacional | Geral | 10

Socorro federal depende de garantias do Estado com privatizações

Para alcançar o equilíbrio de suas finanças, o Estado passa a depender de maneira decisiva de um desfecho em torno das propostas de privatização das estatais do setor de energia. Sem a possibilidade de novos empréstimos, que viriam apenas com as garantias dos ativos destas empresas, técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional nal (STN) informaram ao secretário da Fazenda, Giovani Feltes,

que não vislumbram condições de estabelecer um plano de recuperação fiscal. "Mais do que nunca, precisamos desta resposta da sociedade através de sua representação na Assembleia Legislativa", salientou Feltes após longa reunião com a subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN, Priscila Santana, e equipe do Ministério da Fazenda.

O encontro, que foi concluído já no início da noite dessa quinta-feira (1º), teve como finalidade discutir os primeiros parâmetros do plano de adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, aprovado pelo Congresso no mês passado. O socorro aos estados e municípios mais endividados prevê a suspensão do pagamento da dívida com a União ao longo dos próximos três anos. No caso do Rio Grande do Sul, a carência representa um alívio de R$ 9,5 bilhões ao longo dos próximos 36 meses, com a possibilidade de prorrogação por um período, o que auxiliaria os próximos governos.

Porém, diante dos R$ 8 bilhões de déficit financeiro do Estado previstos até o final de 2018, a suspensão da dívida até o final do atual mandato seria insuficiente para garantir o equilíbrio fiscal, "No máximo chegaria à metade, por isso a necessidade de ingresso de dinheiro novo, que viria com os empréstimos", ponderou o secretário.

As operações de créditos estão previstas no plano e poderiam representar algo ao redor de R$ 2,5 bilhões.

No entanto, esta alternativa depende das garantias de ativos das estatais do setor de energia (CEEE, CRM e Sulgás). O governo está propondo um plebiscito em novembro deste ano para que a sociedade opine sobre a privatização das três empresas. O restante do déficit, segundo Feltes, seria encontrado com medidas internas na Fazenda para melhorar a arrecadação "É com a combinação desses fatores que poderemos, quem sabe já na virada do ano, pagar nossas contas em dia, a começar pelo salário dos servidores", reforçou.

A equipe da STN já estabeleceu um diagnóstr co sobre a situação das finanças gaúchas após as missões que vieram a Porto Alegre no início do ano. O estudo, segundo o secretário, reforça a necessidade de incluir as privatizações no plano de recuperação. "A adesão precisa demonstrar que terá de fato equilíbrio fiscal para o futuro", resumiu. As próximas semanas serão reservadas para a regulamentação da lei do Regime de Recuperação Fiscal e com possibilidade de novas reuniões.

Além das garantias que viriam com a privatização, o Regime de Recuperação Fiscal exige outras contrapartidas, boa parte delas já implementadas pelo Estado. Entre as exigências estão a elevarão para 14% da alíquota da Previdência, a limitação do crescimento dos gastos correntes, o que já está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual (LRFE), e a redução em 10% dos incentivos fiscais.

03/06/2017 | Pioneiro | Opinião | 7

A questão é política

Por mais que o presidente da Assembleia, Edegar Pretto (PT), tenha alegado razões técnicas para arquivar o pedido do governador José Ivo Sartori (PMDB) de realização de um plebiscito sobre a venda de estatais gaúchas, não nos enganemos: a questão é política. E é lamentável que, diante da incapacidade de decidir sobre uma questão vital para o Estado, os próprios políticos impeçam a sociedade de se manifestar sobre uma iniciativa que não diz respeito apenas a empresas públicas, mas ao futuro do Estado.

Se houver vontade política, a consulta popular vai acabar saindo de alguma forma, até mesmo porque a Justiça Eleitoral já se comprometeu em fazer a sua parte. O que não dá para admitir é que o Estado seja deixado na situação em que se encontra. Tanto a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) quanto a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Companhia de Gás do Estado (Sulgás) precisam de aporte de capital, além de melhorias na gestão. E essas são demandas que um poder público financeiramente debilitado não tem capacidade nem musculatura para atender.

Ao propor o plebiscito, o governo gaúcho deu um xeque-mate na oposição, que, se não se der conta do erro de engavetar a alternativa, vai acabar arcando com o ônus político de nem sequer permitir o debate. O que está em discussão não é apenas a realização de um plebiscito, mas como o Estado quer enfrentar seu futuro imediato. Se Executivo e Legislativo não conseguem chegar a um acordo, é preciso que deleguem a decisão a quem realmente detém o poder: a sociedade.

O Estado não pode continuar refém de um modelo antigo de debate político, no qual ter razão é mais importante do que a própria

razão.

03/06/2017 | Semanário | Geral | 6

Colheita da uva de 750 mil kg é recorde no estado

Dados foram apresentados pelo Ibravin ao Governador na quarta, 31

Os 750 mil quilos de uva que ingressaram nas vinícolas gaúchas em 2017 totalizam a maior safra a ser processada no Estado. O volume é 5,8% maior que o número registrado em 2011, último recorde registrado, com 709,6 milhões de quilos. Desse total, 89,6% foram de uvas americanas e híbridas e 10,4% de uvas vitis viníferas. Esse ano, 418 vinícolas distribuídas em 68 cidades declararam processamento da matéria-prima, cultivada em 136 diferentes municípios. Os dados foram divulgados na tarde de quarta-feira, 31, pelo Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin) e pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul (Seapi-RS), em coletiva no Palácio Piratini, com a presença do governador José Ivo Sartori, do secretário Ernani Polo e do presidente do Ibravin, Dirceu Scottá.

“Fomos surpreendidos com o volume final da safra, principalmente em virtude da quebra histórica registrada no ano passado, de 57%. Mas a situação se inverteu esse ano porque a produção de uvas é bastante sensível ao clima e, durante o ciclo vegetativo dessa safra, as condições climáticas foram muito favoráveis”, avaliou o presidente do Ibravin, Dirceu Scottá.

O bom tempo também colaborou para a qualidade da matéria-prima. “Apesar de não ter sido igual em todas as regiões, de uma forma geral, a sanidade estava excelente, as variedades de colheita mais tardia foram bastante favorecidas e as regiões vitícolas mais altas tiveram condições excepcionais. As vinícolas terão rótulos muito bons à disposição do consumidor”, observou o dirigente.

O governador José Ivo Sartori afirmou que os números da safra são importantes num período de grandes dificuldades que a economia atravessa. “São dados positivos e que certamente contribuirão para a retomada da economia no Estado”, disse. O governador garantiu, ainda, que vai conversar diretamente com o secretário da Fazenda para reduzir a Margem de Valor Agregado (MVA) que incide sobre o vinho.

03/06/2017 | Semanário | Geral | 20

Município capta mais de R$ 1,3 milhão em investimentos

Bento Gonçalves deverá receber, neste ano, investimentos provenientes da articulação da Secretaria Municipal de Segurança (SEMSEG) junto a deputados e senadores gaúchos que resultaram no aporte de mais de R$ 1,3 milhão e que, em parceria com o Governo do Estado, serão destinados a investimentos da área da segurança.

Os senadores Ana Amélia Lemos (PP) e Lasier Martins (PDT), além dos deputados Yeda Crusius (PSDB), Onyx Lorenzoni (DEM), Cajar Nardes (PR), Mauro Pereira (PMDB) e Pepe Vargas (PT) foram os propositores das emendas.

Conforme o secretário Municipal de Segurança Pública, tenente coronel José Paulo Marinho, no projeto apresentado para a Secretaria Estadual de Segurança, o montante investido chegará a 50% em tecnologias de videomonitoramento e 50% destinado ao reaparelhamento das forças policiais, com aquisição de viaturas, armas, rádios e coletes a prova de balas.

As constantes ocorrências de assaltos e furtos na cidade preocupa comerciantes e a população, e deixa em alerta as autoridades de segurança do município. A Brigada Militar (BM) intensifica as rondas nos bairros para diminuir a ação dos criminosos, empregando o efetivo do Pelotão de Operações Especiais (POE).

O prefeito de Bento Gonçalves, Guilherme Pasin, afirma que “com o trabalho desenvolvido pela recém-criada Secretaria, aliado ao que já está sendo realizado em parceria com o Consepro e demais órgãos ligados ao setor, a comunidade bento-gonçalvense terá a segurança que quer e que merece”, enfatiza.

Moradores pedem reinício da obra

Asfaltamento, que deve ligar duas rotas turísticas pelo Vale Aurora, está paralisado desde 2011

Um local de grande fluxo de veículos, turistas e bem sinalizado. Tudo isso seria realidade se não fosse a espera de quase seis anos pelo asfaltamento da rodovia municipal que liga o Vale dos Vinhedos ao Distrito de Faria Lemos, passando pelo Vale Aurora. A obra foi paralisada em 2011, por decisão do Governo Estadual da época, e até hoje não foi retomada. Os moradores das localidades que circundam a rota aguardam ansiosos pelo reinício da obra. No início do mês de fevereiro, o prefeito de Bento Gonçalves, Guilherme Pasin, entregou ao Governador do Estado, José Ivo Sartori, durante a Colheita Simbólica no Vinhedo do Mundo, realizado pelo Instituto R. Dal Pizzol e pela Dal Pizzol Vinhos Finos, um ofício reivindicando o reinício dos trabalhos.

De acordo com Rinaldo Dal Pizzol, presidente do Instituto R. Dal Pizzol, localizado na Rota Cantinas Históricas, o projeto para o asfaltamento da rodovia foi licitado, foi contratada a responsável pela construção, a obra foi iniciada, foi retificada e preparada a cancha do trecho Faria Lemos até o rio Pedrinho, numa extensão aproximada de 3km, mas foi interrompido em 2011, no governo Tarso Genro. Ele afirma que a retomada da obra é necessária, pois a via possui múltiplas funções e utilidades. “Ela é de um interesse turístico muito grande, pois liga o Vale dos Vinhedos às três rotas turísticas do outro lado da cidade, também ligando às rodovias estaduais 444 (Bento à Monte Belo) com a ERS 431 (Bento à Guaporé), cortando toda a extensão do Vale Aurora, com terrenos com alta densidade de vinhedos. É certamente um dos vales mais bonitos da região”, garante.

Segundo ele, o reinício da obra vai desenvolver cada vez mais as localidades. “Ela vai consolidar o enoturismo no interior do município, pois é uma via de grande interesse para o transporte da produção e de alto interesse social pela integração e facilidade na comunicação de inúmeras comunidades rurais. Além do interesse econômico e social, tem uma importância turística muito elevada, contribuindo, assim, para evitar o êxodo rural”, revela. Dal Pizzol também observa que os turistas teriam maior facilidade de acesso à atrativos turísticos por esta rota se estivesse em boas condições de tráfego. “Ao invés do fluxo turístico do Vale dos Vinhedos retornar, ele seguiria o trajeto por esta rodovia, chegando a outros locais e retornando para a cidade. Também seria necessário acrescentar duas alças, levando o asfalto até a comunidade de Santa Lúcia e construindo a ligação entre Eulália Baixa e Vale Aurora, passando pelo Vale de São Pedro da Paulina. Hoje, muitos turistas que nos visitam se aventuram a transitar na via na condição em que se encontra”, explica.

Fomentar o enoturismo e empreendimentos na região

Os moradores das localidades próximas e lideranças aguardam ansiosos o reinício da pavimentação. Bruna Cristofoli, da Vinícola Cristofoli, diz que o asfalto valorizaria a região como um todo. “É um benefício para a população local, para o tráfego das pessoas da localidade e dos turistas, bem como para o escoamento da safra na época da Vindima. É algo que movimentaria dinheiro no município, pois com o desenvolvimento da região, a cidade também se desenvolve”, diz.

Cleimar Petroli, morador do Vale Aurora, diz que novos empreendimentos seriam possíveis nas localidades se o asfaltamento fosse realizado. “Não somente eu, que tenho planos de colocar um empreendimento, mas toda a comunidade seria beneficiada. Infelizmente não temos respostas há alguns anos. Sabemos que já foi reivindicado ao Governo do Estado que os trabalhos fossem reiniciados e aguardamos a resposta”, ressalta. Ricardo Pergher, comerciante em Faria Lemos, também afirma que a retomada e finalização da obra traria diversos benefícios para a comunidade. “Os moradores e autoridades querem que isso volte e que funcione de maneira correta, pois é mais desenvolvimento para a região. Faria Lemos está crescendo, quem reside aqui poderia colocar um empreendimento para vender seus produtos. Não podemos deixar que o assunto morra, temos que reivindicar para reiniciar a obra”, analisa.

Unir esforços

A presidente da Associação Caminhos de Faria Lemos, Milena Poloni Pergher, afirma que a mobilização e união é necessária. “Percebemos que o fluxo de turistas aumentou muito nos últimos tempos, tanto para Faria Lemos quanto para o Vale dos Vinhedos. Nossa equipe juntou documentos e está correndo atrás de todo auxílio possível para que o Governo do Estado olhe para nós”, salienta.

O presidente da Câmara de Vereadores, Moisés Scussel Neto (PSDB), também salienta a importância da obra e o papel do

legislativo em atender este demanda da população. “A via faz uma ligação importante entre as rotas turísticas. Todos os vereadores estão cientes da questão e nosso papel é trabalhar na captação de recursos com emendas parlamentares, se necessário, e cobrar a execução. Nosso trabalho vai ao encontro do anseio da comunidade em solicitar a execução”, explica. Para o vereador Paulo Cavalli (PTB), o Paco, que na época do início da obra era Sub Prefeito de Faria Lemos, o que vem para melhoria é importante para o município. “Seria de extrema importância para o desenvolvimento da região e para o escoamento da produção. Sou a favor de lutar para que sermos atendidos. Na época licitaram e iniciaram a obra, mas parou. É uma pena que o valor investido acabou indo para o ralo”, lembra.

O vereador Agostinho Petroli (PMDB), que é morador de Faria Lemos, explica que acompanhou a trajetória desde o início. “Além de ser importante em relação ao turismo, seria um marco, pois daríamos início ao asfaltamento no interior. Deveríamos ter buscado forças na época e não ter deixado parar. Estamos falando com secretários e também deputados para encontrar recursos e buscar uma forma de reiniciarmos a obra”, destaca.

O prefeito de Bento Gonçalves, Guilherme Pasin, ressalta que a administração está buscando a concretização da obra. “A retomada da pavimentação asfáltica da estrada do Vale Aurora, que liga os Distritos de Faria Lemos e Vale dos Vinhedos, além da melhoria da qualidade de vida dos moradores, irá favorecer ainda mais o turismo, fortalecer a atividade econômica, facilitar o escoamento da produção levando mais desenvolvimento e oportunidade para todos. Por esses motivos desde o início da nossa administração estamos buscando junto ao Governo do Estado e a Secretaria de Transportes que esse pleito seja concretizado. E estamos muito próximos disso”, frisa.

O secretário de Turismo, Gilberto Durante, afirma que essa obra é de extrema importância para fomentar o turismo na região, especialmente porque a via liga pontos importantes das rotas turísticas. “Teremos uma ligação de qualidade muito grande com o roteiro turístico que é o Vale dos Vinhedos com o outro lado da cidade, onde temos a Rota Cantinas Históricas, Os Caminhos da Eulália e o Vale do Rio das Antas. Muitas pessoas acabam não fazendo este roteiro, pois é estrada de chão”, finaliza. Ele também aborda que isso aumentaria o fluxo de turistas passando pela região e desbravando as belezas do local. “Há o encurtamento da rota, e certamente muitos turistas farão esse deslocamento aproveitando todas as rotas turísticas disponíveis no município. Possivelmente, com o asfaltamento, novos empreendimentos poderão surgir nos locais e os turistas poderão desfrutar das belezas daquela região, que também é belíssima”, conclui.

03/06/2017 | Semanário | Geral | 31

Prazo de lançamento expirado

Previsto para 30 de maio, documento não foi publicado; secretaria busca informações com Estado

O edital para a construção do Novo Presídio de Bento Gonçalves ainda não foi publicado. A data estabelecida pela Prefeitura inicialmente era 30 de maio, conforme afirmado em nota e publicado pelo Jornal Semanário no sábado, 20. No entanto, até o fechamento desta edição, o documento ainda não havia saído conforme prometido.

Procurado pela reportagem para esclarecer as questões, o Secretário de Segurança Pública de Bento Gonçalves, tenente-coronel José Paulo Marinho, explicou que esteve na Secretaria de Segurança Pública do Estado na quinta-feira, 1º de junho, com o objetivo de discutir as questões envolvendo a publicação do edital do Novo Presídio de Bento Gonçalves.

No entanto, por motivo de reuniões em Brasília, o tema não pôde ser debatido com a Secretaria Estadual. Um novo encontro, ainda sem data definida, deve ser marcado novamente em Porto Alegre para discutir o tema. Ainda não há data para a publicação do edital de construção do novo Presídio.

Em seu discurso na Fimma 2017, o governador do Estado, José Ivo Sartori, afirmou que o edital seria publicado ainda no mês de abril. No entanto, uma comitiva com membros do governo do Estado esteve em Bento Gonçalves no dia 19, e o prazo de 30 de maio foi definido. Estiveram presentes autoridades do governo Estadual, que visitaram as áreas de permuta para a construção da Casa de Detenção.

A cronologia

Em março deste ano, uma reunião de trabalho realizada na prefeitura municipal de Bento Gonçalves garantiu a conclusão das obras da nova Casa de Detenção para o mês de dezembro de 2018. Autoridades do Estado estiveram presentes no encontro. O tema voltou a ser discutido em um encontro de segurança pública em Porto Alegre, no Palácio Piratini, em abril. A pauta foi uma parceria sobre segurança pública, mas o prazo de construção do Novo Presídio voltou a ser reafirmado na reunião.

03/06/2017 | Semanário | Contracapa | 32

Prazo inicial para lançamento do edital expira

Previsto para 30 de maio, documento que abre concorrência para construção do complexo não foi publicado; secretaria Municipal de Segurança busca informações com Estado

Página 31

03/06/2017 | Zero Hora | Capa | 1

Parcelamento de salários expõe a crise financeira da Capital

Prefeitura aposta em conjunto de medidas para reduzir despesas, mas a primeira delas não teve apoio na Câmara.

Porto Alegre 30 e 31 e Caderno DOC

03/06/2017 | Zero Hora | Túlio Milman | 2

Controlador

O governo do Estado não fará o aporte de mais de R$ 800 milhões à CEEE, previsto para este mês pelo contrato de concessão. Não há verba.

A falta de pagamento resultará em advertência da Aneel.

Será um cartão amarelo.

03/06/2017 | Zero Hora | Sobre ZH | 4

Sobre ZH II

A argumentação do deputado estadual do PP ganha de goleada da deputada do PT (ZH, 1º/6). Sérgio Turra 7 x 1 Stela Farias. Aliás, com o resultado da consulta pública, deverá ocorrer outra goleada. Basta de custear estruturas caras e ineficientes. O Estado deve prestar serviços adequados nas áreas de segurança, educação e saúde. E só!

JORGE LUIZ SILVA DE ARAGÃO

Aposentado – Ijuí

03/06/2017 | Zero Hora | Rosane de Oliveira | 10

Plebiscito da discórdia

Horas depois de o presidente da Assembleia, Edegar Pretto (PT), anunciar a negativa em dar continuidade ao pedido do governador José Ivo Sartori de promover o plebiscito sobre a privatização de estatais, o líder do governo, Gabriel Souza (PMDB), afirmou que a posição tomada é eminentemente política.

Amparado em parecer do procurador Fernando Ferreira, Pretto sustentou que não havia condições legais de o pedido de Sartori, feito por ofício, na quarta-feira, ser considerado para o processo. Para tramitar, seria necessário o protocolo de um projeto de lei contendo a intenção do governo de vender CEEE, Sulgás e CRM. Já o projeto de decreto legislativo (PDL) protocolado por Gabriel na quinta-feira também não poderia ser considerado porque deveria haver o mesmo projeto do governo pedindo a privatização das estatais.

O líder do governo, o chefe da Casa Civil, Fábio Branco, e o procurador-geral do Estado, Euzébio Ruschel, afirmaram em entrevista coletiva que seria inconstitucional o governador encaminhar projeto de lei, já que é prerrogativa da Assembleia dar início ao processo do plebiscito.

Para o Piratini, tudo foi cumprido conforme preveem a Constituição, a lei que rege o plebiscito no Estado e o regimento interno da Assembleia.

03/06/2017 | Zero Hora | Rosane de Oliveira | 10

Governo vai recorrer

O líder do governo, Gabriel Souza (PMDB), disse que vai recorrer da decisão do presidente da Assembleia, Edegar Pretto (PT), à Comissão de Constituição e Justiça.

Na próxima terça-feira, dia 6, uma parte da base estará no Japão e outra em um encontro nacional de parlamentares. Mesmo assim, Gabriel garante quórum para discussão na CCJ. Ele está convicto de que haverá votação do pedido de plebiscito em plenário no dia 13.

03/06/2017 | Zero Hora | Marta Sfredo | 16

Piratini contribuiu na rejeição à venda

Quando o Ministério de Minas e Energia aceitou prorrogar a concessão da CEEE Distribuição, em novembro de 2015, a decisão veio cercada de condicionantes. O governo do Estado, porém, anunciou a renovação como um grande feito, sem detalhar as exigências que teria de cumprir para manter a empresa em atividade. Conforme o decreto que regulamentou a prorrogação das concessões, o descumprimento desses compromissos por dois anos consecutivos acarretará a extinção da concessão. Estava escrito, e os responsáveis pela gestão do Estado assinaram.

Se naquele momento o Piratini tivesse apresentado com clareza e transparência a situação da estatal, haveria tempo suficiente para "sensibilizar" deputados e cidadãos gaúchos, como tentou fazer no início de abril passado. Durante um ano e meio, preferiu fazer o que sempre havia sido feito: esconder o que não era conveniente no momento.

Poderia ter usado esse tempo para "sensibilizar" deputados e os cidadãos gaúchos sobre os riscos que cercam a companhia. Em um dos dois anos, a CEEE-D já descumpriu o compromisso. Para anular a partida do cronômetro, a opção seria "aporte de capital do controlador", ou seja, injetar dinheiro na estatal. Nas contas do próprio Piratini, seria preciso R$ 800 milhões. Isso no Estado que segue pagando seus funcionários com atraso e não tem recursos suficientes para saúde e educação.

A única alternativa à extinção da concessão, se não houver aporte, é a "transferência do controle acionário" – venda. Qualquer movimentação nesse sentido precisa de plebiscito ou autorização de dispensa. Caso descumpra os indicadores de sustentabilidade

econômica financeira, o risco da CEEE-D é se tornar uma empresa fantasma. No limite, para não prejudicar os consumidores, a agência reguladora pode optar por outra medida, a intervenção.

03/06/2017 | Zero Hora | Editoriais | 26

A questão é política

Por mais que o presidente da Assembleia, Edegar Pretto (PT), tenha alegado razões técnicas para arquivar o pedido do governador José Ivo Sartori (PMDB) de realização de um plebiscito sobre a venda de estatais gaúchas, não nos enganemos: a questão é política. E é lamentável que, diante da incapacidade de decidir sobre uma questão vital para o Estado, os próprios políticos impeçam a sociedade de se manifestar sobre uma iniciativa que não diz respeito apenas a empresas públicas, mas ao futuro do Estado.

Se houver vontade política, a consulta popular vai acabar saindo de alguma forma, até mesmo porque a Justiça Eleitoral já se comprometeu em fazer a sua parte. O que não dá para admitir é que o Estado seja deixado na situação em que se encontra. Tanto a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) quanto a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Companhia de Gás do Estado (Sulgás) precisam de aporte de capital, além de melhorias na gestão. E essas são demandas que um poder público financeiramente debilitado não tem capacidade nem musculatura para atender.

Ao propor o plebiscito, o governo gaúcho deu um xeque-mate na oposição, que, se não se der conta do erro de engavetar a alternativa, vai acabar arcando com o ônus político de nem sequer permitir o debate. O que está em discussão não é apenas a realização de um plebiscito, mas como o Estado quer enfrentar seu futuro imediato. Se Executivo e Legislativo não conseguem chegar a um acordo, é preciso que deleguem a decisão a quem realmente detém o poder: a sociedade.

O Estado não pode continuar refém de um modelo antigo de debate político, no qual ter razão é mais importante do que a própria razão.

03/06/2017 | Zero Hora | Artigo | 27

Precisamos falar sobre neoliberalismo

Marcia Tiburi - Professora da Unírio

Neoliberalismo é um termo antipático mais pronunciado por quem o critica enquanto economia política do que por quem possa, conscientemente ou não, concordar com sua ideologia. Não falamos sobre neoliberalismo por se tratar de um assunto difícil do ponto de vista teórico, mas porque muitos preferem mesmo repetir a opinião que não compromete.

Sabemos no entanto que, se uma palavra nos perturba, é nela que temos que investir os esforços da nossa inteligência. Nesse sentido, é preciso enfrentar um problema semiológico-político: vivemos atualmente sob o signo impronunciado do neoliberalismo. De fato, um silêncio paira sobre nós para nos livrar da coisa à qual ela se refere.

E do que estamos falando? De uma experiência vivida pessoal e coletivamente que implica o nosso futuro como sociedade. Quem seremos nós depois do neoliberalismo é a pergunta que pode nos ajudar neste momento.

Se o neoliberalismo é a luta de classes dos ricos contra os pobres, podemos ter certeza de que, com o advento do neoliberalismo, seremos mais pobres. O neoliberalismo precisa acabar com a luta pela igualdade social e de classes, já que não se beneficia com ela em sentido algum.

Pensando no que seremos no futuro, se hoje vivemos sem direitos fundamentais assegurados, saúde e moradia, educação e trabalho, a tendência projetada pelo neoliberalismo é que as hordas de alienados, que hoje aplaudem aquilo mesmo que os destrói, estarão de tal modo infelizes, que aprofundaremos a barbárie entre nós em todos os níveis. Em uma sociedade para poucos, com o acirramento da desigualdade, a violência se intensificará até a barbárie. Como o neoliberalismo é a vida reduzida ao mercado, ele mesmo providenciará as armas e lucrará com isso.

O neoliberalismo é a economia política que faz retornar a luta de todos contra todos em nome do capital. Projeta-se uma sociedade de muitos perdedores sociais e econômicos e alguns poucos vencedores articulados com primores de ideologia disfarçada de mérito e competência, promessa dos mais eminentes de seus teóricos.

Privatizar e desregulamentar economias para entregá-las ao setor privado é parte do programa acionado pelo dispositivo ideológico que usa cada corporação, que usa cada indivíduo como parte do seu plano. Minimizar o Estado para a maioria da população e reservá-lo às elites econômicas é a parte nuclear do seu método.

O próprio neoliberalismo inventou que falar dele soa antipático. Na varredura que o capital faz pelo mundo afora, até mesmo o Rio Grande do Sul, que parecia um lugar tão distante e protegido por seus aguerridos cidadãos, cuja fama é de coragem política e senso de cidadania, está sendo levado pelo vento. Precisamos falar sobre neoliberalismo para soprar essa desgraça para longe de nós.

03/06/2017 | Zero Hora | Artigo | 28

As mentiras que os governos contam

ARTIGOS | FLÁVIO COMIM - Professor de Economia da UFRGS

Vivemos tempos de meias verdades e meias mentiras. De fato, as piores mentiras, e as mais perigosas, são aquelas que contêm algumas verdades. O governo federal nos diz que as contas da Previdência impedem o equilíbrio fiscal, que sem reforma trabalhista não haverá crescimento econômico; o governo do Rio Grande do Sul afirma que sem privatizações e sem o fechamento das fundações não poderá focar na provisão de bens públicos essenciais; o governo de Porto Alegre justifica que não pode repor a inflação dos salários dos servidores para poder investir mais. No meio de algumas verdades, arrisco que existem três tipos de mentiras principais:

Mentiras tipo 1: “As estatísticas atuais são um bom parâmetro para decisões de longo prazo”. O déficit da Previdência é real (apesar da questão sobre a desvinculação das receitas da União) e deve aumentar não somente pelo envelhecimento de nossa população mas por não termos investido nas escolas brasileiras (déficit futuro de capital humano). Frequentemente, os números da Previdência são apresentados como porcentagem do produto interno bruto (PIB). Em um momento em que o país chega a 14 milhões de desempregados, com queda correspondente na arrecadação, aumento de juros da dívida pública e uma recessão histórica (ou seja, PIB menor), tanto numerador quando denominador fornecem percentualmente déficits maiores no curto prazo. Tirar conclusões de longo prazo unicamente nessa base é extrapolar de maneira indevida as circunstâncias históricas. A mentira é o exagero da verdade dos fatos.

Mentiras tipo 2: “Se essas despesas públicas forem cortadas, o crescimento vai voltar”. Como exatamente? A queda da taxa de juros é tudo de que necessitamos? O crescimento somente volta de modo sustentável se problemas de infraestrutura, burocracia irracional, impostos altos, corrupção, gargalos logísticos, de capital humano e institucionais forem resolvidos. Mas, enquanto o bode é trazido para a sala, as reformas estruturais não são feitas, a começar pela necessidade de uma educação de qualidade. A mentira é vender a panaceia do ajuste macroeconômico como se todo o resto não importara.

Mentiras tipo 3: “O aperto fiscal é sinal de austeridade”. Os governos das diferentes esferas têm cortado orçamentos e contingenciado despesas incluindo áreas essenciais como saúde e educação enquanto mantêm altos gastos com publicidade e salários no Legislativo e Judiciário. A contenção linear de gastos não vale para todos e evita o enfrentamento de problemas internos à gestão pública. No Rio Grande do Sul, privatizar estatais e fechar fundações como meio de obtenção de caixa extra no curto prazo é no mínimo uma miopia administrativa. Do mesmo modo, em Porto Alegre, achatar salários de funcionários em áreas onde a qualidade do capital humano é o elemento definidor da qualidade dos serviços públicos é incompreensível. A mentira é dizer que somente a austeridade vai resolver tudo, pois muito mais precisa ser feito em termos de gestão.

Além do mais, é mentira que o crescimento econômico beneficia todos da mesma maneira. É mentira que as novas regras da Previdência não prejudicarão os mais pobres. É mentira que a reforma trabalhista vai incentivar o capital privado enquanto reformas estruturais não forem implementadas. É mentira que podemos desprestigiar o funcionalismo público sem diminuir seus incentivos. Por fim, a maior das mentiras é acreditar que a busca cega pela eficiência econômica vai resolver nossos problemas de justiça social.

03/06/2017 | Zero Hora | Sua vida | 30

Salários parcelados, ânimos acirrados

AO ANUNCIAR ATRASOS, prefeitura complica relação com servidores. Para piorar o cenário, contrariedade de vereadores a medidas do Executivo expõe dificuldade de diálogo

Rotina para os servidores públicos estaduais, o parcelamento de salários que vai virar realidade neste mês também em Porto Alegre é o ponto mais agudo da crise financeira – e do acirramento de ânimos entre funcionalismo, Câmara Municipal e a gestão Nelson Marchezan.

Com projeção de um rombo de R$ 41 milhões no caixa em junho, a prefeitura aposta em um conjunto de medidas para reduzir despesas, mas a primeira delas não obteve nem apoio total da base aliada no Legislativo. Diante de galerias tomadas de servidores, a prefeitura retirou o projeto que desobrigava o Executivo de repor automaticamente, nos salários, a inflação do ano.

– A prefeitura quis fazer caixa às custas do salário dos funcionários. É injusto que a prefeitura reajuste o IPTU todos os anos e os salários, não – afirma Paulo de Argollo Mendes, presidente do Sindicato Médico do RS (Simers).

Enquanto oposição e sindicatos comemoravam, Marchezan criticou "a falta de coragem de alguns vereadores". Questionado se mudará a abordagem para conseguir a aprovação dos outros projetos do pacote em tramitação – propostas como o aumento da alíquota previdenciária paga pelo servidor ainda devem gerar embates –, o prefeito apenas ressalta o cenário negativo das finanças.

– Porto Alegre está falida. Ou se faz os ajustes que precisam ser feitos ou Porto Alegre continuará falida e os mais humildes continuarão sofrendo – diz Marchezan, que considera o reajuste automático para todos os servidores uma injustiça salarial "por aumentar as distorções e não fazer justiça para quem ganha menos".

Os projetos e o discurso colocam o prefeito na mira dos servidores. Pela vereadora Fernanda Melchionna (PSOL), líder da oposição, ele é acusado de ter "elegido o funcionalismo como inimigo". E o anúncio do parcelamento a partir deste mês fragiliza ainda mais essa relação. As definições de faixas salariais devem ocorrer depois do dia 20.

– Os trabalhadores hoje estão doentes em função desse processo de ameaças e terrorismo diário do prefeito Marchezan – sustenta o diretor-geral do Sindicato dos Municipários (Simpa) Alberto Terres, para quem o governo exagera na má situação financeira para "criar o caos e retirar direitos dos servidores".

Conforme a Secretaria Municipal da Fazenda, as perspectivas são de que o saldo negativo se multiplique nos próximos meses – cálculos da pasta dão conta de que o rombo (em junho, seria de R$ 41 milhões) ultrapassariam R$ 400 milhões em dezembro em um cenário considerado favorável.

PARA TITULAR DA FAZENDA, LIMINAR NÃO SURTIRÁ EFEITOS

Usando um nariz de palhaço na Câmara na última quarta, uma assistente administrativa se emocionou falando do medo de não conseguir arcar com suas contas em razão dos vencimentos em parcelas.

– Tirei o filho da escola particular porque já corria o risco de não ter como pagar. Também quebrei os meus cartões de crédito – contou a servidora Kellen Escobar Vicentini, 35 anos.

Marchezan disse, em janeiro, que o atraso de salários aconteceria. Em resposta, a Câmara aprovou uma proposta proibindo a cobrança de multa e de juros das contas de água e impostos de servidores públicos com vencimentos atrasados. Na Justiça, o Simpa obteve liminar contra o parcelamento de salários. Ex-subsecretário do Tesouro do governo Sartori quando do início dos atrasos no Estado, o secretário municipal da Fazenda, Leonardo Busatto, afirma:

– O Estado tem 29 liminares. O Judiciário estadual tentava sequestrar dinheiro da conta, batia e não encontrava nada. Vai ser a mesma coisa aqui.

Economista defende rever repasses à Câmara

A única saída para a crise da prefeitura, na avaliação do economista Liderau dos Santos Marques Junior, da Fundação de Economia

e Estatística (FEE), é reequilibrar as contas municipais. Depois de pelo menos dois anos com resultados positivos, a administração da Capital voltou a registrar déficit primário em 2016: as despesas superaram as receitas (sem contar o pagamento dos juros da dívida). Liderau sustenta que, para ajustar as finanças do município, os passos iniciais foram dados, mas não são suficientes.

No primeiro quadrimestre, em comparação com o mesmo período de 2016, os desembolsos da prefeitura com passagens aéreas despencaram 88,7%, os dispêndios com diárias caíram 65,5% e a conta de telefonia móvel baixou 55,4%, para citar apenas três itens. Só que isso, segundo o economista da FEE, é pouco diante do tamanho do problema. Entre as opções, o especialista aponta a necessidade de debater os repasses para a Câmara. Nos primeiros quatro meses de 2017, o valor aumentou 5,7% em relação ao mesmo intervalo de 2016.

– O Legislativo tem de entrar no esforço de ajuste fiscal e fazer a sua parte também. Outra coisa importante é garantir que as empresas públicas cortem custos. Não dá mais para que elas continuem recebendo dinheiro da prefeitura – adverte.

A CRÍTICA DO SIMPA

- O sindicato afirma que a situação do município não é como a do Estado e diz que o governo piora números para aterrorizar e retirar direitos.

- Questiona como a folha subiu de R$ 147 milhões no final do ano passado para R$ 180 milhões, se não contratou e até demitiu CCs.

- Define projeto do governo para buscar R$ 120 milhões para obras da Copa 2014 como sinal da capacidade de endividamento.

O ARGUMENTO DA PREFEITURA

- Marchezan diz que a situação é caótica. Relata que a prefeitura fez duas reuniões com o Simpa e não foram apontadas questões específicas.

- Afirma que a folha aumentou cerca de 6% de dezembro pra cá em função dos aumentos já concedidos.

- A Secretaria da Fazenda responde que a dívida da prefeitura é considerada pequena em relação a Receita Corrente Líquida (RCL).

OPINIÕES NA CRISE

O PREFEITO
Mesmo antes de assumir a prefeitura, Nelson Marchezan já anunciava como nebulosa a situação financeira de Porto Alegre – em dezembro, a comparou à crise do Estado, dizendo que é “percentualmente bem pior”. Começou a gestão suspendendo, por 90 dias, o pagamento de dívidas herdadas do governo José Fortunati e apostou em medidas como a diminuição no número de CCs e o corte de despesas. Em abril, enviou para a Câmara um pacote de projetos.

– A situação de Porto Alegre é caótica. Se não tiver um conjunto de ações, nós não vamos sair do fundo do poço em que nos encontramos – diz o prefeito.
Mas parte dos projetos enviados à Câmara é bombardeada por servidores públicos, assim como o anúncio de parcelamento. Marchezan é acusado pela oposição de ter “elegido o funcionalismo como inimigo”. Sobre isso, afirma:

– Do ponto de vista de um sindicato absolutamente partidarizado, é um bom discurso.

A LÍDER DA OPOSIÇÃO

A vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) critica o discurso e as medidas do governo – que, segundo ela, atacam direitos dos trabalhadores e criam “uma bola de neve” prejudicial à economia da cidade:
– Ele (o governo) pinta o caos para justificar o não cumprimento de suas promessas de campanha e não ataca a crise onde tem de atacar.

A parlamentar defende cobrança de IPTU progressivo, ampliação da receita por meio da dívida ativa, discussão de isenções municipais e diz que é necessário reaver os recursos da corrupção.
– É um projeto contrário ao que Marchezan está fazendo. Ele apoia um projeto que, na verdade, é o caos: arrocho salarial, ataque ao serviço público e privatização – ressalta.

O SERVIDOR

O assistente administrativo Guilherme Menezes da Silva, 34 anos, repete algumas vezes a expressão “angústia” ao falar da vida de servidor público de Porto Alegre nas últimas semanas.

Ele acompanhou apreensivo o envio à Câmara Municipal de projetos que atingiriam a categoria à qual pertence e se preocupa com os parcelamentos de salários que a prefeitura anuncia:

– Tem gente que tem filho, que tem um milhão de coisas. O pessoal vai ficar muito bravo.
Formado em Ciências Sociais, o funcionário da Secretaria Municipal de Esportes (SME) relata que é oneroso trabalhar em um ambiente tomado pelo clima de insegurança e acredita que até mesmo para o governo seria mais vantajoso “atuar com o funcionalismo estando em paz”.

Guilherme defende auditoria na situação financeira e audiências públicas:

– Há vários caminhos antes de chegar ao funcionalismo.

O LÍDER DO GOVERNO

Na quarta-feira, Clàudio Janta (SD) precisou pedir a retirada de votação do projeto que desobriga o Executivo a conceder reajustes anuais automáticos de acordo com a inflação. O governo corria contra o tempo para adotar a medida já em 2017 (a data-base da reposição é maio), mas não conseguiu reunir os votos necessários. Janta credita ao “ritmo” dos parlamentares a derrota:

– As coisas foram muito rápidas. Esse projeto tinha data. A Câmara vem de um ritmo de governo, agora tem um ritmo mais moderno, mais ágil, e a Câmara não se adaptou.

O vereador defende que a crise tem remédios – “alguns, inicialmente, amargos”.
– Ninguém é malvado, ninguém quer atrasar salário de funcionário público ou deixar de dar reajuste para as pessoas. Mas é uma das saídas – conclui.

POR QUE FALTARÁ DINHEIRO, SEGUNDO O EXECUTIVO

- Até junho, as sobras em caixa dos meses anteriores haviam sido suficientes para cobrir os déficits (gastos da prefeitura acima da arrecadação) registrados em fevereiro e março.

-Por exemplo: em fevereiro, a diferença entre o dinheiro que entrou e o dinheiro que saiu do Tesouro municipal foi negativa em R$ 21 milhões (houve déficit). Mas a prefeitura tinha R$ 118 milhões de saldo do mês de janeiro e, com esse recurso, conseguiu cobrir o rombo e ainda fechar fevereiro com R$ 97 milhões em caixa.

-Se as projeções se confirmarem, em maio a prefeitura terá fechado o mês com saldo positivo de R$ 41 milhões. O problema é que, em junho, a previsão é de queda das receitas e de aumento das despesas. O desequilíbrio levará a déficit de R$ 82 milhões.

-Como a prefeitura terá apenas R$ 41 milhões de saldo do mês anterior, o valor não será suficiente para cobrir o rombo.

-Por isso, segundo a Secretaria Municipal da Fazenda, faltarão cerca de R$ 41 milhões para quitar a folha do funcionalismo, no valor de R$ 180 milhões.

03/06/2017 | Zero Hora | Contracapa | 56

Marta Sfredo

Ao esconder o que não era conveniente, Piratini contribuiu para a rejeição à privatização da CEEE.

PÁGINA 16

Segmento: Secretarias

03/06/2017 | A Plateia | Geral | 8

Centro de Atenção ao Turista será reinaugurado em 60 dias, em Livramento

Informação foi confirmada pelo diretor da Secretaria de Turismo do Ria Grande da Sul

Informação ao turista. Esse é o objetivo do Centro de Atenção ao Turista (CAT), em Sant'Ana do Livramento. A sede construída pelo Estado do Rio Grande do Sul foi inaugurada em ao de dezembro de 2014 e, desde então, foi alvo de diversas polêmicas. A principal delas por estar na saída da cidade e não na entrada. Muitos entendiam que o espaço serviria para passar informações ao turista que chega em Livramento, e não ao que saí. Na época o Governo Estadual afirmou que o Centro serviria para os estrangeiros que entrassem no pais pela fronteira.

Temporal

Em 2016, após fortes chuvas no Município,a cobertura do local foi danificada e um problema com a rede pluvial do CAT também foi detectado. Desde então o Centro permaneceu fechado. De acordo com as informações levantadas pelo jornal A Plateia, naquela época, houve uma licitação do trabalho que iniciou nesta semana.

Início do trabalho

O trabalho iniciou nesta semana e a expectativa é que a obra fique pronta em 60 dias. O prazo foi informado pelo diretor de Turismo da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado, Abdon Barretto Filho. "O Rio Grande do Sare o estado brasileiro que recebe a maior quantidade de visitantes via terrestre e a Fronteira da Paz é um importante ponto de partida para os uruguaios", disse ele.

Durante a entrevista realizada na manhã dessa sexta-feira (02) Abdon destacou que existe um convênio com o Município, mas que depois que estiver pronta a reforma, o Estado estará encarregado de recrutar e qualificar uma pessoa para atender no local.

Município

A Reportagem conversou também como secretário de Desenvolvimento e Turismo de Sant'Ana do Livramento. Calico Grisolia informou que o Município também está estudando viabilidades de utilizar melhoro espaço. "Pensamos em expor produtos da produção local", disse.

O secretário contou ainda que a ex-secretária da Pasta, Luciana Conca, e o secretário de Obras, Ricardo Dutra, teriam realizado uma reunião junto ao DNIT para melhorar o acesso ao CAT, podendo ter 100% de aproveitamento do espaço.

03/06/2017 | A Plateia | Política | 12

Frente Parlamentar da Aviação

Plano de desenvolvimento da aviação regional será tema de reunião na Assembléia gaúcha

Atendendo o convite do presidente da Frente Parlamentar da Aviação Civil Regional, Deputada Frederico Antunes (PP), a Secretário Nacional da Aviação Civil, Dario Lopes e o Secretário Estadual dos Transportes, Pedra Westphalen, irão participar no dia 3 de julho,

a partir das 10h30min, no Plenarinhoda Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, de audiência pública do órgão técnico. A confirmação do evento ocorreu nesta quinta-feira (1º/16), durante audiência em Brasília entre o deputado Frederico e o secretário Dario.

No encontro que contará com a participação de prefeitos, entidades, empresários e lideranças regionais interessadas no tema, o secretário Nacional da Aviação Civil e o Secretário dos Transportes farão uma atualização do andamento do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (Pdar). A iniciativa inclui um conjunto de medidas para melhorar os serviços e de infraestrutura aeroportuária. O programa pretende elevar o número de frequências das ratas regionais operadas regularmente e aumentar o número de cidades e rotas atendidas por transporte aéreo regular de passageiros.

Segundo o deputado Frederico Antunes, uai dos principais temas da reunião será o aumento de rotas regionais que atualmente são cinco: Uruguaiana, Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e, a partir de julho, Santo Angelo. "A aviação regional é o grande instrumento de indução do desenvolvimento porque permite que as pessoas permaneçam em suas cidades, estimulando atividades econômicas locais- É preciso que o Estado siga sendo um agente facilitador deste processo. Por isso estamos na busca da concretização de novas rotas regionais como as ligações entre Porto Alegre e Rivera, além de Bagé e São Borja", disse Frederico.

03/06/2017 | Cidade | Capa | 1

10ª CRE oferta curso de capacitação para professores

Página 8.

03/06/2017 | Cidade | Geral | 6

Homenagens na Semana Arrozeira marcam noite de emoções

A noite de quinta-feira, 1º de junho, no CTG Aconchego dos Caranchos, em Alegrete, onde se realizou a Programação Urbana da décima edição da Semana Arrozeira, organizada pela Associação dos Arrozeiros de Alegrete, foi de emoção e resgate da memória de homens e mulheres que contribuem com o setor orizícola da região. Na ocasião, foi entregue o troféu “O Taipeiro” para quatro nomes que fazem parte da história do arroz na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Entre os homenageados estiveram a produtora Ana Dotta e os produtores João Cícero Ziani, Nelson Farenzena e Gilberto Pilecco, este ex-presidente da Associação dos Arrozeiros de Alegrete e um dos idealizadores da Semana Arrozeira. Também foi homenageado nesta edição com a distinção o diretor Comercial do Instituto Rio Grandense do Arroz, Tiago Barata, que recebeu seu troféu na última segunda-feira, dia 29 de maio, quando esteve no evento proferindo palestra.

Na ocasião, também foi momento de conhecer a marca e o tema da décima primeira edição da Semana Arrozeira de Alegrete. Apresentado pela presidente da Associação, Fátima Marchezan, a proposta será discutir modelos econômicos e comerciais. A dirigente lembrou que o evento é uma semana de atividades para todos os produtores, parceiros e todos aqueles que de alguma forma estão ligados à cadeia orizícola. “Conseguimos juntar neste salão não apenas os parceiros tradicionais e os novos, mas também o sistema financeiro, fornecedores de implementos, fornecedores de insumos e entidades representativas do setor rural”, ressaltou.

Outras homenagens foram realizadas durante a noite. Receberam distinções da Associação a Fertilizantes Heringer como empresa parceira, o consultor Luiz Antônio Valente, que foi participante por anos da organização da Semana Arrozeira, além de homenagens póstumas aos produtores Virgílio Leães Dornelles e Frederico da Cunha Noetzold, recebidas pelas famílias dos homenageados.

Durante os dias do evento, a Semana Arrozeira contou com a participação de representantes e lideranças de outros municípios produtores como Itaqui, com o seu presidente da Associação dos Arrozeiros, Raul Borges, de Uruguaiana, com o presidente da entidade local, Roberto Ghigino, e de Camaquã, com o presidente da Câmara Setorial do Arroz, Daire Coutinho.

03/06/2017 | Cidade | Educação | 8

Curso é ofertado por órgão da 10ª CRE

Atenção professores da rede estadual de Uruguaiana. Já estão abertas as inscrições para o "Curso Google For Education". O mesmo terá duração de 40h (20 presenciais e 20 online) e será realizado no Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), órgão da 10ª Coordenadoria Regional de Educação. A ministrante do curso será a servidora do NTE de Uruguaiana, Cledenir Dri.

As inscrições seguem até o dia 13/6 e podem ser feitas por meio de um formulário eletrônico disponível no Google Docs. No ato da inscrição, o aluno deverá escolher qual dia da semana e turno de disponibilidade para realizar o curso. "Por isso, pode marcar várias opções, pois as mais votadas serão os dias em que abrirão as turmas. A aula presencial será apenas uma vez na semana, em um turno, frisou Dri".

O curso terá início no dia 19/6. Durante o aprendizado serão ensinadas aos professores as ferramentas do Google que servem como recurso pedagógico, entre elas a Plataforma Google Classroom. o Google Eart, Google Maps, Google Drive, Google Docs, Google Pesquisas, Google Sites, Google Tradutor, Hangout, Grupos de Discussão, entre outros.

Ainda conforme a Dri, o conteúdo trabalhado durante o curso será colocado em prática em um seminário. "Os professores que participarem do curso terão o compromisso de colocar em prática alguma das ferramentas do Google aprendidas no curso, feito com os alunos, para apresentar o seu trabalho em um seminário. Este acontecerá em outubro", disse. Mais informações pelo telefone 3412-7458.

03/06/2017 | Correio do Povo | Cidades | 12

RS tem 4 mil pessoas fora de casa

As chuvas intensas registradas no Estado já causam problemas em 122 municípios, segundo a Defesa Civil estadual. Até ontem, conforme o órgão, 49 cidades haviam decretado situação emergência. Nessa sexta-feira, chegava a 4 mil o número de moradores fora de casa em função das inundações, em Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Campo Novo, Estrela, Cachoeira do Sul, São Jerônimo, Montenegro, Iraí, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Porto Mauá, Barra do Guarita, Rio Pardo e Roque Gonzales.

Em Porto Mauá, na FronteiraNoroeste, o rio Uruguai parou de subir e estava 13 metros acima do normal ontem. As 16 famílias fora de casa devido à cheia esperam a água baixar para voltar. A travessia de balsas segue suspensa. Em Porto Xavier, o rio se estabilizou ontem, a 10,75 metros acima do normal, mas a preocupação das famílias atingidas pela cheia continua. Elas precisam esperar a água baixar para verificar os estragos e iniciar a limpeza. Segundo a Defesa Civil municipal, 45 famílias estão fora de casa. Valquíria de Brum Nascimento e o marido têm um balneário e recebem turistas nos finais de semana em uma pequena estrutura de lazer na propriedade. A casa não foi alagada, mas o restante da área está debaixo d'água. Um galpão onde estavam animais ficou inundado. Valquíria conta que na cheia de 2014 havia seis cabanas para receber turistas, que foram destruídas.

"Reconstruímos três, que estão tomadas de água. Para saber o nível dos estragos, só esperando a água baixar", revela. Em Porto Xavier, 60% da cidade está sem abastecimento. Segundo a Corsan, a bomba que faz a captação do rio encontrase submersa e queimou. Para a troca, a água precisa baixar. O prefeito Vilmar Kaiser decretou situação de emergência e estima perdas acima de R$ 5 milhões. "São prejuízos em estradas do interior, lavouras, pontilhões e produção de gado de leite e corte. Ainda estamos levantando os prejuízos no comércio internacional, já que continuamos sem travessia de balsa." Kaiser diz que a equipe da prefeitura conseguiu alertar os moradores sobre a cheia, o que possibilitou a retirada de móveis e eletrodomésticos antes de a água atingir as casas.

03/06/2017 | Correio do Povo | Polícia | 17

Novo superintendente toma posse

O novo superintendente regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, delegado Ricardo Andrade Saadi, foi empossado na tarde

de ontem, na Capital. A cerimônia ocorreu no auditório do Centro de Eventos da Associação Médica do RS (Amrigs), e contou com a presença de autoridades da Segurança Pública como o chefe de Polícia, delegado Emerson Wendt. Saadi disse que a escolha pelo RS foi por conta da estrutura, dos servidores e da cultura do Estado.

“Temos como objetivo dar continuidade ao excelente trabalho do delegado Elton Roberto Manzke e vamos ver o que podemos melhorar”, afirmou Saadi. Segundo ele, o foco da PF estará não só nos crimes contra o patrimônio, mas também nos crimes de fronteira. “Como somos um Estado de fronteira, ficaremos atentos aos crimes típicos como contrabando, tráfico de armas e tráfico de drogas”, ressaltou. Saadi tem 41 anos e é natural de Vargem Grande do Sul (SP). Ele tomou posse como delegado em 2002. O novo superintendente é doutor em Direito Político e Econômico.

03/06/2017 | Correio do Povo | Polícia | 17

Schirmer anuncia ‘super concurso’

Presente na formatura de 223 novos policiais civis, o secretário de Segurança Pública, Cezar Schirmer, anunciou ontem que “nos próximos dias será lançado o maior concurso público para a segurança pública já feito no Rio Grande do Sul”. Schirmer não revelou quantas vagas serão oferecidas. A solenidade ocorreu no Barra Shopping Sul, na Capital. “Estamos fazendo um esforço para recuperar o efetivo da Polícia Civil. Até o final do ano chamaremos mais 115 agentes”, destacou Cezar Schirmer, observando que a distribuição dos novos policiais civis dependerá das necessidades da corporação e levará em conta as regiões com os maiores índices de criminalidade. O secretário de Segurança Pública ressaltou que todas as instituições tiveram os quadros repostos.

03/06/2017 | Diário da Fronteira | Capa | 1

Agentes de trânsito confirmam irregularidades em depósito credenciado pelo Detran/RS

Página 11

03/06/2017 | Diário da Fronteira | Geral | 6

Conselho de Saúde afirma que Santa Casa continua perdendo repasses por falta de atendimentos

O presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), de Uruguaiana, que participa ativamente das reuniões na 10ª Coordenadoria Regional de Saúde, em Alegrete, relata que duas queixas são constantes com relação à Santa Casa de Caridade de Uruguaiana. Renato Corrêa afirma que a primeira é o não cumprimento de metas nos serviços de Cardiologia e de Oncologia. “O Conselho fez um levantamento de 2016 e o resultado é extremamente preocupante”, afirmou Corrêa. Segundo ele, a Santa Casa deixou de receber, pelo não cumprimento de metas no ano passado quase R$ 2 milhões. Para saber o que ocasionou essa perda, o Conselho Municipal de Saúde está solicitando relatórios ao hospital para avaliar as causas. Conforme o presidente do Conselho, 2017 já se torna mais delicado que 2016 porque neste ano, até hoje, o hospital deixou de receber R$ 1 milhão pelo não cumprimento de metas.

MORTES DE PACIENTES

Corrêa disse que as causas precisam ser avaliadas. “É falta de equipamentos, de atendimento ou de insumos?”, questiona o presidente do CMS. Além disso, o Conselho já notificou a direção da Santa Casa para que no próximo dia 7, na reunião do Conselho Municipal de Saúde, seja apresentado relatório sobre as mortes de crianças na Maternidade. Além disso, Corrêa afirma que na 10ª CRS obteve informação de que pacientes que buscaram atendimentos na Cardiologia e na Oncologia acabaram morrendo por não terem conseguido realizar procedimentos. “Foi o que ouvimos na reunião da 10ª CRS e isso tem se tornado costumeiro nesses encontros, principalmente na Oncologia”, afirma Renato Corrêa. Isso, conforme o dirigente está relacionado ao não cumprimento de metas.

NEGATIVA

O provedor da Santa Casa Eduardo Velo, que esteve quinta-feira (1º) reunido com o secretário de Estado de Saúde João Gabbardo e com o vice-governador José Paulo Cairolli confirma que haja mobilização dos secretários municipais de Saúde da região solicitando transferências de repasses da Santa Casa de Uruguaiana para o hospital de Ijuí por causa da falta de atendimentos na Cardiologia. “Nessa reunião, discutimos não somente os assuntos da Cardiologia, mas do hospital como um todo. A ideia do Estado é abrir a possibilidade de enviar pacientes para Ijuí desde que Uruguaiana não consiga atender a sua demanda, mas isso não significa que Uruguaiana esteja descredenciada”, afirma Velo. Ele nega que o município tenha perdido o repasse de R$ 3 milhões para o Incar.

GARANTIA DO PROVEDOR

“O hospital continua credenciado e continuará prestando os serviços de Cardiologia e nas demais especialidades, o que poderá ocorrer é se, porventura, não atendermos e isso é óbvio. Se Uruguaiana não consegue atender tem de levar a verba e os pacientes para outro lugar”, ressalta o provedor. Sobre as reclamações das autoridades de saúde dos demais municípios da região, Velo salienta que estão sendo feitas com razões. “Nosso hospital estava em situação quase de miséria há 60 dias. Recebemos os recursos financeiros da Caixa Federal e recém começamos pagar nossos fornecedores para então retomar o fluxo de caixa”, afirma o provedor. “Então, é evidente que o passado nos condena no sentido de que não houve atendimento pleno e isso é evidente”, destacou Eduardo Velo. Segundo ele, nesse período de exceção, o sofrimento diário não foi somente dos pacientes, mas também dos funcionários e dos gestores do hospital.

03/06/2017 | Diário da Fronteira | Geral | 11

Agentes de trânsito confirmam irregularidades em depósito credenciado pelo Detran/RS

A Comissão de Serviços Municipais, Saúde, Educação, Segurança e Desenvolvimento Econômico da Câmara de Vereadores ouviu durante sessão extraordinária dois agentes de trânsito da Secretaria de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana (SEGTRAM) que confirmaram as denúncias de irregularidades nos procedimentos de recolhimento e liberação de veículos junto ao depósito credenciado do DETRAN/RS. Eles prestaram as informações documentadas acompanhados do secretário adjunto Geminiano Pinto. A sessão foi conduzida pelo vereador Clemente Correa (PSDB).

Os agentes de trânsito relataram a conduta sobre de terminados registros de ocorrências de veículos com alteração de características que acabaram recolhidos nas ruas da cidade e que tiveram liberação junto ao depósito localizado na BR 472, saída para Itaqui. Segundo eles, possivelmente sem a formalidade de vistoria prevista pela legislação. Clemente Correa revelou que recebeu denúncias de agentes e policiais militares que multaram e recolheram veículos com características alteradas o que vai contra a resolução 61/2012 do Cetram/RS. Conforme ele, para se liberar um veículo nestas condições ele precisa regularizar as modificações constadas pelo agente de trânsito e depois passar por uma vistoria do CRVA (Centro de Registro de Veículos Automotores). Entre as irregularidades estão carros rebaixados, com descargas abertas entre tantas outras, informou Clemente acrescentando que em muitos casos os agentes passaram pela situação de desconforto diante de certos motoristas que durante a abordagem avisavam que se o carro fosse recolhido em poucas horas estaria na rua novamente, o que acabou se constatando pelos fiscais. “Eles prendiam o carro de manhã e a tarde já andavam circulando pelas ruas”, afirmou o vereador dizendo ainda que estes fatos estão documentados junto a Comissão e Secretaria de Trânsito de Uruguaiana.

DETRAN/RS

O secretário de Trânsito, Segurança e Mobilidade Urbana revelou nessa sexta-feira (2) que as denúncias feitas pelos agentes do órgão foram encaminhadas a sede do DETRAN/RS em Porto Alegre com pedidos de esclarecimentos e providências. Irani Coelho Fernandes disse que existe um convênio firmado de número 024/2014 entre a Prefeitura de Uruguaiana e o DETRAN que determina que todos os carros recolhidos em blitz, baladas seguras ou durante algumas abordagens rotineiras e que foram recolhidos ao depósito devem voltar a circular depois de feitas as alterações apontadas pelos agentes. Depois disso, devem passar pela vistoria com as devidas correções. Portanto, segundo ele, quem deve fiscalizar o depósito é o próprio DETRAN. No ano passado este mesmo

depósito passou por um processo de investigação pelo mesmo problema e alguns funcionários acabaram demitidos pela empresa, informou Irani Fernandes acrescentando que espera por uma resposta do órgão estadual há mais de 15 dias. No final da tarde desta sexta-feira, a reportagem do Diário da Fronteira entrou em contato com a direção do depósito de veículos e foi informada que os diretores haviam se retirado e só retornariam na segunda-feira.

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Segurança | 18

Preso o jovem apontado por praticar assaltos no Centro

Foi preso um jovem de 18 anos suspeito de envolvimento em pelo menos 15 assaltos praticados nos últimos quatro meses na área central de Santa Maria. Ele foi reconhecido pelas vítimas de 10 casos. De acordo com a 1ª Delegacia de Polícia de Santa Maria, ele costumava praticar os assaltos nos mesmos lugares: no entorno do Parque Itaimbé, nas ruas Silva Jardim e Venâncio Aires, e na Rua Serafim Valandro, entre as ruas Venâncio Aires e Silva Jardim. Um dos casos mais recentes foi na Valandro, esquina com a Venâncio, por volta das 19h do último dia 24.

Em alguns casos, ele levou os celulares das vítimas e, depois, passou a pedir dinheiro. Às vezes, ele dizia às vítimas estar armado. O suspeito foi preso na madrugada do último domingo, preventivamente, e levado para a Penitenciária Estadual de Santa Maria (Pesm). Na última segunda-feira, ele foi reconhecido pelas vítimas.

03/06/2017 | Diário Gaúcho | A Vida da Gente | 3

Estado tem a 11ª morte por gripe A

A Secretaria Estadual da Saúde confirmou, na tarde de sexta-feira, a ir morte por gripe A no Rio Grande do Sul em 2017. A vítima é uma idosa de 89 anos, moradora de Sarandi, no norte gaúcho.

Conforme o secretário João Gabbardo dos Reis, ela tinha doença cardíaca e diabetes e não havia se vacinado. O óbito ocorreu no dia 19 de maio, em um hospital
de Passo Fundo. O Estado recebeu nesta sexta-feira a confirmação de que a causa da morte foi gripe A.

A vacinação contra a gripe segue até o dia 9, aberta à população em geral. Somente nesta segunda etapa da campanha, 300 mil pessoas foram imunizadas —
46% do público-alvo e 54% entre as demais pessoas.

03/06/2017 | Diário Serrano | Capa | 1

Procon será reestruturado em Cruz Alta

Presidência da Câmara se reuniu com direção estadual do Procon
Página 03

03/06/2017 | Diário Serrano | Geral | 3

Daer inicia obras em estradas atingidas pela chuva

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) começou, nessa sexta-feira (2), uma série de serviços urgentes nas rodovias atingidas pelas chuvas das últimas semanas. Com a estiagem, além da melhoria dos trechos, a autarquia também prepara levantamento dos danos na malha viária. A mobilização envolve a superintendência regional de Cruz Alta.

As ações incluem melhorias em estradas pavimentadas e de revestimento primário. Servidores próprios da autarquia e empresas

contratadas para a conservação da malha viária já executam serviços como manutenção asfáltica, patrolagem, encascalhamento e recuperação de dispositivos de drenagem, como valetas, canaletas e bueiros. As equipes também realizam a desobstrução de vias, "por meio de remoção de barreiras, e limpeza da pista de rolamento.

Além dos serviços já iniciados, o Daer está fazendo um levantamento completo da situação da malha viária agravada pelo acúmulo de água. A partir desse relatório, serão definidos recursos e obras necessários para resolvermos esses problemas de forma efetiva e duradoura.

03/06/2017 | Diário Serrano | Geral | 3

Procon será reestruturado em Cruz Alta

- órgão funciona junto ao prédio da Câmara -

Importante ferramenta na defesa dos direitos do consumidor, o Procon de Cruz Alta será totalmente reformulado e reestruturado. O assunto foi tratado em Porto Alegre, junto à direção do Procon RS, pelo presidente da Câmara de Vereadores, Ubiraci Marques da Silva, Nenê, e o assessor jurídico do Legislativo, advogado Aldo Veríssimo de Mello.

Segundo Nenê, o Procon está funcionando bem em Cruz Alta, com equipe de profissionais e estagiários, mas não conta com uma infra-estrutura completa e, especialmente não tem poder de polícia, atribuição que passará a ter a partir do momento-em que o município encaminhar um projeto, partindo do Poder Executivo.

A ideia, explica o presidente da Câmara, é legalizar o Procon em Cruz Alta, dotando-o da estrutura necessária, com veículo, mesas, cadeiras, pois hoje o que existe é uma sala do Procon, mas sem estas condições e, especialmente, sem o poder de polícia. "Sabemos da importância desse órgão, tanto que diariamente há formação de filas e por esta razão estamos buscando torná-lo efetivo na defesa dos direitos do cidadão, dando aos colaboradores toda estrutura necessária". E, neste contexto, já foram conseguidos recursos para aquisição de veículos e móveis, e a próxima etapa é agendar uma audiência com o prefeito Vilson Roberto Bastos dos Santos para explicar como funcionará o órgão. "Trouxemos um modelo do Procon/RS que vamos levar ao chefe do Executivo".

O presidente diz ainda que o deixa feliz o fato de não haver reclamações de consumidores registradas em relação às lojas locais, e sim contra as redes de loja e, mais especificamente quanto aos serviços de telefonia, que respondem por mais de 80% das reclamações.

Atualmente o Procon funciona junto ao prédio da Câmara de Vereadores, atendendo o público no horário das 8h às 14min, sem fechar ao meio-dia, de segunda a sexta-feira. Em média atende 250 reclamações/mês, a maioria referente a cobrança indevida de telefonia, bem como de televisão a cabo, e em alguns casos, também relacionados a bancos e lojas.

CONHEÇA O PROCON

A função do Procon é trabalhar em defesa dos direitos do consumidor, orientar, informar quais são seus direitos e deveres. A informação deve ser clara e objetiva para o consumidor, filtrando no atendimento o que ele pode solucionar e o que depende de ordem judicial para solução, sem que o consumidor dispense tempo desnecessário. O Procon funciona como um órgão auxiliar do Poder Judiciário, tentando solucionar previamente os conflitos entre o consumidor e a empresa que vende um produto ou presta um serviço, e quando não há acordo, encaminha o caso para o Juizado Especial Cível, com jurisdição sobre o local. O Procon pode ser estadual ou municipal, e, conforme artigo 105 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) é parte integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

DIREITOS DO CONSUMIDOR

São direitos básicos do consumidor: "III — a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem."

03/06/2017 | Folha de S. Paulo | Cotidiano | 5

Número de cidades atingidas por chuvas intensas no RS chega a cem

Em Porto Alegre, crianças de bairro fluvial estão sem ir às aulas

Casas alagadas,móveis danificados, roupas e alimentos estragados. Essa é a realidade de 3.650 pessoas que estão fora de suas casas no Rio Grande do Sul devido a uma semana de chuvas. De acordo com a Defesa Civil gaúcha, cem cidades foram afetadas, das quais 44 decretaram situação de emergência.

As enxurradas afetaram especialmente os municípios próximos aos rios, na fronteira oeste. Em Uruguaiana,ao sul,cerca de cem pessoas foram removidas para ginásios da prefeitura,onde recebem alimentação e atendimento médico.

Em São Borja, na fronteira sudoeste com a Argentina, o nível do rio Uruguai está em 13,9 metros, acima do nível de alerta para a localidade. Ao noroeste, Porto Xavier suspendeu as aulas das escolas municipais e cancelou a travessia de barco para a Argentina pelo rio Uruguai. Mas não é só na fronteira que as cidades estão em situação de emergência.

Na região metropolitana de Porto Alegre, cidades banhadas pelos rios Caí e Sinos, como São Sebastião do Caí e Montenegro, também sofrem com a cheia. Embora não tenha decretado situação de emergência, Porto Alegre registrou alagamentos em diversos pontos da cidade.

Parte dos trens precisou parar o transporte por causa da água nos trilhos, nesta quinta-feira (1º). A população do bairro Arquipélago, com 16 ilhas banhadas pelo rio Guaíba e pelo delta do rio Jacuí,é a mais afetada. Na Ilha Grande dos Marinheiros, as crianças não vão à escola porque não possuem mais trocas de roupas: estão todas molhadas.

Esse é o relato da voluntária Ângela Del Grande, 42,bióloga que leva donativos aos moradores. “Muitos são catadores de papel e recicladores. Com a chuva, não tem serviço.Sem trabalho,falta até comida”, afirmou Ângela.

A Defesa Civil municipal afirma que o nível do rio Guaíba está baixando.A previsão é a de que as chuvas cessem nos próximos dias.

03/06/2017 | Folha do Mate | Geral | 3

Cinco moradores de Venâncio são contemplados no NFG

Foi realizado na quinta-feira, 1º, mais uma sorteio do programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG), na sede da Associação Gaúcha dos Supermercados (Agas), em Porto Alegre. Na ocasião, o maior prêmio, de R$ 300 mil, saiu para um morador de Porto Alegre. Neste sorteio, cinco moradores de Venâncio Aires foram contemplados: Carine Andreia Dorr, Cleonir Cilesio Neumann, Samara Raquel da Silva Vargas, Simone Caroline dos Santos e Vinicius André Richter.

Cerca de nove milhões de bilhetes concorreram no quinto sorteio da NFG em 2017. Além do vencedor do prêmio principal, foram conhecidos os três contribuintes contemplados com o valor individual de R$ 5 mil, 300 vencedores de R$ 1 mil e mais 500 com valores de R$ 500. Nas extrações mensais, o programa destina um total de R$ 865 mil em premiações.

03/06/2017 | Folha do Mate | Geral | 9

Nova identidade para dificultar as falsificações

De acordo com o delegado Vinícius de Assunção, a nova identidade também terá o papel de centralizar as identificações de todo o país

O presidente Michel Temer sancionou recentemente a lei que cria a Identificação Civil Nacional (ICN), um novo documento que unificará os dados biométricos e civis dos brasileiros. O documento ficará a cargo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o objetivo é que depois de ser instituído ainda é preciso regulamentar a norma - substitua os outros documentos de identificação das pessoas, como a identidade, o CPF, carteira de habilitação e título eleitoral.

Contudo, segundo o Governo Federal, a base de dados apenas deve ficar pronta em 2021 e um dos propósitos da nova identidade é evitar as falsificações. Primeiro será feito um cadastro central e depois, ao longo do tempo, a unificação do número. O Registro Geral (RG), o Título de Eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) continuarão válidos, mas precisarão ser substituídos quando perderem a validade. Ficam de fora do registro unificado a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o Passaporte. A justificativa é de que a carteira pode ser retida pelo órgão de trânsito em caso de infração; o passaporte, porque é uma exigência de outros países.

O defensor da proposta de unificação dos documentos e também presidente da Fecomércio- SP, Guilherme Domingos Afif, ressalta que o Brasil é um dos campeões de fraude, principalmente no sistema financeiro, onde se estima um prejuízo de R$ 60 bilhões devido à tripla ou quádrupla identificação. O TSE, por exemplo, identificou pessoas que chegavam a ter 50 identificações diferentes. Atualmente, é possível solicitar a emissão de um Registro Geral (RG) diferente em cada estado brasileiro.

Centralização das identificações

Na opinião do titular da Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) de Venâncio Aires, Vinícius Lourenço de Assunção, a nova identidade não tem apenas a função de evitar a falsificação, mas também vai centralizar as identificações de todo o país. “Por enquanto, toda a vez que eu vou consultar uma pessoa de outro estado, é muito mais complicado, porque os sistemas de consulta da Polícia são estaduais. Então eu acredito que tendo um registro único, isso vai ficar muito mais fácil”, comenta.

Em relação a evitar a falsificação, o delegado ressalta que isso vai depender da qualidade que for imposta ao documento, como a segurança, porque, segundo ele, não adianta fazer um recibo geral sem que ele tenha condições de evitar fraudes. Assunção acredita que o novo documento tem vantagens, pelo fato de poder melhorar o controle das identificações dos brasileiros. O delegado explica que a atual carteira de identidade é muito fácil de ser falsificada, porque não tem vários elementos, como em uma cédula, que dificultam a falsificação.

Identidade atual

Atualmente, o encaminhamento da carteira de identidade é feito pelo setor de identificação do Instituto-Geral de Perícias, localizado junto à Agência FGTAS/Sine de Venâncio. Em média, são feitas 250 carteiras de venâncio-airenses por mês e, deste número, metade é segunda via. Também são encaminhadas no local carteiras de mais dez municípios, o que totaliza em torno de 550 carteiras de identidade mensais.

Um documento leva cerca de dez dias para ficar pronto e tem um prazo de validade de dez anos se a pessoa quiser viajar para outro país. Sem que haja esse interesse, a identidade pode valer por mais tempo. A segunda via tem um custo de R$ 64, mas a identidade expressa - que leva menos tempo para ficar pronta, cinco dias - é mais cara: R$ 83,20. Tanto na primeira quanto na segunda via, é necessário apresentar a certidão de nascimento ou de casamento de acordo com o estado civil. Os dois documentos precisam ser originais.

Costuma ser necessário fazer uma nova identidade quando a assinatura mudou muito, o documento molhou ou, ainda, quando não se reconhece mais a pessoa na fotografia. Em caso de perda do documento, é aconselhado se fazer um registro da Delegacia de Polícia. Janeiro e fevereiro são os meses em que mais carteiras de identidade são encaminhadas e tem se notado, no setor de identificação do Instituto- -Geral de Perícias, que pessoas acima de 60 anos são as que mais têm buscado atualizar o documento, porque tem sido uma das exigências das agências bancárias.

03/06/2017 | Gazeta Centro-Sul | Capa | 1

Penitenciária federal poderá ser construída em Eldorado do Sul

População e lideranças da Região reagem à possibilidade de instalação de um presídio de segurança máxima entre a BR-116 e a Estrada do Conde. Prefeito de Eldorado do Sul oferece áreas alternativas na BR-290.

03/06/2017 | Gazeta Centro-Sul | Geral | 9

Penitenciária federal poderá ser construída em Eldorado do Sul

Essa semana, o Jornal Zero Hora publicou reportagem sobre a possibilidade da construção de uma penitenciária federal de segurança máxima, em Eldorado do Sul, com capacidade para 208 apenados. A área de 150 hectares, que pertencia a extinta Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), e que está em processo de cedência à União, fica localizada entre a BR-116 e a Estrada do Conde, na divisa com Guaíba. Em parte do terreno, está localizado o Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor.

A portaria instituindo a Comissão de Trabalho para a adoção do terreno e para providenciar a sua regularização foi publicada no Diário Oficial da União. No entanto, o secretário de Segurança Pública do RS, Cezar Schimer, não confirma que o local esteja definido.

A notícia surpreendeu as comunidades de Eldorado do Sul e de Guaíba, considerando que não houve qualquer debate ou esclarecimento com relação aos impactos sociais e econômicos na Região. O Ministério da Justiça não confirmou detalhes sobre o investimento nem os prazos para a execução e conclusão da obra.

O empreendimento faz parte do Plano Nacional de Segurança Pública, que prevê a construção de cinco presídios federais no País.

O que dizem os prefeitos
A Gazeta Centro-Sul buscou as avaliações dos prefeitos de Eldorado do Sul, Ernani -Gonçalves, e de Guaíba, José Sperotto, sobre a possibilidade de construção da penitenciária federal na divisa dos dois municípios.

Ernani Gonçalves disse que indicou ao Ministério da Justiça duas áreas na BR-290, como alternativas para a construção do presídio, salientando que aguarda retorno do Governo Federal.

José Sperotto enviou a seguinte nota: "Essa possibilidade não nos agrada, pois somos contra a construção do presídio na Região. Entendo que Guaíba já cumpriu a sua parte, são dois presídios, o feminino e o masculino, e até hoje não vieram as contrapartidas: a nova Delegacia de Polícia e a duplicação da Estrada do Conde".

03/06/2017 | Gazeta Centro-Sul | Geral | 12

Projari qualifica apenadas em projeto de inclusão produtiva

Nos últimos seis meses, o Projari desenvolveu o Curso de Corte e Costura para um grupo de apenadas na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. O projeto Fio de Esperança, executado pela Associação Beneficente São José de Guaíba/Projari teve apoio do Instituto Lojas Renner com autorização da Susepe.

As aulas ministradas pelas instrutoras Marlene Medeiros e Marinês Oliveira ocorreram de novembro de 2016 a abril de 2017, totalizando 120 horas. Além da qualificação para o trabalho, a atividade proporcionou remição da pena. A cada três dias de aula ocorre um dia de redução da pena a ser cumprida.

As máquinas adquiridas pelo projeto foram repassadas à Penitenciária, a fim de dar seguimento ao trabalho de qualificação e produção de vestuário. Conforme a diretora do presídio, Adriana Gás da Silva, são costuradas calças, camisetas e bermudas que integram o uniforme do sistema prisional. Segundo a instrutora Marlene Duarte, as mulheres aprenderam o manuseio das máquinas, definição de medidas, produção de moldes, tipos de tecidos e costura final.

Formatura
A cerimônia de entrega de certificados ocorreu no pátio do estabelecimento penal, com um desfile das confecções produzidas

durante o Curso (foto), na presença de autoridades estaduais e municipais. A diretora do Projari, irmã Laura Gavazzoni, enfatizou que a atividade proporcionou o empoderamento da mulher com a oportunidade de qualificação. "Nossa meta é resgatar a dignidade humana, por isso, nos empenhamos nessa missão de facilitar a transformação das vidas dessas mulheres.

Apelamos às autoridades para que compreendam a importância desse papel social com a implementação de políticas públicas que assegurem o resgate do ser humano e proporcione a inclusão produtiva, apoiando as iniciativas que a sociedade de modo competente consegue desenvolver". Uma das apenadas destacou que o projeto Fio de Esperança foi a abertura de outros caminhos para a uma vida com dignidade.

03/06/2017 | Gazeta do Sul | Especial | 24

Um descaso sem fim

Cinco anos após a demolição do prédio do educandário no Bairro Esmeralda, solução defi nitiva segue distante e estrutura provisória começa a apresentar problemas

Em 2012, a Escola Estadual José Mânica, no Bairro Esmeralda, em Santa Cruz do Sul, tornou-se um exemplo emblemático das dificuldades enfrentadas pela educação pública quando o seu prédio principal, construído 35 anos antes e tomado por rachaduras, teve que ser interditado às pressas. O que não se esperava, à época, era que o drama se estenderia por tanto tempo: passados cinco anos, uma solução definitiva está longe e os estudantes seguem convivendo com o improviso e a precariedade.

Dos 560 alunos atualmente matriculados, 400 têm aula nas salas modulares inauguradas sete meses após a interdição. Embora todos estejam recebendo atendimento, a estrutura, concebida para ser provisória, já está com problemas. No início desta semana, uma turma do 3º ano do ensino fundamental viu a sala inundar durante a chuva devido às goteiras. A água que vertia em vários pontos se espalhou pelo chão e molhou apagadores, livros e cartazes. Os alunos tiveram que se amontoar em um canto da sala (que já é pequena) e o quadro negro não pôde mais ser usado. “Em 30 anos de magistério, eu nunca tinha visto algo assim”, relata a professora Márcia Schulz. A situação foi registrada em vídeo, que foi enviado para a 6ª Coordenadoria Regional de Educação (6ª CRE) e pode ser assistido no Portal Gaz.

No início do ano, a estrutura modular, que abriga dez salas, já teve que receber pintura e reparos para cobrir falhas nas paredes e no assoalho. A intervenção foi bancada com a verba de autonomia repassada pelo Estado, que se limita a R$ 3,6 mil por mês para conservação do patrimônio, pagamento da conta de telefone e compra de material pedagógico e de secretaria e limpeza. Para piorar, um dos antigos prédios, onde ainda hoje funciona a administração, biblioteca, informática, quatro salas de aula e banheiro, também está com rachaduras, infiltrações e problemas no piso.

A TRAJETÓRIA DO DRAMA
Quadro - ver imagem.

“Não tem como inovar na educação assim”

Mais do que um problema de segurança, as limitações de infraestrutura interferem na parte pedagógica, segundo reconhece a própria diretora Daiane Lopes. Como as salas modulares só comportam 20 alunos cada, os professores mal conseguem se deslocar entre as classes. Além disso, algumas atividades especiais, como palestras, só se tornam possíveis em espaços fora da escola, que nem sempre estão disponíveis. Algumas atividades extraclasse, como aulas de xadrez, têm que ocorrer na parte externa – e, por isso, se tornam inviáveis em dias chuvosos. “Temos que negar coisas aos alunos porque não temos espaço. Não tem como inovar na educação assim”, lamenta a diretora. Apesar disso, o Mânica esteve entre as dez escolas com o melhor desempenho no Enem de 2015 em Santa Cruz – foi a quinta da rede pública e a nona no ranking geral.

Para Elisângela Rodrigues da Silva, que além de trabalhar como servente na escola é mãe de dois alunos, a situação é motivo de preocupação. “Tenho um filho pequeno e fico pensando como vai ser. Essas salas modulares eu não acredito que vão durar mais de dois ou três anos”, diz.

Estudantes sentem na pele

Aluna do Mânica desde pequena, Cintia Luisa Bauermann, que hoje está no 2º ano do ensino médio e faz parte do Grêmio Estudantil, emociona-se ao falar da situação da escola. “Estou aqui desde o 1º ano do ensino fundamental. É onde eu quero e vou me formar. Isso mexe com a gente”, diz. Cintia acompanhou de perto o drama do educandário e, para ela, a demolição do antigo prédio principal foi o momento mais difícil. “Nós estávamos ansiosos para ter aula ali porque era o prédio ‘dos grandes’. E aí, no ano em que fomos para lá, houve a interdição”, recorda.

Os problemas também levaram a uma debandada de alunos, que antes chegavam a mais de mil. “Muitos amigos saíram. E acabamos perdendo contato com eles. Meus pais também quiseram me trocar de escola, mas preferi ficar”, conta Julio César dos Santos Júnior, também do 2º ano. Apesar disso, os estudantes acreditam que vão sair da escola preparados. “Os professores são excelentes e se esforçam. Tem um professor que traz o datashow de casa. Quem quer aprender, aprende. Mas o problema é a falta de recurso”, completa Cintia.

Assim como eles, Alice Dias Cardoso Fagundes e Julia Gabriele da Silva, alunas do 9º ano, viveram o período em que, antes da inauguração das salas modulares e já com o prédio principal interditado, os estudantes assistiam a aulas provisoriamente em uma escola particular do Centro, para onde eram levados todos os dias de ônibus, junto com a merenda. Além da distância, muita coisa era na base do improviso. “A educação física era feita na praça. E perdíamos muito tempo com os deslocamentos”, lembra uma delas.

Até agora, sequer há projeto

Apesar das renovadas promessas do Estado de que um novo e definitivo prédio para o Mânica seria prioridade, até agora sequer existe um projeto arquitetônico pronto, e muito menos previsão de recursos para a obra.

De acordo com o titular da 6ª CRE, Luiz Ricardo Pinho de Moura, o pedido está tramitando junto à Secretaria Estadual de Educação. Diferente da ideia inicial, levantada ainda durante a gestão anterior, que era substituir as salas modulares por um prédio de grande porte, agora o plano é manter a estrutura atual e construir algo menor. “Hoje a escola não tem mais o mesmo número de alunos, então não é mais. A ideia é acrescentar, e não retirar o que existe”, observou.

Conforme Moura, o prédio que ainda está de pé já foi vistoriado por um engenheiro, que concluiu que os problemas não são estruturais. Segundo ele, os reparos terão que ser bancados com a verba de autonomia. Sobre os problemas nas salas modulares, Moura disse não ter conhecimento. “O emergencial já foi atendido, que era o refeitório (inaugurado em 2015)”, alegou.

03/06/2017 | Jornal Agora | Geral | 4

Mau tempo atrasa finalização dos acessos ao novo Terminal Rodoviário

As obras da nova Rodoviária do Rio Grande tiveram início no final de maio de 2016 e já estão em fase final. A expectativa é de que a ampla estrutura deva ser inaugurada em breve. Ainda, segundo informações, faltariam apenas algumas adequações elétricas. A Rodoviária fica no quilômetro 15 da ERS-734, à direita de quem trafega no sentido centro-Cassino. A obra é realizada pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (Daer) e custeada pela Concessionária Estação Rodoviária do Rio Grande.

O local será o novo ponto de chegada dos ônibus intermunicipais e conta com uma área coberta de 4.200 m2 e 10.000 m2 no total. Deverão ser oferecidos serviços variados como farmácias, restaurantes e lotéricas. Se assim se confirmar, essa oferta de serviços deverá ser útil, também, para os moradores da região.

ACESSOS
A nova rodoviária estaria dentro
do projeto do Binário, porém, como o projeto ainda não foi realizado, foram pensadas alternativas para escoar os coletivos. Com isso, teve início, no último mês de abril, a construção das primeiras vias de acesso à rodoviária.

Segundo o secretário de Município de lnfraestrutura, Rodrigo Barreto, devido às frequentes chuvas que ocorreram no mês de maio,

as obras atrasaram
um pouco. "Maio foi muito chuvoso, a avenida principal já está com a base e estamos esperando o sol para secar mais e colocar o asfalto. Já no acesso lateral, faltam a base e o asfalto".

Ainda segundo Barreto, não adianta apressar o serviço e fazê-lo sem qualidade. "Estamos apenas dependendo do clima, por exemplo, se pegarmos uns 10 dias de sol, conseguimos concluir. Não adianta apressar e depois não ter qualidade, temos que fazer direito para não gastar o dinheiro público em vão", concluiu.

PROJETO
O empreendimento é realizado pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (Daer) e custeado pela Concessionária Estação Rodoviária do Rio Grande. O projeto da nova rodoviária atende o Ato Normativo-Daer 1321/11 para rodoviária de P categoria. No projeto da obra, está contemplado um empreendimento de alto padrão, contendo, além de amplo terminal com espaços climatizados, estacionamento rotativo e espaços para lojas, em uma área total de 20 mil m2.

03/06/2017 | Jornal do Povo | Geral | 3

5 de Cachoeira no NFG

Cinco cidadãos de Cachoeira do Sul foram sorteados na etapa de maio do programa Nota Fiscal Gaúcha: Alex Teixeira Almança, Alexsander Pohlmann Barbosa, Diogo Bairros Soares, Fátima Jaqueline Milanesi e Luciane Correa Roznieski. Um morador de Porto Alegre ficou com o prêmio principal de R$ 300 mil. Três contribuintes foram contemplados com o valor individual de R$ 5 mil, 300 vencedores levaram R$ 1 mil e mais 500 ficaram com valores de R$ 500,00.

03/06/2017 | Jornal do Povo | Geral | 4

Governo do estado promete superconcurso na área da segurança

O secretário estadual da Segurança Pública, Cezar Schirmer, anunciou nesta sexta-feira que o governo vai chamar nos próximos dias o maior concurso público para a segurança já feito no Rio Grande do Sul. É verdade que o Estado zerou a lista de aprovados no último concurso da área.

03/06/2017 | Minuano | Campo e Negócios | 4

Clima volta a ficar instável no Estado a partir de terça-feira

Boletim semanal do Instituto Climatempo revela que, apesar da semana estar começando com tempo aberto e sem previsões para chuvas, a partir de terça-feira (30) uma nova frente fria avançará sobre as regiões produtoras de arroz do Rio Grande do Sul. Com isso, o tempo voltará a ficar instável e com previsão para chuvas a qualquer hora do dia. A análise do clima é produzida especialmente para o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga).

Os volumes previstos não deverão ser tão intensos como foram observados nestas últimas duas semanas, mas serão suficientes para manter os níveis dos rios e dos demais mananciais elevados. Correndo o risco de ocorrer alagamentos em áreas baixadas e nas várzeas. Além disso, essas chuvas manterão as condições desfavoráveis ao preparo do solo à nova safra de arroz.

Com relação ao frio, após a passagem dessa frente fria, há previsão de que uma massa de ar polar avance pelo Estado entre a quinta-feira (1º de junho) e sexta-feira (2) provocando o declínio acentuado das temperaturas. Há possibilidade de que venham até a ocorrer pontos de formação de geadas em alguns municípios gaúchos e catarinenses. Porém, se caso realmente se confirmar essa previsão, deverá ser de fraca intensidade.

03/06/2017 | O Guaíba | Geral | 2

Apicultura no RS

Disponibilizar as florestas de eucalipto - excelente fornecedor de néctar e pólen - para o complexo apícola, estimulando os agricultores para uma produção técnica e racional, com aumento de rentabilidade e aproveitamento do farto pasto para as abelhas. Essa é a ideia do projeto que está sendo desenvolvido em parceria pela Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação, através da Câmara Setorial da Apicultura e Meliponicultura (Casam), com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a CMPC- Celulose Riograndense. As três entidades reuniram-se na quarta-feira,17 para iniciar a formatação do termo de compromisso da proposta, que envolve 110 apicultores em área de influência da CMPC. Conforme o coordenador técnico da Casam, Nadilson Ferreira, projetos semelhantes já estão em execução na região da Campanha e do Vale do Taquari. "Agora chegou a vez da Região Metropolitana de Porto Alegre", comemora. Ferreira informa que o lançamento do projeto, atrelado ao Programa "Juntos para Competir" do Sebrae, está previsto para ocorrer durante um café da manhã na sede da CMPC, entre os dias 21 e 22 de junho, com a presença do secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Ernani Polo.

03/06/2017 | O Informativo do Vale | Geral | 6

Vacina contra gripe está disponível para toda a população até sexta-feira

Lajeado - As vacinas da gripe e H1N1 estão disponíveis nas unidades de saúde de Lajeado para a população. As doses são aquelas que sobraram da campanha de vacinação ao grupo prioritário que se encerrou no dia 26 de maio. De acordo com a coordenadora da Vigilância Epidemiológica, Juliana Demarchi, aqueles que são do grupo e ainda não se vacinaram também podem procurar os postos.

Ela explica que a imunização será realizada até sexta-feira ou enquanto houver vacinas disponíveis. Há, aproximadamente, 1,3 mil doses para as 11 unidades de saúde de Lajeado. O indicado é levar a carteira de vacinação.

O secretário municipal da Saúde, o médico Tovar Musskopf, solicita que a comunidade faça a vacina. “É muito importante, pois as doses protegem das complicações causadas pela gripe, como a pneumonia, e internação hospitalar. O vírus da gripe A é muito nocivo ao corpo humano. Também não sabemos até quando teremos as vacinas, por isso, o recomendado é que façam o quanto antes.”

ESTADO

A ampliação da vacina para toda a população foi anunciada pelo secretário Estadual da Saúde, João Gabbardo dos Reis. Quase 79% das pessoas que integram os públicos-alvo foram vacinadas durante a campanha no Estado; a meta do governo era alcançar 90%. Apenas as regiões de Santa Rosa, Santo Ângelo e Litoral atingiram a estimativa da Secretaria da Saúde. Em função disso, o governo gaúcho, em conjunto com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), decidiu estender a vacinação.

Números de pessoas vacinadas em Lajeado até 26 de maio

Doentes Crônicos: 3.913
Crianças com menos de cinco
anos: 4.242
Trabalhadores da Saúde: 2.090
Puérperas: 138
Gestantes: 839
Indígenas: 105
Idosos: 8.223
Professores: 599

03/06/2017 | Semanário | Geral | 3

Licenciamento 2016 vence em 30 de junho para placas final 7 e 8

O Detran informa os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 que o prazo para circularem com o documento 2016 encerra-se no dia 30 de junho. Para receber o CRLV 2017, o proprietário deve quitar, além do IPVA, o seguro obrigatório (DPVAT), a taxa de expedição do CRLV e multas vencidas.

Embora o prazo para o pagamento do IPVA de todos os veículos tenha vencido no final de abril, a validade do licenciamento 2016 varia conforme o número final da placa. Para as de final 1, 2 e 3, o prazo expirou em 30 de abril; para as de 4,5 e 6, o documento de 2016 venceu em 31 de maio; placas de final 7 e 8 o prazo é até 30 de junho; e para as placas de final 9 e 0, vai até 31 de julho.

03/06/2017 | Zero Hora | Caderno Campo & Lavoura | 3

Expointer abre inscrições para agricultura familiar

Produtores que têm interesse em participar da 19ª Feira da Agricultura Familiar na Expointer podem se inscrever até 30 de junho. Os empreendedores familiares devem preencher ficha de inscrição nos sindicatos municipais ligados à Fetag, à Fetraf e à Via Campesina. A organização da feira disponibilizará cerca de 200 espaços, para agroindústrias familiares e expositores de artesanato, plantas e flores. Na edição 2016, o pavilhão comercializou cerca de R$ 2 milhões em produtos coloniais e contou com mais de mil famílias envolvidas. A Expointer 2017 ocorrerá de 26 de agosto a 3 de setembro, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio.

Segmento: Vinculadas

03/06/2017 | A Plateia | Geral | 18

Incentivo à produção local

Feira realizada pela UERGS busca divulgar os produtos hortifrutigranjeiros que são produzidos na cidade

Na manhã de ontem (02), aconteceu a Primeira Mateada na Feira e Terceira Feira Agroecológica, que foi promovida pela Universidade Estadual do Estado-UERGS, por meio dos alunos do primeiro semestre do curso de Agronomia sob a coordenação da professora Cassiane da Costa, que ministra a disciplina de Gestão de Relações Humanas na Agricultura.

A atividade faz parte de um conjunto de outras ações desenvolvidas pelos estudantes, as quais fazem parte do projeto 'Hoje é dia de Feira''. Por meio desse projeto os alunos visam dar destaque à produção de hortifrutigranjeiros, de Santana do Livramento, que segundo um levantamento feito pelos próprios alunos, constatou-se que a principal carência dos produtores era a falta de divulgação das feiras, especialmente os locais que foram criados recentemente, como é o caso da feira da Rua Hugolino Andrade, onde foi realizada a mateada nessa sexta.

Dentre os produtos comercializados na Feira, foi possível encontrar mel, laranja, bergamota, mandioca, doces caseiros, legumes, pera, sucos de uva, rapadura entre outros produtos que também podem ser encontrados nos demais dias de feira: terças e sextas-feiras.

O evento contou com um expressivo público que, além do lindo dia de sol, foi contemplado com diversas apresentações artísticas, mostra de projetos da Universidade, bem como de Escolas de ensino médio, apresentações de documentários e também a venda de diversos produtos produzidos par produtores locais.

Cassiane da Costa, professora organizadora do projeto, afirma a importância da iniciativa para a divulgação das feiras e também para incentivar as pessoas a comprarem produtos de qualidade, saudáveis e livres de agrotóxicos e, além disso, fomentar a economia local.

03/06/2017 | Bom Dia | Geral | 3

Reajuste tarifário da Corsan é homologado

Índice aprovado pela Ager para Erechim é de 4,10% e passa a vigorar em 1º de julho

Foram homologados na última sexta-feira (2) os reajustes tarifários da Corsan. Os novos valores passam a vigorar a partir do dia 1º de julho deste ano. Para Erechim, o índice definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Municipais (Ager) foi de 4,10%, valor inferior ao definido pela agência reguladora estadual, que foi de 4,17%.

De acordo com o diretor-presidente da Ager, Joares Luis Sandri, o índice foi aprovado em reunião do conselho participativo da agência, realizada no dia 23 de maio. Segundo ele, o índice é calculado levando em conta vários indicadores, como o INPC, o IGP-DI, o INCC, INPC, além do reajuste energia elétrica, determinado pela Aneel.

Ele esclarece que o índice final é definido por meio de uma análise dos indicadores. "A Corsan encaminha à Ager o pedido de reajuste tarifário, então abre- -se um processo administrativo no qual se confere e analisa os índices. Então damos nosso parecer e isto é apreciado no conselho participativo da agência, que é formado por membros do município, dos prestadores de serviço e usuários", explica.

De acordo com Sandri, o reajuste ocorre anualmente, tendo sido o último em junho de 2016. Segundo a Corsan, o reajuste visa assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, necessário para a manutenção dos sistemas de água e esgoto.

03/06/2017 | Correio do Povo | Rural | 11

Emater contabiliza danos

Um levantamento preliminar da Emater divulgado ontem mostrou que 82,6 mil propriedades rurais do Estado sofreram algum tipo de dano provocado pelas chuvas entre os dias 23 e 31 de maio. Dos 830 mil hectares que estão em fase de colheita de verão ou plantio de inverno, 75 mil foram danificados, com perdas estimadas em 110 mil toneladas de grãos. Milho, soja e trigo foram as lavouras mais prejudicadas. Nestas culturas, 5,3 mil produtores foram atingidos. Outros 200 produtores de frutas já perderam 2,9 mil toneladas da safra e ainda terão de absorver o prejuízo com a redução da qualidade de laranjas, bergamotas e caquis em amadurecimento.

Mais de 18 mil produtores e usinas de beneficiamento de leite deixaram de coletar 13,8 milhões de litros por problemas no escoamento da produção, seja por estradas danificadas ou por inacessibilidade do gado ao pasto. De acordo com o levantamento, 2,5 mil comunidades enfrentam problemas com o escoamento da produção. Diante dos dados, o presidente da Emater, Clair Tomé Kuhn, determinou que toda a estrutura da instituição esteja mobilizada para apoiar os agropecuaristas na recuperação dos danos.

03/06/2017 | Correio do Povo | Rural | 11

Feira do Leite em Rondinha

A 4ª Feira do Leite (Rondileite) foi aberta ontem e prossegue até amanhã no Parque de Exposições 28 de Março, em Rondinha. O evento é promovido pela Câmara da Indústria, Comércio, Agropecuária e Serviços local, com apoio da prefeitura, Câmara de Vereadores e Emater. Todos os estandes do parque estão ocupados por 104 expositores das áreas da produção de leite e suínos, indústria e comércio.

“Nossa feira é essencialmente de negócios e visa mostrar as potencialidades dos diversos setores da economia, com foco muito significativo na genética leiteira”, descreve o presidente do evento e viceprefeito de Rondinha, Aldomir Cantoni. “Temos 640 produtores que garantem 3,1 milhões de litros de leite por mês”, destaca o prefeito Ezequiel Pasquetti. A programação conta com seminários, palestras e debates sobre a área genética e produtiva e termina no domingo com um show de Mano Lima, às 17h. A entrada para todas as atividades é franca.

03/06/2017 | Correio do Povo | Cidades | 12

Tarifas mais caras em julho

As agências que regulam os serviços de saneamento no Estado homologaram os reajustes tarifários da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), que passam a vigorar a partir de 1˚ de julho próximo. O aumento nos 316 municípios atendidos pela estatal será de 4,17% e foi homologado pela Agergs. O mesmo índice de reajuste será aplicado para os moradores das cidades de Canoas, Esteio, Igrejinha, Nova Santa Rita, Parobé, Portão, Riozinho, Rolante, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Três Coroas, que são atendidos pelo Consórcio Pró-Sinos.

Já em Erechim, o aumento será 4,10% e foi homologado pela Ager, enquanto em São Borja é de 5,32% e teve a homologação da Agesb. De acordo com a Corsan, os índices são calculados anualmente com base em uma cesta de indicadores para o setor de saneamento e visam a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, necessário para a manutenção dos sistemas de água e esgoto. A nova tabela tarifária, que incidirá sobre a totalidade das faturas de serviços praticados pela Corsan, estará disponível no site da estatal e nos seus escritórios locais.

03/06/2017 | Correio Vacariense | Geral | 18

Umidade no solo atrasa plantio do trigo

A alta umidade do solo tem impedido um manejo adequado para as atividades de pré-plantio das culturas de inverno, como dessecação da cobertura verde e a manutenção de estradas e camaleões, que evitam os problemas de erosão. Nas principais regiões produtoras de trigo, ao Norte do Estado, a semeadura está atrasada. De acordo com o Informativo Conjuntural da Emater/RS-Ascar, até o momento apenas 3% da área de 727,7 hectares, previstos para este ano, já está semeada e em desenvolvimento vegetativo, contra uma média de 4% nos últimos anos. As áreas implantadas apresentam até o momento boa emergência, porém expressam sintomas de clorose (pouca fotossíntese), devido à baixa luminosidade.

Alho — Na Serra, inicia o plantio da safra futura, através de variedades precoces, como a Chonan. O entusiasmo dos alhicultores, como decorrência dos resultados de campo e mercantis auferidos na safra anterior, indica a intenção de incremento da área e a procura por insumos, como bulbilhos-sementes.

Bovinocultura de corte - O campo nativo ainda apresenta bom desenvolvimento, com boa oferta e qualidade de alimento. Na região da Serra, o campo nativo encerrou seu ciclo, transformado em palha de baixo valor nutricional.

03/06/2017 | Correio Vacariense | Geral | 19

Chuvas trazem danos à produção primária

A Emater/RS-Ascar realizou levantamento preliminar sobre as consequências resultantes das intensas chuvas ocorridas nos últimos dias. Destaca-se que foram registrados prejuízos consolidados até a presente data, podendo ser alterados na medida em que as condições meteorológicas adversas continuem ao longo dos próximos dias. As informações são referentes ao período entre os dias 23 e 31 de maio e levou em conta informações de 456 municípios do RS, entre os quais 177 informaram perdas e 279 informaram que não houve danos significativos.

Em termos de produção agrícola, o levantamento indica que dos 830 mil hectares cultivados com os principais grãos de verão e inverno (por colher ou a plantar, respectivamente), 75 mil hectares foram afetados, resultando em aproximadamente 110 mil toneladas perdidas ou com sua qualidade prejudicada, sendo o milho, a soja e o trigo as culturas mais afetadas. O total de produtores atingidos nessas atividades soma 5.300.

Com relação à produção de frutas, 200 produtores tiveram 1.500 hectares atingidos, que resultaram em 2.900 toneladas de produto perdido ou comprometido em sua qualidade, especialmente frutas cítricas (laranja e bergamota) e caqui. Na horticultura, 3.700 produtores tiveram sua produção olerícola prejudicada, em especial 1.102 produtores de folhosas (alface, couve, repolho etc.), que

perderam 916 toneladas de produto. Além disso, 150 agricultores tiveram sérios prejuízos em 800 hectares de suas plantações de batata, que resultaram em 1.600 toneladas perdidas.

Na pecuária a atividade mais prejudicada foi a produção de leite. Mais de 18 mil produtores, além de inúmeras usinas de beneficiamento, deixaram de coletar 13,8 milhões de litros, correspondendo a aproximadamente 14% da produção do Estado no mesmo período, quer por problemas no escoamento da produção (estradas danificadas), quer pelo desconforto animal devido à inacessibilidade ao consumo forrageiro. Nas pastagens, 780 mil hectares, entre cultivadas e nativas, tiveram suas áreas inundadas, diminuindo a capacidade de suporte, bem como a qualidade da forragem.

Em termos de infraestrutura os danos informados foram os seguintes: 2.557 comunidades enfrentam problemas com o escoamento da produção primária, devido a 43 mil quilômetros de estradas vicinais afetadas; foram informadas avarias ou perdas em 674 casas, 686 galpões, 15 armazéns, 59 silos, 59 estufas de fumo, 102 estufas/túneis plásticos para cultivo de olerícolas, 914 açudes para piscicultura/irrigação, 35 aviários e 23 pocilgas, totalizando 1.170 produtores prejudicados em suas construções/instalações; as chuvas resultaram, até o momento, em 1.083 fontes d'água contaminadas, deixando 835 famílias sem aceso à água potável.

"O levantamento indica que 3.334 localidades rurais espalhadas por todas as regiões do Estado foram, de alguma maneira, afetadas pelas chuvas até agora. Nestas localidades, aproximadamente 82.600 propriedades rurais foram atingidas", informou o presidente da Emater/RS, Clair Tomé Kuhn.

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Agronegócio | 8

Lavouras dão lugar a pastagens

O período de chuvas contínuas após o fim da colheita de grãos de verão tem atrasado desenvolvimento daquela que se tornou a principal alternativa para o inverno na região de Santa Maria: as pastagens de inverno. A opção é adotada pela maioria dos agricultores que, no verão, cultivam soja ou arroz e conseguem manter a terra drenada na entressafra. A colocação de novilhos para terminação é garantia de renda durante o inverno, sem expor o investimento às instabilidades de outras culturas, como o trigo, que tem perdido área a cada ano. Com isso, no momento as lavouras estão recebendo aveia ou azevém, que servirão de pastagem para o gado bovino durante os próximos meses.

A chuva e a escassez de sol dos últimos dias têm atrasado o desenvolvimento das plantas, mas esta é uma das poucas ameaças climáticas que a integração lavoura-pecuária sofre durante o inverno. – Os animais têm mercado garantido, e a renda é razoável. Por isso, na nossa região, a grande característica para o inverno tem sido o engorde de gado bovino – explica Luis Antonio da Rocha Barcellos, extensionista da Emater Regional de Santa Maria. Embora neste ano o preço de venda do boi esteja abaixo do normal, por conta das investigações de corrupção no setor da carne, a margem do produtor compensa o investimento, sobretudo para aqueles que também são criadores de gado. Mas mesmo para os que optam por comprar novilhos e engordá -los, entre 100 a 120 dias depois a venda é garantida para os frigoríficos.

REVEZAMENTO

Na propriedade administrada por Olavo Sartori, a regra é rotação de culturas. Durante verão, as áreas dedicadas à agricultura recebem, alternadamente, arroz e soja. No inverno, é hora de semear pastagens e colocar o novilhos criados na cabanha d família para engordar. Além d aproveitar ao máximo as possibilidades da área, com renda ano inteiro, o sistema adotado n propriedade localizada no Pass do Verde promove a proteção e enriquecimento do solo, elevando a produtividade. – Temos uma cabanha de brangus, onde criamos o gado e, no inverno, aproveitamos a rotação de culturas com as pastagens para fazer a engorda.

Os novilhos entram nesta época, com cerca de um ano e meio, e ficam até o fim de setembro, quando é necessário retirar o gado para que se forme a palhada para o plantio direto – explica Sartori. Neste ano, Sartori tem encontrado dificuldades em semear o azevém nas áreas de arroz, por conta da umidade, mesmo com aviação agrícola. As chuvas também dificultam a entrada do gado no pasto. Ainda assim, a integração lavoura-pecuária continua sendo uma das mais seguras para a estação

Produção de grãos é cada vez menor

Ano a ano, a área cultivada com trigo no Estado tem se reduzido (veja no quadro). Isso é consequência da instabilidade do mercado, com preços que oscilam e, nos últimos anos, têm ficado quase iguais ou menores do que os custos de produção. Além disso, o clima gera uma incerteza maior com o trigo do que com outras culturas, já que a janela de tempo para a colheita com qualidade máxima é de no máximo 10 dias. Assim, mesmo em regiões mais altas, onde as condições são ainda melhores para o cultivo do trigo, está difícil apostar na cultura. – Se chove durante esse período, o produtor já não consegue colher. E, com isso, o preço de venda cai pela metade.

O risco não compensa o investimento – explica o chefe do escritório da Emater municipal de Júlio de Castilhos, o técnico em agropecuária Mateus dos Santos Gomes. Em Júlio de Castilhos, durante o verão, são 91,5 mil hectares cultivados com soja. Já no inverno, menos de 10 mil hectares recebem algum produto agrícola – 6 mil hectares de trigo, 2,5 mil de aveia branca e menos de 1 mil hectares de canola. O restante da área é destinado a pastagens ou é semeada com plantas como o azevém ou a ervilhaca sem a finalidade de colheita, mas apenas de reciclar os nutrientes do De forma muito incipiente têm aparecido duas outras opções para as lavouras de inverno na região. A canola, com rentabilidade semelhante à da soja e mercado garantido em indústrias do Norte Gaúcho, e a cevada, com demanda crescente no Estado.

Conforme informativo da Emater regional, nos 52 municípios da região a área de cevada para esta safra está projetada em pouco mais de 2,7 mil hectares, mas a área é o dobro da cultivada no ano passado. Já a canola ultrapassa os 10 mil hectares, tendo como destino certo a indústria de óleo e de biodiesel. Conforme um estudo divulgado pela Embrapa Trigo, de Passo Fundo, a produção atual do Estado precisa ria ser multiplicada por 60 para suprir a demanda já verificada no mercado interno e no europeu.

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Contracapa | 36

Tempo de semear pastagens e engordar rebanho

Páginas 8 e 9

03/06/2017 | Diário Serrano | Capa | 1

Tarifas da Corsan serão reajustadas em quase 5%

Página 11

03/06/2017 | Diário Serrano | Geral | 4

Prazo para transferências e reingresso encerra na próxima semana

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e de Cruz Alta está oferecendo vagas no edital de Mobilidade Acadêmica Externa, que permite ingresso de diplomados, transferência de outras instituições de Ensino Superior e reingresso de ex-alunos. As inscrições poderão ser feitas de 22 de maio a 9 de junho.

Poderão concorrer ao reingresso ex-alunos da Uergs que compulsoriamente ou a pedido perderam o vínculo com a Universidade a partir do segundo semestre de 2015, desde que ainda não tenham reingressado anteriormente. O candidato só poderá retornar ao mesmo curso reingressando no currículo atual. Há quatro vagas para Ciência e Tecnologia de Alimentos e sete para Pedagogia — Licenciatura. Os candidatos poderão realizar inscrição apenas para um curso.

Os candidatos deverão preencher o requerimento que consta no Anexo II deste Edital e apresentá-lo juntamente com os seguintes documentos: para reingresso: original e cópia simples do CPF e RG, transferência externa: CPF; RG; cópia autenticada do Histórico Escolar do Curso de Graduação que frequenta; atestado de vínculo com a IES de origem; declaração de regularidade com o Enade; ingresso de diplomados: CPF; RG; cópia autenticada frente e verso do Histórico Escolar do Curso de Graduação; cópia autenticada

frente e verso do Diploma de Graduação. Os candidatos com matrícula homologada deverão iniciar as aulas no dia 31 de julho.

03/06/2017 | Diário Serrano | Geral | 11

Tarifas da Corsan terão reajuste de 4, 170/0

Entram em vigor a partir do dia 1° de julho deste ano as novas tarifas da Corsan. O reajuste para Cruz Alta e região é de de 4,17%. O percentual foi homologado nesta semana pela Agergs, agência que regula os serviços de saneamento.

De acordo com a Corsan, os índices são calculados anualmente com base em uma cesta de indicadores para o setor de saneamento e visam assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, necessário para a manutenção dos sistemas de água e esgoto. A nova tabela tarifária, que incidirá sobre a totalidade das faturas de serviços praticados pela Corsan, estará disponível no site e nos escritório local.

INVESTIMENTO

Nesta semana, a Companhia assinou a ordem de início para as obras do sistema de esgotamento sanitário da bacia do Arroio Vulcão. O projeto terá investimento de R$ 4.770.000,00 e inclui 18.648 metros de rede coletora de esgoto, 1.480 ramais prediais, três estações de bombeamento e 3.010 metros de emissário.

03/06/2017 | Folha do Mate | Geral | 2

Emater/RS promove visitas a propriedades produtoras de leite

Atendendo uma solicitação do Grupo do Leite de Venâncio Aires durante a reunião de planejamento para 2017, realizada no fim de 2016, o escritório municipal da Emater/RS-Ascar promoverá uma excursão para visitas a propriedades de leite do Vale do Taquari. A excursão ocorrerá na quinta-feira, 8, com saída às 8h, da Emater/RS. Segundo o engenheiro agrícola Diego Barden dos Santos, serão visitadas duas propriedades em Teutônia e uma em Colinas. “O objetivo é buscar informações técnicas em outras propriedades que tenham um sistema de produção semelhante aos dos produtores do nosso município, bem como conhecer o que está sendo feito nestas propriedades e tirar alguma informação que seja relevante para um trabalho nas nossas propriedades”, destaca. Produtores integrantes do Grupo do Leite interessados em participar devem se inscrever no escritório da Emater ou pelo telefone (51) 3741-1676.

03/06/2017 | Folha do Mate | Rural | 14

Parceria

André Kaufmann, secretário municipal de Agricultura, salientou que o primeiro passo foi dado, que foi a aquisição de uma área, e o segundo, agora, é buscar novos mercados dentro e fora do município, destacando a parceria com a Emater/RS-Ascar na assistência técnica aos associados para a produção de hortifrutigranjeiros em quantidade e qualidade. Vicente Fin, chefe do escritório municipal da Emater/RS-Ascar, salientou a parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura no trabalho de assistência técnica aos agricultores familiares e aos associados da Cooprova para a produção de hortifrutigranjeiros. “Acredito que as parcerias entre a Emater, Administração e sindicatos, tem um caminho longo a percorrer e Cooprova. Acredito que vamos ter sucesso”, observou.

03/06/2017 | Folha do Mate | Rural | 14

Chuva acarreta prejeuízos econômicos e ambientais

Previsões indicam que as condições do clima não serão muito favoráveis no inverno

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Produção de Tabaco da Alliance One, durante 14 dias do mês de maio, choveu o

equivalente a 303 milímetros, o que é o dobro da média do mês. Em função deste excesso de chuvas, os produtores contabilizam perdas no milho safrinha - destinado para grão e que está no ponto de colheita e para silagem -, na soja, nas hortaliças, na produção de leite e, ainda, não conseguem plantar o trigo e implantar as pastagens de inverno.

Ao analisar o quadro atual, o chefe do escritório municipal da Emater/RS-Ascar e engenheiro agrônomo, Vicente João Fin, diz que ocorrem duas situações distintas, que são os problemas ambientais e econômicos. Como em meados de maio ocorreram ventos de 65 a 70 quilômetros por hora e, com o solo bastante úmido, houve o tombamento do milho safrinha na lavoura. Como as chuvas foram constantes, onde uma parte seria destinada para silagem e outra para grão, acabou tendo perdas significativas de aproximadamente 400 hectares.

“Porém, ainda é cedo para quantificar esta perda, porque pode o sol permanecer por diversos dias e o produtor cortar e ensilar uma parte deste milho”, observa. Fin acrescenta que o escritório já recebeu a solicitação de dez, podendo chegar a 15 o número de pedidos do Proagro por perda de milho grão, pois ocorreu o tombamento, seguido de apodrecimento - e o produtor não conseguiu colher.

Além disso, há perdas entre 30 a 50 hectares de soja semeados mais tardiamente que estavam prontos para serem colhidos e que não ocorreu devido ao excesso de umidade. Fin salienta que as chuvas constantes prejudicaram as pastagens de inverno, destinadas para o gado de corte e de leite. Como houve um período muito prolongado de chuva, o pisoteio e, principalmente, onde a área de espera das vacas é próxima da sala de ordenha, aquele espaço físico é pisoteado, vira um atoleiro e mesmo o trilho onde o gado vai pisoteando, danifica a pastagem. “Com isso, há a perda de peso corpóreo no gado de corte e redução na produção de leite e, consequentemente, a penosidade das famílias que precisam efetuar um trabalho maior de limpeza das vacas antes da ordenha”, afirma.

AMBIENTAL

Quanto aos danos ambientais, está a perda de solos que foram carregados para os leitos dos córregos, arroios e rios, provocando o assoreamento. Em áreas destinadas para o plantio do tabaco e que a recém haviam sido preparadas, também ocorreram perdas de solos e fertilidade, sem contar aquelas que não tem o manejo correto, tem erosão em nível de ranhura (valas). O excesso de umidade também está gerando atraso no preparo e plantio do trigo e aquela área que já foi plantada, está perdendo nutrientes, sem contar que está prejudicando o controle das invasoras.

HORTALIÇAS

Também é necessário considerar as perdas ocorridas em hortaliças como a alface, brócolis, couve e o repolho, que nesta época estavam prontas para serem colhidas e que qualquer mancha ou fungo trazem problemas de comercialização. Mesmo as que estão sendo produzidas em estufas, não estão recebendo luminosidade e podem estiolar e apodrecer. Ainda é preciso considerar as frutas, como o morango, pois algumas variedades não são muito resistentes e se não estão protegidas, enfrentam o problema da alta umidade que traz doenças nas folhas e prejudica a produção. “Temos uma perda de esforço e que traz penosidade ao produtor em função do trabalho, pois ele não consegue entrar na lavoura, fazer o serviço, preparar o solo para plantar as culturas de inverno, tem um gasto energético a mais em casa com as criações, porque ele precisa buscar alimentos e não consegue alimentar de forma satisfatória os animais”, observa Fin.

03/06/2017 | Folha do Sul | Geral | 6

Emater de Bagé promove reunião com moradores de Palmas

A Emater de Bagé promoveu uma reunião, na terça-feira, com os moradores do distrito de Palmas, no interior do município. O encontro, do qual participaram moradores de localidades como Pedra Grande, Lixiguana, Coxilha das Flores e Toca, serviu para discutir as demandas e anseios da região. As ações iniciaram pela manhã com a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (Adac) apresentando um trabalho que será realizado junto às associações de produtores. Presente na reunião, o secretário de Desenvolvimento Rural, Cléber Zuliani Carvalho, destacou que a pasta veio ouvir os moradores para que possam ser fortalecidas atividades como a ovinocultura da região. Carvalho também comentou as demais ações desenvolvidas pela secretaria,

como o trabalho de extensão rural, em parceria com a Emater/RS-Ascar, a patrulha agrícola, serviço de marcas e sinais, de inspeção municipal.

À tarde, a extensionista social da Emater/RS-Ascar de Bagé, Ana Rosa Sonaglio, e o professor Carlos Granatto, do Centro do Idoso, orientaram atividades físicas entre os presentes. Após, o extensionista da Emater/RS-Ascar, Francisco Gonçalo, falou sobre o acesso à terra para jovens rurais, através da Linha Nossa Primeira Terra, do Programa de Crédito Nacional Fundiário. O evento foi finalizado pela fala da extensionista da Emater/RS-Ascar, Ana Eliza Fonseca, que realizou a apresentação do Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar. Segundo a extensionista, a Emater/RS-Ascar busca auxiliar os produtores no que eles precisam para melhorar a produção e renda das propriedades e que já trabalha na localidade de Palmas com ações na ovinocultura, sendo uma delas a micronagem, que possibilita ao produtor saber a qualidade da lã do seu rebanho, para ter mais segurança na venda do produto. A líder comunitária Vera Colares avaliou o evento como positivo por possibilitar a discussão de temas como a ovinocultura com instituições parceiras. A reunião aconteceu na propriedade da agricultora Eny Scholant Collares.

03/06/2017 | Gazeta do Sul | Capa | 1

Trégua da chuva vai servir para o reparo dos danos

Sinimbu foi o município mais afetado no Vale do Rio Pardo. Página 14

03/06/2017 | Gazeta do Sul | Panorama | 2

Falta d’água

Um condomínio na Rua Thomaz Flores, entre a Rua do Moinho e a Senador Pinheiro Machado, ficou sem água na sexta-feira. Segundo um morador relatou à coluna, há cerca de um mês a Corsan vem sendo avisada sobre um vazamento no local, mas nada teria sido feito. Agora, porém, os reservatórios secaram e, na noite de sexta, uma grande quantidade de água vertia pela calçada. Procurado, o gerente da estatal, Armin Haupt, informou que mobilizaria uma equipe para verificar o problema.

03/06/2017 | Gazeta do Sul | Panorama | 3

Frases da semana II

"Não queremos que as adversidades de janeiro voltem a acontecer e estamos trabalhando para isso".

Ciro Gaertner, superintendente jurídico da Corsan, sobre a crise no sistema de abastecimento em Santa Cruz do Sul.

03/06/2017 | Gazeta do Sul | Geral | 14

Semana será dedicada para reparar os danos

A chuva deu uma trégua e as águas começaram a retornar ao leito dos rios, mas expectativa é de que instabilidade retorne à região no início da semana

O sol apareceu e a água começou a recuar nessa sexta-feira após praticamente uma semana de chuva que cessou por breves momentos. O município mais afetado do Vale do Rio Pardo levanta dados para fornecer à Defesa Civil estadual. Sinimbu aguarda a liberação de recursos emergenciais para reparar os danos causados por mais de 200 milímetros de precipitação. A localidade de Alto Rio Pequeno continua isolada após a queda de um pontilhão. Uma estrutura provisória será providenciada nos próximos dias. A situação é idêntica a Boqueirão do Leão e Barros Cassal, que também entraram com pedido de auxílio.

Mais duas famílias precisaram sair de casa na noite de quinta-feira na Várzea do Camargo, em Rio Pardo. Elas foram para residências de parentes, em uma parte mais alta da localidade. A Defesa Civil já havia removido uma idosa no Jardim Boa Vista na

segunda-feira, duas famílias do Porto Ferreira em um barco e ainda outra família que reside nas proximidades da Praça da Ponte, na margem do Rio Pardo.

Segundo o coordenador da Defesa Civil, Jair Francisco da Silva Rodrigues, o acesso aos balneários Porto Ferreira e Santa Vitória ficará sem condições de tráfego por uma semana. O nível do Rio Jacuí na jusante da Barragem do Anel de Dom Marco estava em 15,88 metros na sexta-feira pela manhã, 22 centímetros a mais do que a medição feita no final da tarde dessa quinta-feira.

A situação é mais tranquila em Venâncio Aires. Nenhuma família precisou ser removida nas regiões baixas, às margens do Rio Taquari. Na Vila Mariante, o nível da água atingiu a marca de 10,40 metros e o trânsito na ERS- 130 continua parcialmente bloqueado por apresentar trechos completamente alagados. Em Estrela, o rio alcançou 16,67 nessa sexta-feira pela manhã, 27 centímetros a mais em comparação com a manhã de quinta.

Reflexos na horta

A produção de hortaliças foi afetada pelo excesso de chuvas. As perdas são estimadas em 20%, segundo o técnico agropecuário da Emater/ RS-Ascar, Vilson Pitton. Ele explica que a alta umidade prejudica principalmente as verduras folhosas, como alface e rúculas, mais suscetíveis a fungos, além dos vegetais crucíferos como brócolis, repolho e couve-flor. Os danos são menores nas produções mantidas em estufas. “Haverá um reflexo nas feiras rurais. A falta de luz por dias seguidos provoca impacto na fotossíntese, e a umidade aumenta a chance de doenças nas plantas. Quem produz a céu aberto perde ainda mais”, detalha Pitton.

Previsão de céu aberto no sábado e domingo

A meteorologia indica que o tempo permanecerá firme até domingo. O sistema de baixa pressão que trouxe instabilidade ao Estado se afastou para o oceano. Mas se o fim de semana terá tempo seco, por outro lado, as temperaturas serão baixas. As máximas até domingo não devem superar 22 graus. Ainda no domingo, algumas regiões poderão ter pancadas de chuva. O alerta é para quarta-feira, quando a chuva deverá se intensificar, com potencial para causar transtornos.

NO ESTADO

Situação de emergência em 44 municípios

A Defesa Civil estadual divulgou nessa sexta-feira pela manhã que

44 municípios decretaram situação de emergência. São
943 famílias fora de casa
681 na casa de parentes e amigos e
262 famílias em abrigos públicos. O total estimado é de
3 mil pessoas.

03/06/2017 | Gazeta do Sul | Geral | 19

Diversificação no tabaco em debate a partir de segunda

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) realizará, de 5 a 7 deste mês, em Florianópolis, o seminário Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. O evento vai reunir representantes governamentais e organizações da sociedade civil que atuam com o tema. Entre os participantes, estarão dois representantes da Emater/ RS-Ascar – a supervisora da microrregional Vale do Rio Pardo, Marines Bock, e o coordenador da chamada pública da diversificação, Celso Freitas, do escritório central.

A presença da Emater se deve ao fato de terem sido convidadas as entidades executoras das chamadas públicas para serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que participam do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Na chamada pública de 2013 com esse objetivo, a instituição foi selecionada para promover a diversificação em área de

cultivo do tabaco em três lotes (o três, o quatro e o seis) no Rio Grande do Sul. Um dos lotes – o três – compreende 13 municípios, incluindo quatro do Vale do Rio Pardo.

O evento tem como objetivo aprimorar as ações do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Conforme Marines, a ideia é discutir e tentar identificar os gargalos da diversificação e estratégias para superá-los. “Também se espera definir propostas para o aperfeiçoamento do Programa Nacional. O seminário não é contra a cultura do tabaco e sim para discutir alternativas econômicas viáveis aos produtores devido à redução da demanda por tabaco no mundo”, explicou.

Os representantes da Emater/ RS-Ascar apresentarão no encontro, entre outros dados, casos de sucesso na diversificação em propriedades de fumicultores assistidos pela instituição, inclusive da região. O coordenador geral de Assuntos da Agricultura Familiar e Cooperação Internacional da Sead, Hur Ben Corrêa da Silva, destaca que uma das motivações do seminário é analisar os resultados alcançados pelo Programa de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, a partir das orientações propostas na Convenção- Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Silva diz que, no evento, as entidades que assistem os fumicultores irão trocar experiências, apresentar casos de sucesso e apontar os principais desafios para o avanço na diversificação. O tema central será a análise das alternativas geradoras de renda, com foco na qualidade de vida e na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural das famílias agricultoras. O evento ocorre em parceria da Sead com a Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção- Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq).

Evento tem caráter técnico

A Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa) não foram convidados para o seminário. O motivo, segundo a Sead, é que este é um seminário técnico, para discutir com as entidades executoras das políticas públicas da secretaria sobre os avanços, as potencialidades, os desafios e as estratégias de diversificação em áreas cultivadas com tabaco. Conforme a Sead, após as discussões técnicas, o próximo passo será ouvir o setor produtivo, de uma forma geral, ampliando o debate para a busca, de forma conjunta, de avanços sobre o tema.

03/06/2017 | Jornal do Povo | 5 Minutos | 2

Tarifa de água vai subir 4,17% em julho

Terão seus valores reajustados em 4,17% os serviços prestados pela Corsan em Cachoeira do Sul e na grande maioria dos demais municípios gaúchos em que a estatal tem a concessão do abastecimento de água e tratamento de esgoto cloacal. O índice foi aprovado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs). A contar de 1º de julho, o reajuste varia entre 4,1% e 5,32%, conforme a agência reguladora em cada cidade ou região. No ano passado o aumento da tarifa nos municípios atendidos pela Agergs foi de 11,45%.

03/06/2017 | Jornal do Povo | Geral | 3

Agroindústrias na linha

As secretarias municipais de Saúde, Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente, mais um especialista em agroindústrias da Emater reuniram por três horas os pequenos produtores para discutir os aspectos legais e operacionais para a regularização das agroindústrias. O trabalho é parte da estratégia da Prefeitura para atender à cobrança que foi feita pelo Ministério Público de organizar a fi scalização de toda a cadeia alimentar de Cachoeira do Sul.

03/06/2017 | Jornal VS | Comunidade | 9

Corsan anuncia reajuste de tarifa

Aumento será de 4,17% em julho

A Corsan divulgou no final da tarde de quinta- feira que as agências que regulam os serviços de san eamento no Estado homologaram os reajustes tarifários da companhia de água, que passarão a vigorar a partir de 1. o de julho. Os índices são calculados anualmente com base em uma cesta de indicadores para o setor de san eamento e visam assegurar o equilíbrio econ ômico-financeiro da Companhia, n ecessário para a manutenção dos s ist emas de água e esgoto.

A nova tabela tarifária, que incidirá sobre a totalidade das faturas de serviços praticados pela Corsan, está disponível n o s ite www.corsan. com.br e nos escritórios locais da Companhia. Nas cidades da região que são atendidas pela Corsan , Portão, Sapu caia do Sul e Esteio, o reajuste será se 4,17%. O valor entra em vigor em 1.0 de julho.

Segundo a estatal, foram mais de R$ 535 milhões investidos em obras para tratamento e dis tribuição de água, coleta e tratamento de esgoto no período de 2015 a 2017. INVESTIMENTO Somente em água foram investidos R$ 277,6 milhões, e em esgoto R$ 257,9 milhões, beneficiando os municípios atendidos pela Companhia. Nes te período, foram implantados 582,6 quilômetros de redes de água e 231,1 quilômetros de redes de esgoto. Obras que, segundo a Corsan , contribuem para valorizar os imóveis, reduzir gastos com saúde e melhorar a qualidade de vida da população .

03/06/2017 | O Informativo do Vale | Geral | 3

Tímido, sol surge para quebrar sequência de sete dias de chuva

Em uma semana, choveu mais que o dobro da média esperada para o mês inteiro de maio. Junho chega antecipando o inverno, que será menos frio e mais chuvoso

De sexta-feira passada até esta quinta-feira, choveu mais que o dobro do que é esperado para todo o mês de maio. Foram 236 milímetros que fizeram o Rio Taquari e diversos arroios transbordarem, invadindo ruas, estradas e moradias e empilhando roupas nas lavandeiras das casas da região.

Desde ontem, o sol, que veio para dar uma trégua no aguaceiro, ajuda a secar o Vale que retornará à umidade a partir deste domingo.

Para o climatologista Francisco Eliseu Aquino, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), uma combinação de fatores fez com que o Rio Grande do Sul registrasse uma quantidade muito grande de chuva. “A umidade que veio da Amazônia se encontrou com ventos úmidos vindos do Oceano Pacífico, que se chocaram com uma frente fria que já atuava no Estado. Esta junção de umidade fez com que chovesse muito mais do que o esperado.”

Aquino, que estuda o clima, diz que a temperatura média está cerca de dois graus mais elevada. “Abril, por exemplo, foi muito quente. Este calor acima do normal faz com que os oceanos aumentem também a quantidade de umidade deslocada nas massas de ar para o continente.”

Por conta disso, na semana passada, o Rio Grande do Sul foi o território que mais registrou precipitação no planeta. “De forma geral, desde janeiro, tem chovido um pouco acima da média, por conta justamente deste clima mais quente dos últimos anos”, destaca o pesquisador.

Hortaliças mais caras durante um mês

Conforme o gerente substituto da Emater/ RS-Ascar Lajeado, Cláudio José Boone, o volume de chuva da última semana prejudicou tanto as hortaliças que estavam para ser colhidas, quanto as que estavam em período de finalização de ciclo, prontas para serem colhidas nas próximas semanas.

“Isto representa dizer que, durante o próximo mês, e dependendo ainda do comportamento do clima, poderemos ter escassez de alguns produtos e reajuste de preço na venda ao consumidor”, prevê Boone.

Alface, rúcula, brócolis e couve-flor são as folhosas mais danificadas com chuvas prolongadas e falta de sol. “Na própria feira do produtor começam a faltar estes produtos. Em Lajeado, cerca de 90% da produção de hortifrúti é feita direto no solo. Uma pequena parte é protegida em estufas”, complementa.

Saiba Mais

Segundo o Núcleo de Informações Hidrometeorológicas (NIH), durante a semana passada, choveu mais de 230 milímetros acumulados.No acumulado, foram registrados cerca de 236 milímetros de chuva, que representam 115% de precipitação acima da média histórica do mês de maio, que é de 110 mm. Já a média histórica do mês de junho é de 150 mm.

Previsão do Tempo

SÁBADO - Uma massa de ar seco e frio atua sobre o território gaúcho e confere um dia ensolarado à região. O amanhecer e a noite apresentam temperaturas baixas. À tarde, o clima será bem agradável. O dia começa com 9°C e a máxima alcança os 22°C.

DOMINGO - O sol até pode aparecer acompanhado de nuvens no Vale do Taquari. Porém, no decorrer do período, instabilidades ingressam no Rio Grande do Sul, e provocam o aumento da nebulosidade com pancadas de chuva. A variação climática é menor: mínima de 14°C e máxima de 19°C.

SEGUNDA-FEIRA - Ventos úmidos ingressam no território gaúcho. Por conta disso, o sol aparece intercalado por períodos de céu encoberto, e pode chover de forma esparsa. O amanhecer e a noite serão amenos, e a tarde bem agradável. A mínima prevista será de 15°C e a máxima não passa de 21°C.

TERÇA-FEIRA - As condições do tempo praticamente não mudam. Ao longo do dia, ocorrem períodos de maior nebulosidade, com condições para chuva irregular e outros em que o sol aparece. As temperaturas apresentam pouca alteração. O dia começa com 15°C e a máxima 19°C.

TENDÊNCIA: Entre quarta e quinta-feira, os modelos indicam que uma frente fria avança sobre o Estado e provoca chuvas mais generalizadas sobre o Rio Grande do Sul.

03/06/2017 | Pioneiro | Geral | 12

Comunidade mobilizada pelo asilo

Reconstrução do espaço deve custar cerca de R$ 1,6 milhão e levar pelo menos seis meses para ficar pronta

Um dia depois do incêndio que causou a morte de duas idosas e destruiu 70% da estrutura do Asilo Santa Isabel, em Vacaria, o cenário era de tristeza no local. Durante toda a sexta-feira, pessoas que conheciam o trabalho desenvolvido na instituição ou curiosos em busca de informações sobre a tragédia se acumularam em frente ao asilo.

O prédio, cedido pela Mitra Diocesana, foi interditado porque ainda há perigo de que a estrutura desmorone a qualquer momento. Doações também chegam para os idosos que moravam no local e foram transferidos, ainda na quinta, para o Centro de Treinamento de Motoristas (Centronor).

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Ipê, Marinêz Castagna, chegou por volta das 10h30min de sexta a Vacaria com roupas e alimentos para serem entregues aos ex-moradores do Santa Isabel.

– Alguns idosos que estavam abrigados aqui são de Ipê, então nos comovemos ainda mais. Vamos ajudar no que for preciso – garantiu Marinêz.

Parte das doações também está sendo entregue no Centronor, local que vai abrigar os idosos por pelo menos 20 dias. O plano inicial é que, depois desse período, eles sejam transferidos para um imóvel da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro). Mas, de acordo com Cristiane Siota, assistente social do asilo, dois novos espaços estão sendo analisados:

– O espaço na Fepagro é distante e teria de ser muito reformulado para abrigá-los. Vamos ver mais dois espaços na sexta. Se eles forem melhores, a prefeitura pagará o aluguel enquanto o que foi queimado não for reconstruído.

Também na sexta, uma reunião da comissão formada por funcionários do asilo, Defesa Civil, empresários, Ministério Público e prefeitura de Vacaria começou a encaminhar ações para a reconstrução do prédio, que fica entre as ruas Teodoro Camargo e Borges de Medeiros.

A primeira informação repassada por técnicos da Defesa Civil é de que a obra demore pelo menos seis meses. A maior dificuldade, no entanto, será o custo: cerca de R$ 1,6 milhão.

De acordo com a assistente social Cristiane Siota, três arquitetos de Vacaria já estão trabalhando gratuitamente no projeto do novo prédio. A expectativa é que o esboço esteja concluído dentro de 10 dias.

Perícia

Os corpos de Alzira Melo dos Santos, 76 anos, e Silvonia Borre, 64, mortas no incêndio, foram encaminhados na quinta-feira ao Departamento Médico Legal (DML) de Caxias do Sul. A previsão é que sejam liberados apenas depois de uma perícia, já que será necessário a confirmação das identidades por meio de exames de DNA.

Após a liberarão, as duas idosas serão sepultadas em Vacaria, por meio de auxílio de uma funerária local.

“Fui salva por Deus”, diz irmã que morava no Santa Isabel
Ainda muito abalada com a morte de Alzira Melo dos Santos e Silvonia Borre, a irmã Rosa Delmira Onzi, que morava há 47 anos no Asilo Santa Isabel, agradecia por estar viva um dia depois da tragédia.

Ela conta que estava no andar superior, costurando com Silvonia, quando ouviu alguém chama-la na parte inferior. Logo que se levantou, viu as chamas que já consumiam parte de trás da estrutura. Lembra que fez um sinal a Silvonia, que era surda-muda, para descer e correu pelas escadas.

– Ela pegou as coisas e foi para o banheiro. Acho que entendeu que era para tomar banho. Desci, mas logo subi para busca-la. Só que não deu porque as portas trancaram com a fumaça e eu não tive força para abrir. Estou muito triste – lamenta.

Desde quinta-feira, a irmã está morando na casa de outras religiosas. Mas conta que recebeu muitas propostas de ajuda:

– As pessoas são muito boas. Não queria sair daqui, não queria que isso tivesse acontecido.

Rosa acredita que uma tragédia maior só não aconteceu por um milagre. Emocionada, conta que as imagens dos santos que ficavam na capela do asilo não foram queimadas e um quadro que tinha a foto do Papa Francisco também não sofreu nenhum dano. O quadro, de plástico, ficava em um cômodo que foi totalmente destruído pelo fogo.

COMO AJUDAR

- Os sobreviventes precisam de alimentos não perecíveis e fraldas. Mercados, instituições beneficentes, Câmara de Vereadores, prefeitura e as escolas Gustavo Vieira de Brito e Bom Jesus São José abriram pontos para receber doações. Também é possível doar materiais de construção para a reconstrução do asilo. Informações pelos fones

(54) 99905.8128 (com Adriana)

98144.5755 (com Cristiane)

- O Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública (Consepro) abriu uma conta bancária para arrecadar fundos ao asilo. O depósito pode ser efetuado no Banrisul agência 0440, conta 06.089020.0-2

Vítimas não tinham contato com a família

Além dos 24 idosos abrigados no Centronor, 21 sobreviventes foram levados para casa de familiares. Uma senhora chegou a passar a noite na casa de um filho, mas, na manhã de sexta, ela teria voltado para o Centronor. O filho, segundo uma voluntária que está ajudando no novo alojamento, teria dito que não tem condições de ficar com a mãe, que, assim como a maioria dos ex-moradores do asilo, sofre de problemas mentais.

Pouco se sabe sobre Alzira Melo dos Santos e Silvonia Borre, que morreram no incêndio. A assistente social Cristiane Siota diz que Alzira seria de Pinhal da Serra e Silvonia, do interior de Vacaria. As duas moravam no espaço havia mais de 10 anos, e os familiares não as visitavam há muito tempo. Um parente de uma delas chegou a ser contatado, mas teria dito que não teria condições de ir até Vacaria para cuidar do velório e enterro.

Mais de 30 voluntários trabalham sem parar

Os pedidos de ajuda e de doações aos idosos do Santa Isabel começaram poucas horas após o fogo. Na manhã de sexta, quase todos os cômodos do Centronor já estavam cheios de ofertas: somente uma loja de Vacaria tinha doado mais de 500 peças de roupas novas.

O auxílio foi tanto que no momento não são mais necessários agasalhos e roupas de cama. Para organizar o que está sendo recebido, mais de 30 voluntários trabalham sem parar desde o dia do incêndio. Uns separam o que é arrecadado e outros ajudam nos cuidados com os idosos. Os 24 que estão alojados temporariamente no centro estão separados em quartos identificados com os nomes de cada um nas portas.

– A rede de solidariedade se formou rápido e tudo está se organizando. Só espero que a ajuda não diminua daqui uns dias, quando ainda vamos precisar – diz o pastor Jonas Santos, responsável pela triagem e acolhimento dos voluntários.

03/06/2017 | Zero Hora | Caderno Campo & Lavoura | 6

Bergamotas mais doces

Colheita da fruta já começou e deve chegar a 150 mil toneladas no Estado

É época de saborear um dos principais citros da temporada no Rio Grande do Sul: a bergamota. A mescla entre frio e calor, com chuva na medida, foi o clima ideal para o amadurecimento das frutas e para a produção, que deve chegar a 150 mil toneladas repetindo o bom desempenho do ano passado. Tradicional parceira das tardes ensolaradas de inverno, a bergamota já ganhou as ruas e as gôndolas de supermercados antes da primeira geada. A fruta é considerada a estrela do inverno por ser importante aliada no combate a resfriados, devido ao alto teor de vitamina C.

Apenas no Vale do Caí, a atividade envolve 3,5 mil famílias, a maioria em Montenegro, onde são cultivados 2,5 mil hectares:

– É o município mais representativo, não só pela tradição e qualidade das frutas, mas pelo trabalho dos agricultores e da cadeia produtiva. Aqui há a melhor técnica de cultivo de bergamota do Brasil, desde a fertilização, passando pela poda e o tratamento fitossanitário – afirma Derli Bonine, engenheiro agrônomo da Emater, acrescentando que Montenegro produz 42 mil toneladas ao ano.

Na Serra, outra importante região produtora, a maior parte da produção de bergamota é oriunda dos municípios de Veranópolis, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Antônio Prado, Cotiporã e Vale Real, que devem repetir as 15 mil toneladas colhidas em 2016. São 960 hectares de área plantada e 825 produtores envolvidos na cultura.

A espécie montenegrina representa 70% da produção, que é a mais tardia e começa a ser colhida somente no final de julho. As variedades precoces e que já estão disponíveis nas gôndolas são as ponkan, caí (também conhecida como comum) e a satsuma okitsu. O preço pago ao produtor na propriedade gira em torno de R$ 1 o quilo. Quando o preço chega ao consumidor, no entanto, pode atingir R$ 4. Segundo o gerente da Ceasa-Serra, Antonio Garbim, são vendidas por dias cerca de 300 caixas de 20 quilos. O

custo por caixa fica em R$ 20.

IVANETE MARZZARO | IVANETE.MARZZARO@PIONEIRO.COM

TIPOS DE BERGAMOTA

CAÍ

- Também conhecida como mexerica, é uma fruta cítrica de cor alaranjada e sabor adocicado. A árvore é de porte médio, com espinhos nos galhos, como forma de proteção, e flores brancas e aromáticas, semelhantes à laranjeira. É a mais conhecida e apreciada das bergamotas da Serra. Maturação em maio/junho.

SATSUMA OKITSU

- De origem japonesa, tem produção precoce, proporcionando a colheita na entressafra. É recomendado principalmente para o pequeno agricultor, a fim de suprir o consumo no início do ano, quando não há outras variedades disponíveis.

Maturação em maio/junho.

PONKAN

- No Brasil, a primeira referência sobre a tangerina aparece em escritos do padre Manuel Aires de Casal em 1817. Vem da espécie citrus reticulata, com aroma e sabor próprios. Tem sabor mais doce em comparação a outras tangerinas. Maturação em maio/junho.

MONTENEGRINA

- Muito produtiva e rústica. Fruto achatado, doce, casca amarelo-ouro, fina e solta. Maturação em agosto-outubro.

"Clima favoreceu a produção", diz Potter

O citricultor Rafael Potter, 45 anos, cultiva em Caxias do Sul duas variedades de bergamota (ponkan e caí) e comemora os bons resultados. A colheita, que envolve ainda a produção de laranjas, vai passar de 140 toneladas.

– O clima favoreceu a produção. Temos uma colheita boa. Tem anos que a gente faz de tudo para colher, mas o tempo não colabora – conta Potter.

As frutas abastecem feiras e supermercados da região e o preço varia entre R$ 1,20 e R$ 1,30 o quilo. Há 10 anos, o produtor substituiu seis hectares de parreirais por frutas cítricas. Deu certo. O custo de plantio é 10 vezes menor. Enquanto erguer o parreiral em um hectare de terra pronta custa cerca de R$ 40 mil, o de bergamotas e laranjas custa R$ 3 mil.

– O cultivo é muito mais fácil e as plantas não requerem muitos inseticidas – ressalta.

O custo maior está na mão de obra. Atualmente, cinco pessoas trabalham na colheita das frutas, que é feita manualmente.

Laranja é líder no cultivo

Dados da Emater confirmam boas perspectivas para os citros no Estado, que deve colher 433 mil toneladas de laranjas (64%), bergamotas e tangerinas (34%) e limões (2%), cultivados em área de 27,2 mil hectares – ocupando mais de 10 mil famílias.

O assistente técnico regional de Fruticultura da Emater Regional Ênio Todeschini explica que os citros estão com ótima sanidade e boa aparência externa, além do sabor adocicado. As boas condições climáticas no período de primavera e verão, com chuvas regulares e bem distribuídas ajudaram a qualificar a fruta. O período de desenvolvimento, com noites frias e dias com temperaturas amenas, é favorável à qualidade do produto.

– Além disso, estão sendo colhidas no ponto adequado – detalha o agrônomo.

Entre as variedades de plantas que vêm ganhando espaço estão as de laranjas de umbigo tardias, como a Monte Parnaso e Lane Late.

Segmento: Interesse

03/06/2017 | Correio do Povo | Geral | 13

Sociólogo português fala sobre crise política

O Fórum dos Grandes Debates da Assembleia Legislativa recebeu, na noite de quinta-feira, em Porto Alegre, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, um dos maiores impulsionadores do Fórum Social Mundial e respeitado pensador contemporâneo de esquerda, com trabalhos e publicações em diversos países. Antes mesmo de o convidado chegar ao Teatro Dante Barone, o público que aguardava o início do debate entoava palavras de ordem que demonstravam insatisfação com a atual crise política que existe no Brasil. Na plateia, o ex-governador Olívio Dutra acompanhava o manifesto.

Em seguida, o professor da Universidade de Coimbra abordaria a falência dos sistemas políticos. Com o tema "Democratizar a democracia", o debate começou com a apresentação do grupo de rap Rafuagi, que cantou a música "Manifesto Porongos" em referência ao massacre de negros escravizados durante a Revolução Farroupilha. A composição altera trecho da letra do hino do Rio Grande do Sul. Ao lado do presidente da Assembleia, deputado Edegar Pretto, o ex-secretário de Estado Marcelo Danéris e a jornalista da Rádio Guaíba Vitória Famer, Santos explicou por que acredita que o país enfrenta um momento de grave crise política e como isso foi possível.

Enumerando alguns elementos, destacou inicialmente que a democracia virou instrumento do imperialismo e que "perdeu a luta contra o capitalismo". Também citou que o Brasil tem duas constituições: "a do país e a do capitalismo global". Ambas com interesses diversos e conflitantes. O sociólogo lembrou, ainda, das "formas extremas de poder" e do impacto social dessa busca. Além disso, pontuou o que chamou de "pós-verdade e pós-democracia", observando notícias que não seguem fatos reais, mas emoções, e um período de democracia escassa.

03/06/2017 | Correio do Povo | Geral | 13

Ouvidorias são tema de debate

O papel das ouvidorias como instrumento de acesso à informação, o fortalecimento das ouvidorias federais, estaduais e municipais e o papel das instâncias recursais na implantação da lei de acesso à informação foram temas discutidos ontem no seminário regional "Transparência e Controle Social", realizado no auditório do Ministério da Fazenda, na Capital. O evento foi organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Controladoria Geral da União (CGU). Segundo o vice-presidente de Relações Institucionais do Conselho Regional de Contabilidade (CRC/RS), Pedro Gabril, o seminário teve o objetivo de reforçar para o cidadão a possibilidade de acompanhar o que é realizado na administração pública.

03/06/2017 | Diário de Santa Maria | Saúde | 14

PA Infantil reabre as portas

Gabriel Haesbaert Foram reabertas, na manhã de sexta-feira, as duas salas do Pronto-Atendimento Infantil (PA) do Bairro Patronato que estavam interditadas desde o último dia 12 de março, por conta de um temporal que deixou o ambiente alagado e comprometido. Para que o espaço pudesse ser libera- do novamente para funcionários e para a população, uma série de reformas foi feita no local. A reabertura ocorreu durante uma visita do prefeito de Santa Maria, Jorge Pozzobom (PSDB). O chefe do Executivo, que também é secretário de Saúde do município, chegou ao local por volta das 8h25min, momento em que havia oito crianças esperando por atendimento no PA Infantil.

Ele cumprimentou a todos, ouviu reclamações sobre a demora, mas também recebeu elogios dos pacientes. Em seguida, Pozzobom e sua comitiva se dirigiram à sala da enfermagem do PA Infantil, que fica junto à ala de internação. Ambos os espaços estavam interditados. No local, ele pegou um documento de liberação de uso do espaço, assinado pela Defesa Civil, e entregou oficialmente para a equipe de médicos e enfermeiros do setor. – Peço desculpas por não ter feito isso antes, mas eu precisava desse documento para ter a tranquilidade de que vocês e os pacientes estariam seguros aqui – disse o prefeito. Para deixar as salas em condições, foi preciso fazer a poda de galhos de árvores no entorno do prédio, desobstruir as calhas, arrumar o telhado, o forro e o gesso e revisar toda a parte elétrica do ambiente, que recebeu pintura nova.

Uma empresa terceirizada, cujo contrato com a prefeitura prevê serviços de manutenção, foi a responsável por deixar o espaço em dia. Por isso, não houve custos para o Executivo. Ainda ontem, o espaço passou a receber os pacientes que aguardavam em leitos

improvisados em outros setores. A sala de internação para as crianças ganhou, ainda, 10 novas camas, armários, mesas e balcões, que também estão equipando outros espaços no PA. A aquisição de mobiliário faz parte do projeto de reforma total da unidade, que está em fase de licitação. Em 29 de maio, foram abertos os envelopes, e duas empresas interessadas apresentaram suas propostas. A previsão da prefeitura é que o trabalho comece em aproximadamente 30 dias. – Vamos fazer diversas melhorias em toda a unidade. Entre as coisas previstas, está a mudança da sala da enfermagem do PA Adulto para onde hoje funciona a sala da direção. Vamos abrir uma janela de vidro para a sala de emergência, que também já recebeu móveis novos, para melhorar o atendimento – explica Sandra Hertz, coordenadora da Urgência e Emergência do município.

SUPERLOTAÇÃO

Durante a visita, Pozzobom também falou sobre a superlotação da Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) e no próprio PA: – A Sefas, que administra a UPA, tem que prestar esclarecimentos sobre a lotação lá. Como fiscalizadores, nós vamos cobrar isso. E aqui no PA, nesta época do ano, acaba ficando mais movimentado mesmo. Para evitar espera maior, Sandra pede que a população pro cure a unidade de saúde mais próxima de casa, em vez de ir até o PA em casos que não são considerados urgentes. – Aqui, as urgências e emergências sempre serão passadas na frente. Por isso, muitas vezes, as pessoas que não estão em situação assim reclamam da demora – explicou Sandra. Com relação à falta de médicos no quadro da prefeitura, que conta com 10 pediatras atualmente, o prefeito disse que está tentando, via Tribunal de Contas do Estado, a contratação emergencial de profissionais enquanto o concurso não é realizado.

03/06/2017 | Diário Gaúcho | A Boa do Dia | 2

Brechó solidário e shows na biblioteca

A Biblioteca Pública do Rio do Grande do Sul vira palco do bazar e do brechó Bendito Desapego, que, com os recurso obtidos com as vendas de roupas, calçados e acessórios, artigos pets e artesanatos, vai custear atendimentos veterinários, castração e albergam para animais em situação de risco.

A função ainda conta com as apresentações das sopranos Elisa Conceição Machado, Rosimari Oliveira e Elenara Nunes e da meio-soprano Luciane Bottona. Salão Mourisco da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, Riachuelo, 1.190, domingo, a partir das 15h. O ingresso é 1kg, no mínimo, de ração para gato ou para cachorro.

03/06/2017 | Folha de S. Paulo | Painel | 4

Passou do ponto

O impasse que se alastrou no PSDB fez com que outras legendas decidissem se desvencilhar do tucanato. A sigla havia amarrado seu destino ao de partidos que prometiam um desembarque conjunto do governo, mas foi avisada de que sua decisão será um voo solo. O DEM não seguirá os tucanos, caso eles decidam romper com o Planalto na próxima semana. O motivo: quer resguardar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de especulações sobre sua lealdade a Michel Temer.

Erro de cálculo A divisão interna do PSDB e a pouca discrição do partido em articular nomes para uma possível eleição indireta são apontadas como motores do isolamento a que a sigla vem sendo submetida. A movimentação dos tucanos disparou a desconfiança do PMDB, maior bancada do Congresso.

Sem eles não vai É consenso que nenhuma candidatura à Presidência em eleição indireta tem chances de vingar sem o apoio do PMDB. Por isso a cautela do DEM. Caso Michel Temer seja cassado ou renuncie, Maia desponta, hoje, como favorito para o posto.

Voou pena A decisão do presidente do PSDB de São Paulo, Pedro Tobias, de convocar reunião para discutir o abandono do governou ampliou a crise interna no partido. Uma série de dirigentes e quadros da sigla reclamaram do chamado, visto como desnecessário e impensado.

E amanhã? Aliados do governador Geraldo Alckmin dizem que o dirigente paulista não se preocupou com o impacto da convocatória, que acabou fortalecendo Maia no xadrez para eventual eleição indireta — e, claro, para 2018.

Youtuber Mais manso com o governo Temer, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) avisou que não vai recuar das críticas às reformas. A colegas de bancada, explicou o motivo: as redes sociais.

Pop Depois que começou a criticar as mudanças, Renan multiplicou por cinco o número de seguidores no Instagram e ganhou mais de 60 mil inscritos no Facebook.

Vapt-vupt No Judiciário, a avaliação é que a solução por absolver Dilma Rousseff e Michel Temer no TSE ficou ainda mais consolidada no fim desta semana. A aposta é por um desfecho rápido.

Firme Integrantes de cortes superiores avaliam que nem a provável denúncia da PGR contra o presidente seria capaz de alterar o entendimento dos ministros do TSE.

Renegado Lindbergh Farias reclamou do tratamento que recebeu de Lula na abertura do 6º Congresso Nacional do PT. O ex-presidente fez declaração explícita de apoio a Gleisi Hoffmann à presidência do partido.

Bumerangue A situação foi tão constrangedora que teve impacto na disputa. Nesta sexta (2), véspera da eleição, dirigentes e militantes que estavam fechados com Gleisi declararam apoio a Lindbergh, como forma de desagravo, acirrando a eleição.

Unidos Na peça em que contesta seu pedido de prisão, Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor de Temer flagrado com mala de dinheiro, faz eco à versão do presidente de que a PGR falhou ao não periciar os áudios de Joesley Batista. Diz que o MPF esqueceu que "é responsável pela custódia da prova".

Negado A Justiça rejeitou a queixa-crime apresentada por Lúcio Funaro contra José Yunes, o ex-assessor de Michel Temer que relatou à PGR ter recebido "um pacote" das mãos dele. Advogado de Yunes, José Luis de Oliveira Lima, diz que "a decisão demonstra a veracidade dos esclarecimentos prestados".

Visita à Folha Candido Bracher, presidente do Itaú Unibanco, visitou a Folha nesta sexta-feira (2), a convite do jornal, onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de Claudia Politanski, vice-presidente do banco.

TIROTEIO

O PSDB tem responsabilidade com o futuro do país. Independentemente da cor da cabeça, a prioridade é fazer a economia deslanchar.

DO DEPUTADO MARCUS PESTANA (PSDB-MG), sobre a ala jovem tucana, os 'cabeças pretas', defender o desembarque do partido do governo Michel Temer.

CONTRAPONTO

Pablo, qual é a música?

Na quarta-feira (31), durante discussão na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara sobre a proposta que autoriza eleições diretas, caso haja vacância da Presidência, Hildo Rocha (PMDB-MA) atacou o projeto:

— Vocês estão enganando os artistas. Essa emenda não é viável! — bradou, referindo-se aos atos organizados por atores e cantores no Rio e em São Paulo.

— Eles sabem muito bem que "têm que ir aonde o povo está" e que suas vozes terão que "se ouvir por mais zil anos", contra "ridículos tiranos" — respondeu Chico Alencar (PSOL-RJ), citando versos de músicas de Caetano Veloso e Milton Nascimento.

03/06/2017 | Folha do Mate | Geral | 16

Alunos recebem premiação do Programa Agrinho 2017

No dia 30 de maio, ocorreu a premiação dos alunos e professores vencedores da fase regional do programa Agrinho, do Senar, em Passo do Sobrado. A aluna Kamily Borges dos Santos, da EMEF José de Anchieta, e sua professora, Cimara Kaufmann, foram premiadas na modalidade desenho, sendo que a aluna recebeu uma bicicleta e a professora um aparelho de som. Na modalidade texto dissertativo foi premiada a aluna Maqueli de Fátima Weyand Palhares, da Emef Francisco Antônio de Borba Filho, e sua professora, Tamara Angélica Dettemborn.

Como forma de estimular os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental a expressar suas vivências e seus conhecimentos adquiridos, o Programa Agrinho realiza todos os anos o concurso de redação e desenho lançando como proposta temas importantes no cotidiano da sociedade. Voltado para escolas da rede pública do Rio Grande do Sul, o Programa Agrinho visa desenvolver ações entre alunos e professores que promovam a consciência cidadã, abordando de maneira didática informações sobre saúde e preservação ambiental. O objetivo é estimular melhor qualidade de vida nas comunidades rurais através da educação. Este ano o tema escolhido foi Saúde e procurou conscientizar para uma melhor qualidade de vida da população.

03/06/2017 | Jornal NH | Sabe-tudo | 2

Agora é hora de discutir o presídio regional

Mostrando unidade e a clareza de que pensar segurança pública para a região é agir também de maneira integrada, os prefeitos da Associação dos Municípios do Vale do Rio do Sinos deram, nesta semana, um bom exemplo, com a confirmação do projeto de cercamento eletrônico. Que ajudará muito no combate ao furto e roubo de veículos quando a tecnologia estiver funcionando, o que se espera ainda neste segundo semestre. Mas, em segurança pública, o tema de casa é diário. Exige respostas, planejamenta e antecipação ao crime. É hora agora de retomar com fô lego a dis cussão sobre o novo presídio regional e que, necessariamente, precisará ter a característica de um centro de ressocialização. Números extra-oficiais da Superintendência do Serviços Penitenciários apontam que, no mínimo, 1,5 mil dos 35 mil presos gaúchos são do Vale do Sinos.

As cadeias, mais do que sabido, são hoje a cozinha, quarto, sala e antessa la da violência que diariamente nos assalta aqui, do lado de fora. E se os presídios viraram horta para a semeadura, plantio e colheita da violência, é imperioso que as comunidades façam a dis cussão efetiva de como querem que essas pessoas, após cumprida a peI}a, retornem ao nosso convívio. E o momento de soluções conjuntas, sem ranças políticos ou ideológicos, para que não fiquemos ainda mais reféns do caldeirão prisional que não ressocializa, mas profissionaliza o crime e depois o franquia sem hora e lugar.

03/06/2017 | Jornal NH | Política | 5

Sapiranga pode enxugar a Câmara

Proposta que reduz número de vereadores, dos atuais 15 para 11, será lida segunda-feira

Sapiranga - o número de cadeiras na Câmara de Vereadores pode ser reduzido no mmlicípio. A proposta apresentada pela Mesa Diretora quer reduzir o atual quadro de 15 parlamentares para 11. Em eventual aprovação, a nova composição passaria a vigorar na legislatura 2020/2023. "Os números estão sendo contabilizados e na próxima semana devo ter os valores completos. Em quatro anos serão em torno de 15 mil reais poupados por vereador. Pelos quatro serão aproximadamente 60 mil ao mês. Estão incluídos remuneração e encargos sociais do vereador e assessor", estima o presidente José Aristides Figueiró de Moura, o Juca (PP). Além dele, a Mesa é composta pelo vice José Balardin (PTB), a secretária Olivia Steigleder (PP) e o segundo secretário Leonardo Braga (PSDB).

O pedido para a redução foi apresentado no ano passado e não chegou a ser votadontes, era possí vel ter a técinco CPIs ao mesmo tempo e agora reduziram para uma de cada vez. Não gostamos disso e entendemos que se diminlúram as ferramentas, lógico que não

precisam ser tantos vereadores", disse Sandro Seixas (DEM), que no começo do ano apresentou projeto com Diego de Lima (DEM) propondo a redução.UM PARA 4 MIL Com base em cálculo de eleitores por vereador, com números do ano passado, Sapiranga, com 60.570 aptos a votar, tinha um vereador para cada 4.038 eleitores. Novo Hamburgo tem quase o triplo de eleitores, 178.138, e mantém uma câmara mais enxuta, com 14 parlamentares, o que dá mais de 12,7 mil eleitores por vereador. Número deve respeitar a Constituição Conforme o presidente Juca, serão necessários dez votos em cada um dos dois turnos para aprovação da matéria.

O número se faz necessário para alterar a Lei Orgânica. A quantidade de vereadores é definida pelo Legislativo Municipal, respeitando faixas de população de Emenda Constitucional de 2009. Com população na ordem de 79.946 habitantes em 2016, segundo IBGE, Sapiranga pode ter até 15 vereadores, já que está nas cidades com mais de 50 mil e de até 80 mil habitantes. A leitura do texto acontece segunda-feira e, depois, será encaminhado para avaliação das comissões. Caso esteja dentro das normas regimentais, a proposta será apreciada pelos vereadores.

03/06/2017 | Jornal NH | Opinião | 10

o perigo em duas rodas

Há poucos dias, o Jornal NH publicou matéria muilo oportuna sobre o número de ac identes com maios no RS. Essa realidade vale para o Brasil, onde 10 mil pessoas morrem por ano em decorrência destes eventos, que já são a principal causa de ocorrência de trânsito no País. Nas palestras que faço em empresas, um assunto obrigatório a ser abordado é o das deficiências adquiridas, com ênfase àqueles decorrentes de acidentes do trabalho. Contudo, não deixo de mencionar as mutilações que Tem em nosso trânsito.

Um aprendizado teórico e prático insuficiente, aliado à imprudência e à má conselVação das vias, são fatores decisivos para oalarmante número de acidentes, que leva as vítimas a adquirirem lesões graves, como traumatismo craniano, lesão medular e amputações. O fato é que está se formando uma verdadeira multidão de pessoas com defic iência por traumas relacionados à motocicleta. E com o agravante de que ela é formada , em sua maioria, por jovens com uma vida pela frent e.

Isso só poderá mudar quando motoristas dedicarem maior respeito aos motociclistas e quando estes entenderem que precisam adotar ai it ude preventiva, utilizar equ ipamentos de segurança e observar as normas de trânsito. Não há como ignorar o fato de que um acidente de moto, por mais leve que pareça, expõe a integridade de seus eandulores, exigindo, pois, cuidados redobrados. Prudência e atenção aguçada no trânsito podem evitar a perda de muitas vidas e o fim de muitos sonhos.

03/06/2017 | Jornal NH | Em Dia | 33

Desvios de recursos públicos na mira de superintendente da PF

Lavagem de dinheiro, corrupção e desvio de recursos públicos. Focos do delegado Ricardo Andrade Saadi, 41 anos, que assmniu ontem o cargo de superintendente da Polícia Federal (PF) no Rio Grande do Sul, no lugar do delegado Elton Manzke. Em seu discurso, Saadi foi econômico com as palavras, mas deixou claro qual será a ênfase da atuação da corporação sob seu comando. "Temos aqui no Rio Grande do Sul a característica de ser um Estado de fronteira.

Então, temos que atacar contrabando, 1tráfico de drogas e armas. Mas sou oriundo da Delegacia de Repressão a Crimes Flnanceiros e Lavagem de Dinheiro, trabalhei minha vida inteira com isso, esem dúvida o foco será o combate ao desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro", frisou, assinalando que ações regionais também terão mn olhar especial. Sobre desenvolver no Estado algmn núcleo especial da Lava Jato, em função da superintendência concentrar alguns dos inquéritos, Saadi argumentou que será preciso ver quais as investigações da operação que virão para cá.

informações são que depois das delações serão distriblúdos expedientes para o Brasil inteiro, não é só para o Rio Grande do Sul." Q QUEM ."... ELE É? Por seis anos, Saadi est~e à frente do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Intemadonal (ORei), CI1JC~1 à Operação Lava Jato na busca por US$ 3 bilhões de ati",s brasileiros que estavam no exterior, frutos de sonegação e narco1ráfico. Saadi tarrtJém coordenou a operação que culminou na prisão e extradição do País, em 2007, do megatraficante colombiano Juan Carlos Abadía, segundo homem mais procurado do mundo.

Instituto pede ajuda para recuperar barco

Embarcação do Martim Pescador foi confiscada pela Justiça

São Leopoldo -U ma das mais importantes entidades ligadas ao meio ambiente na região do Vale do Sinos, o Instituto Martim Thscador, pede ajuda para recuperar seu maior bem e voltar a trabalhar com aquilo que o tornou referência no País: a educação am biental. Desde o início de 2016 o instituto está sem o barco, principal instnunento de trabalho. A embarcação foi confiscada pela Justiça como garantia de quitação de dívidas trabalhistas.

Desde então o barco está na sede do Batalhão Ambiental em Porto Alegre, tendo como fiel depositário uma das partes da reclamação trabalhista. De acordo com o presidente da entidade, Júlio Agápio, somente em cinco ações movidas por exhmcionários o montante devido ultrapassa os R$ 230 mil. Fora isso há ainda outras dívidas com a Receita Federal que somam mais R$ 10 mil. PARADO "Se tivéssemos contado com a sensibilidade do Judiciário e pudéssemos ter usado o nosso barco durante este tempo certamente já teríamos arrecadado o valor necessário para quitar as dívidas", comenta Agápio, que assmiliu a entidade em dezembro de 2015. Com o barco parado, o Martim Pescador tem deixado de realizar novos convênios e tem hoje a receita praticamente zerada. Conforme o presidente, em atividade, a embarcação garantia a entrada de mais de R$ 30 mil mensais na conta da entidade.

"Nossa receita era garantida pelos convênios que tínhamos com prefeituras e autarquias além das navegações particulares", explica. SeglUldo ele eram feitas quatro navegações por dia, praticamente sete dias por semana.

Ajuda para evitar leilão do barco

Conforme o presidente Júlio Agápio, o Instituo Martim Pescador tem buscado apoio de entidades públicas e também da Prefeitura para tentar intervir na aquisição do barco, evitando assim que ele vá a leilão. "O Martim é um patrimônio de São Leopoldo e também do Vale do Sinos que ganhou reconhecimento nacional por ser o primeiro barco escola do país . Não há instituição de ensino na cidade que não tenha navegado no Martim. Nos preocupa pensar que podermos perdê-lo", diz Agá pio. O prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, garante que está nos planos do Município ajudar no resgate do barco para a cidade. "O barco é privado. Nós estamos trabalhando uma ideia dele fazer parte de todo um projeto que temos para Rua da Praia como novo espaço turístico cultural e de educação ambiental. Portanto temos interesse de tê-lo neste projeto. Estamos iniciando o debate com a presidência do Instituto Martim Pescador para definir como vamos construir esta relação", comenta.

Sem sede própria e sem funcionários

Desde que assumiu herdando dívidas, a nova direção do Instituto Martim Pescador tem acumulado preocupações. Além do barco, a entidade perdeu também sua espaçosa sede, que ficava em uma casa alugada na Rua da Praia. "Agora nossos equipamentos estão todos em uma sala cedida no Museu do Rio. Sem aporte de recursos também não temos como contratar funcionários", comenta o presidente Júlio Agãpio. Conforme ele, o instituto tem uma casa, também na Rua da Praia, que foi doada em vida pelo proprietário à entidade. "No entanto, não foi feita a averbação, o que tem travado a possibilidade de usarmos o espaço apesar de existir a escritura pública de doação", explica.

o BARCO

o barco, estilo catamarã, tem 16 metros de comprimento, seis metros de largura e dois metros e 20 centímetros de altura e tem capacidade para 55 passageiros, send048 sentados na parte inferior. A embarcação do Martim Pescador ficava ancorada na esquina da Avenida Caxias do Sul com a Rua da Praia no bairro Rio dos Sinos, sendo atração para quem passava pelo local.

"Instituto não está parado"

O vice-presidente da entidade, José Maria Rodrigues Nunes, garante que o instituto "não está parado". "Toda a ação passa pelo barco, nosso principal instrmilento para fazermos aquilo para o que o instituto foi criado, que é a educação ambiental na prática", diz. Auxílio e fonte de pesquisas e trabalhos para milhares de estudantes, o barco tem feito falta no leJto do Sinos na região. "E mila lástima que uma história tão bonita tenha chegado neste ponto, correndo risco de a embarcação deixar de ser da nossa cidade. Todo mundo que navegou no Sinos com o Martim certamente tem um apreço muito grande por ele", opina a estudante de biologia Márcia

Santos Fernandes, 29 anos.

PARA AJUDAR

Interessados em ajudar o Instituto Martim Pescador podem entrar em contato diretamente com o presidente Júlio Agãpio pelo telefone 996tO5538. O Instituto Martim Pescador foi fundado em 2002 com o propósito de destacar a importância da educação e preservação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Sem fins lucrativos, a sobrevivência do projeto é garantida por meio de convênio e doações.

03/06/2017 | Jornal VS | Em Dia | 26

Desvios de recursos públicos na mira de superintendente da PF

Lavagem de dinheiro, corrupção e desvio de recursos públicos. Focos do delegado Ricardo Andrade Saadi, 41 anos, que assmiliu ontem o cargo de superintendente da Polícia Federal (PF) no Rio Grande do Sul, no lugar do delegado Elton Manzke. Em seu discurso, Saadi foi econômico com as palavras, mas deixou claro qual será a ênfase da atuação da corporação sob seu comando. "Temos aqui no Rio Grande do Sul a característica de ser mil estado de fronteira. Então, temos que atacar contrabando, tráfico de drogas e armas.

Mas sou oriundo da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, trabalhei minha vida inteira com isso, esem dúvida o foco será o combate ao desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro", frisou, assinalando que ações regionais também terão mil olhar especial. Sobre desenvolver no Estado algmil núcleo especial da Lava Jato, em função da superintendência concentrar alguns dos inquéritos, Saadi argumentou que será preciso ver quais as inSAADI: novo comando vestigações da operação que virão para cá. 'l\s informações são que depois das delações serão distriblúdos expedientes para o Brasil inteiro, não é só para o Rio Grande do Sul."

Por seis anos, Saadi est~e à frente do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Intemadonal (ORCI), cl1JC~1 à Operação Lava Jato na busca por US$ 3 bilhões de ati",s brasileiros que estavam no exterior, frutos de sonegação e narco1ráfico. Saadi tarrtJém coordenou a operação que culminou na prisão e extradição do País, em 2007, do megatraficante colombiano Juan Carlos Abadía, segundo homem mais procurado do mundo.

03/06/2017 | Jornal VS | Em Dia | 26

Já são 49 municípios em situação de emergência

Já são 49 municípios em situação de emergência (SE) e 122 atingidos pelas fortes chuvas que atingiram o estado nas últimas semanas. Os últimos decretos de SE foram para Chiapeta, Floriano Peixoto, Novo Barreiro, São Pedro das Missões e Vista Gaúcha. Em todo o Estado, 646 famílias estão desalojadas (2.830 pessoas) e 262 famílias desabrigadas (1156 pessoas). O nível dos rios Caí, em São Sebastião do Caí; Sinos, em São Leopoldo; e Uruguai, em Iraí, Itaqui, Porto Mauá, São Borja e Uruguaiana está estacionado.

Até o fim de tarde de ontem, nenhum desabriMudança na lei faz FGTS render mais Bras~ia -O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse ontem que a mudança na remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) vai garantir que a correção do fundo passe de 3% para 4,8% ao ano, adma da inflação prevista para 2017, de 4%. O aumento da rentabilidade do FGTS fd autorizado com a aprovação da Medida Provisória 763'16, que se converteu na Lei 13.446/2017. Os trabalhadores que sacaram recursos das contas inativas do FGTS também receberão o rendimento atualizado. (ABr) gado ocupava o espaço preparado pela Prefeitura para receber os atingidos pelas cheias nos bairros Rio dos Sinos, Feitoria e Pinheiro.

DECRETOS Até ontem, decretaram situação de emergência os municípios de Barão de Cotegipe, Barros CassaI, Boa Vista das Missões, Boqueirão do Leão, Campo Novo, Casca, Chiapeta, Coronel Bicaco, Cristal, Cristal do Sul, Dom Pedrito, Floriano Peixoto, Garruchos, Gentil, Ibirapuitã, Inhacorá, Irai, Itaqui, Lagoão, Maquine, Miraguaí, Novo Barreiro, Paim Filho, Panambi, Pedras Altas,

Pirapó, Ponte Preta, Porto Mauá, Porto Xavier, Roque Gonzáles, São Borja, São Jerônimo, São José das Missões, São Nicolau,São Pedro das Missões, São Sebastião do Caí, Sertão, Sinimbu, Soledade, Tenente Portela, Terra de Areia, Tiradentes do Sul, Três Arroios, Três de Maio, Três Passos, 1'unas, Uruguaiana, Vila Lângaro e Vista Gaúcha. A Defesa Civil segue em estado de alerta, com o monitoramento das coordenadorias regionais em conjunto com os mmlicípios, oferecendo toda ajuda necessária aos órgãos de segurança das localidades atingidas.

03/06/2017 | Zero Hora | Caderno Campo & Lavoura | 3

Sabores rurais na Fenadoce

As delícias e o artesanato da agricultura familiar está presente na 25ª Feira Nacional do Doce (Fenadoce).

São 50 agroindústrias, sendo mais de 20 empreendimentos regionais, que oferecem com produtos como queijos, salames, geleias e arte manual em lã crua e palha.

– Além de valorizar a atividade, (a feira) vai proporcionar com que muitos empreendimentos saiam da informalidade e, assim, acessem novos mercados – diz Jocimar Rabaioli, assessor de Política Agrícola e Agroindústrias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

A Fenadoce vai até 18 de junho, no Centro de Eventos de Pelotas. Ingressos de R$ 8 (segunda à sexta-feira) a R$ 10 (sábado, domingo e feriado). Acesse fenadoce.com.br.

03/06/2017 | Zero Hora | Leitor | 4

Plebiscito

Faz muito tempo que me pergunto para que servem os deputados que elegemos como nossos representantes. No momento em que deveriam solucionar questões como a das privatizações, opinam por um plebiscito, jogando toda a responsabilidade para a população.

ADEMAR GIONGO

Funcionário público – Porto Alegre

03/06/2017 | Zero Hora | DOC | 19

A longa agonia dos museus

A NOITE DOS MUSEUS É UM EVENTO APENAS PALIATIVO: INSTITUIÇÕES ESTÃO SOFRENDO COM AS POLÍTICAS CULTURAIS EM CURSO

A reportagem A Noite da Cultura (DOC de 20 e 21/5) e o editorial Uma Noite como Deveriam Ser Todas (ZH de 23/5) enaltecem a Noite dos Museus. O que foi visto como sucesso eu vejo como... o suspiro da morte dos museus. O que é isso? É a situação relatada por quem cuida de pacientes sem perspectiva de cura. Nessas situações, mesmo com a morte anunciada, o doente às vezes tem uma melhora inexplicada, o que ocorre antes do desenlace fatal, como se buscasse energias para se despedir. Não é o que acontece com os museus?

Todos conhecemos o estado moribundo dessas instituições. E eis que, por um pequeno milagre, num único dia, eles mostram sua vitalidade. Não estamos todos nós, ao participarmos da Noite dos Museus, ocupando o lugar dos familiares de um quase-morto, cercando nossos museus como quem oferece a eles o derradeiro conforto? Esse evento é uma ação localizada que reduz a dor do paciente terminal antes de seu passamento. Não seria também um aceno para o capital privado, chamado a patrocinar a iniciativa sob o argumento de que o museu é mais um espaço de entretenimento e divulgação de marcas?

O problema da Noite dos Museus é esse: os locais e suas exposições constituem apenas o acessório, sendo o show musical o verdadeiro espetáculo a chamar o público. O projeto seduz porque substitui a visita às exposições pela visão de seu artista preferido. E, com esse estratagema, esquecemos que os museus estão repletos de problemas. A Fundação Iberê Camargo, por exemplo, agora só atende sextas e sábados. Fechar as portas não seria a forma exata de um museu morrer? E quanto ao Museu Júlio de Castilhos, com seus pisos e teto devorados por cupins – não estaria desaparecendo ante nossos olhos? O MAC-RS sequer tem um corpo para chamar de seu, já que há 25 anos não tem uma sede definitiva.

É preciso apontar a hipocrisia do capital em celebrar a vitalidade falsa desses equipamentos no momento de sua maior crise estrutural: o Museu de Comunicação José Hipólito da Costa está com sua infraestrutura em frangalhos, o Memorial do RS tem equipe reduzida e, nos museus do interior, a situação não é diferente. Por que o capital não os ajudou antes, financiando reformas nos prédios? Hipocrisia: vamos ao museu, bebemos, ouvimos música, mas o que aprendemos das exposições? O que sabemos dos problemas de seus funcionários? O que nos dispomos a compartilhar com eles como luta? Muito pouco.

Pior é o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que vive na ilha da fantasia. A Semana dos Museus, promovida pela instituição, tinha como tema Dizer o Indizível em Museus. A proposta apelava a assuntos comuns ao pós-modernismo, multiculturalismo e imaginário na atividade museológica, forma de despolitizar as discussões dos trabalhadores dessas instituições, alienando-os da desmontagem dos equipamentos culturais. No recente 7º Fórum Nacional dos Museus (FNM) deu-se o mesmo. O tema Caminhos para Museus e Coleções propôs usar criatividade, cooperação e parcerias com a iniciativa privada, novamente ocultando que o verdadeiro problema é outro: a ausência de políticas públicas.

Em carta datada de 6 de março, José Ribamar Ferreira, presidente da Associação de Centros e Museus de Ciência, apontou ao ministro da Ciência e Tecnologia Gilberto Kassab o verdadeiro "indizível" do Ibram: os museus sofrem um processo intencional de abandono por parte do poder público, com menos recursos, concursos e apoio em geral – é isso o que o governo não quer dizer.

Outra voz a alertar para essa situação veio com o manifesto Pelo Direito à Cultura: Nenhum Direito a Menos, lançado durante o FNM e assinado pelo Utopia Museal Coletivo Plural, que denuncia a mentira vendida pelas autoridades de plantão em todos os níveis. Segundo o coletivo, o Rio Grande do Sul reproduz a mesma política de desmonte usada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que adota o perfil neoliberal nefasto aos museus visando a transformá-los em espaços de lucro.

Em reportagem veiculada no Fantástico, da TV Globo, em 2 de abril, constatou-se a substituição de monitores da Pinacoteca do Estado de São Paulo por gravações de áudio que auxiliavam estudantes que viam as obras com fones de ouvido conectados aos seus smatphones. Ora, essa face "moderna" não tem como objetivo a demissão de profissionais, os monitores, imprescindíveis para qualquer processo pedagógico sério? Precarização do trabalho, troca das pessoas por aparatos tecnológicos, substituição do conhecimento por informação – isso tudo significa o fim da experiência do museu, e não o seu contrário. Museu não é loja. Museu é escola.

O massacre cultural verificado atualmente é também um massacre das instituições. E os museus estão no meio do campo de batalha.